



VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

www.vidaeconomica.pt



PUB

Tendência de descida mantém-se mas acesso está restrito

Bancos já praticam "spreads" de 1,5% no crédito às melhores PME



Págs. 4 e 5

FUNDOS EUROPEUS

Comissão Europeia injeta 315 mil milhões na economia para criar emprego

Pág. 8

EMPRESAS

Colômbia está no radar das empresas farmacêuticas portuguesas

Pág. 31

Profissão dos despachantes oficiais vive indefinição legal

Pág. 35

Quebra na produção gera aumento do preço pago aos viticultores

Pág. 33

AGRICULTURA

Candidaturas congeladas para o PRD 2020 concluídas em 2015

Pág. 32

NESTA EDIÇÃO



Fundo de Apoio Municipal é lei "injusta e desproporcionada"

O FAM – Fundo de Apoio Municipal, criado pelo Governo em agosto de 2014, é uma lei "politicamente injusta, desproporcionada e juridicamente insustentável, porque inconstitucional", afirma o advogado Nuno Cerejeira Namora.

Pág. 10



Empresas de metalurgia e metalomecânica investem em contraciclo

A tendência de queda do investimento tem sido contrariada por um número significativo de empresas de metalurgia e metalomecânica. Esta realidade foi confirmada pelos empresários que participaram na mesa-redonda promovida pela AIMMAR, com o apoio da Vida Económica.

Neste setor de atividade, o investimento em I&D chega a atingir 10% do volume de negócios.

Págs. 6 e 7



Nova Versão
SAGE 2015
A sua Confiança,
Inspira-nos!



sage

www.sage.pt





ALEXANDRA LEITÃO
Professora da Faculdade de Economia e
Gestão da Católica Porto

Economia Circular: uma alavanca para o crescimento económico

O modelo de desenvolvimento a que temos vindo a assistir na sociedade moderna, baseado num crescimento ilimitado, o acelerado avanço tecnológico, o crescimento exponencial da população do Planeta e as necessidades que a Humanidade criou, conduziu-nos a um estado de degradação ambiental generalizado e de escassez de recursos, nomeadamente no que diz respeito aos suportes da vida, como o ar, a água, solo e ecossistemas.

Tem sido seguido um modelo linear de produção de bens, onde, após a extração da matéria-prima, a fabricação e uso dos bens, estes acabam por ser descartados, em grande parte, sem qualquer valorização. Em 2012, segundo a Agência Portuguesa do Ambiente, 54% do total de resíduos urbanos nesse ano (4,7 milhões de toneladas) foram enviados diretamente para o último destino na hierarquia da gestão de resíduos – o aterro. Tal comportamento durante tanto tempo e à escala global está a provocar a escassez de alguns recursos naturais.

Ao contrário de um modelo linear de negócios, que coloca em causa a disponibilidade limitada de recursos naturais, o conceito de Economia Circular e resíduos “zero” assenta num modelo que otimiza o

fluxo de bens, maximizando o aproveitamento dos recursos naturais e minimizando a produção de resíduos. Os resíduos de uns convertem-se em recursos de outros, o paradigma do sistema de futuro. É um conceito económico que se inclui num quadro de desenvolvimento sustentável baseado no princípio de “fechar o ciclo de vida” dos produtos, ao mesmo tempo que reduz o consumo, não só de matérias-primas, mas também de energia e água.

A Economia Circular traz-nos uma abordagem diferente, que nos abre excelentes perspetivas para os anos de crise que vivemos, e deve ser encarada pelas empresas como alavanca e motivação para um crescimento com bases sólidas, permitindo obter vantagens competitivas no contexto da globalização. A Economia Circular contribui para a segurança de abastecimento, reindustrialização do território e um sistema gerador de emprego local. Estará sempre indissociavelmente ligada à inovação, pois a utilização de “novas” matérias-primas na produção de bens estimula a possibilidade de potenciar o ecodesign. Os produtos devem ser desenhados para, após o seu ciclo de vida, serem facilmente divisíveis, de forma a facilitar a sua triagem e maximizar a sua reutilização e reciclagem como matéria-

prima. Deste modo, para além de inovações significativas na tecnologia, a transição para uma Economia Circular exige uma mudança sistémica, que afeta todos os intervenientes na cadeia de valor, bem como na organização e na sociedade como um todo.

Este modelo está a ser defendido e disseminado por todo o mundo, através de instituições como Ellen MacArthur Foundation, Cradle to Cradle Products Innovation Institute, entre outros.

Com rumo a uma Economia Circular, a União Europeia estabeleceu a Europe 2020 Strategy, para um crescimento sustentável e inclusivo. Tem objetivos ambiciosos em várias áreas, das quais se destacam: (i) 75% da população com idade entre 20-64 anos deverá estar empregada; (ii) 3% do PIB dos Estados-Membros devem ser investidos em I&D; (iii) redução da pobreza, procurando tirar, pelo menos, 20 milhões de pessoas do risco de pobreza ou exclusão.

O desafio da atual geração reside em saber como viver em conjunto num mundo sobrelotado, tanto em termos de recursos humanos como ecológicos. Será o maior desafio de inovação das próximas décadas. Temos o conhecimento e a necessidade, portanto, há muito a fazer.

Top da semana



JEAN-CLAUDE JUNCKER

O presidente da Comissão Europeia teve um início conturbado, tendo em conta a política fiscal do seu país. Chegou mesmo a ponderar deixar o cargo. No entanto, revela ser um político extremamente hábil e que sabe aproveitar da melhor forma as oportunidades que se lhe colocam. Não perdeu tempo e anunciou um pacote de investimentos superior a 300 mil milhões. Em melhor altura não poderia ser e atenuou as fortes críticas que lhe estavam a ser feitas. Vários países congratularam-se com o anúncio, o mesmo sucedendo a nível interno.



CARLOS COSTA

O governador do Banco de Portugal tem revelado a sua forma de atuar, a qual segue uma linha de raciocínio, ou seja, desculpabilizar o papel desenvolvido pela instituição durante a crise do BES. Compreende-se que assim seja no que toca a si próprio, mas melhor seria que explicasse o que tem sido feito ultimamente para tornar a supervisão mais eficaz e efetiva. Que sucederá se acontecer um novo problema no sistema financeiro? Até que ponto as autoridades podem intervir? Entretanto, considera o governador que a banca nacional está abaixo da rentabilidade média europeia. Pelo que a solução passa pelos despedimentos. Coloca-se a questão de saber se esta será a decisão única quando a rentabilidade é insuficiente.



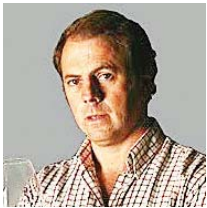
PINTO MONTEIRO

O antigo procurador-geral da República contribuiu de forma muito negativa para o escândalo Sócrates. O almoço com o ex-primeiro-ministro não podia ter acontecido em pior altura e acaba por ter consequências nefastas na forma como os cidadãos encaram a Justiça em Portugal. Por muito que se justifique e argumente, fica a dúvida sobre o teor da conversa tida. Até porque não se trata de um cidadão comum, mas de alguém que ainda tem influência na máquina da Justiça. Certo é que a história não vai ficar por aqui e que Pinto Monteiro ainda terá grandes preocupações pela frente.

Nesta edição



25 Turismo
Investimento no parque termal e alojamento rondam os 15 milhões



33 Empresas
Quebra na produção gera aumento do preço pago aos viticultores



45 Automóvel
Campeonato do Mundo de Carros de Turismo (WTCC) vai a Vila Real no ano que vem

Opinião Pág. 10
A gestão despesista – ataque à autonomia autárquica

Negócios e Empresas Pág. 20
Livro “Desporto na lei” é um exercício de serviço público

Mercados Pág. 38
Crimes económicos, política e mercados

Internacional Pág. 11
Crédito às empresas europeias continua incipiente

Turismo Pág. 26
SUP in River transforma interioridade em vantagem competitiva

Mercados Pág. 41
Solvência II: uma cultura de avaliação e gestão dos riscos

Negócios e Empresas Pág. 18
Construção metálica lança selo de qualidade

Fiscalidade Pág. 30
A responsabilidade do técnico oficial de contas

Automóvel Pág. 46
País acreditam que os filhos conduzem de forma responsável

Humor económico



Imprensa

EM REVISTA

EXPANSIÓN

Confiança económica espanhola atinge máximos de sete anos

O indicador de confiança económica da Espanha registou uma forte recuperação de nove décimas, em novembro, relativamente ao mês anterior. Foi atingido o nível mais alto desde agosto de 2007, de acordo com dados da Comissão Europeia. Esta melhoria é explicada pelos desempenhados verificados pela indústria, pelos serviços e pelo comércio de retalho. Em contrapartida a confiança dos consumidores e da construção apresentou uma deterioração, relativamente a outubro. Por sua vez, confiança económica melhorou uma décima na Zona Euro, no período em causa.

INVESTIR

União Europeia quer limitar poderes dos motores de busca

O Parlamento Europeu está alarmado com os riscos de uma concentração excessiva no mercado numérico e pediu à Comissão Europeia para impor

uma separação entre os motores de busca e os restantes serviços comerciais. A ideia é Bruxelas ter em conta nas suas propostas legislativas a necessidade de harmonizar o mercado europeu do numérico.

THE WALL STREET JOURNAL

Empresas europeias de telecomunicações investem na quarta geração

As empresas de telecomunicações estão sob forte pressão para adaptarem os seus negócios. Os grandes grupos sabem que só serão competitivos se investirem avultadas quantias nas redes de quarta geração, sob pena de perderem o comboio da competitividade e da rentabilidade. Com a faturação em queda nos mercados europeus de telemóveis, devido à forte concorrência, à regulação severa e ao fraco crescimento económico, as operadoras acreditam que é possível obter mais dinheiro dos assinantes que estão a passar a usar os seus aparelhos para aplicações pesadas e que consomem uma grande quantidade de dados.

VidaEconómica

EDITOR E PROPRIETÁRIO Vida Económica Editorial, SA DIRETOR João Peixoto de Sousa COORDENADORES EDIÇÃO João Luís de Sousa e Albano Melo REDAÇÃO Virgílio Ferreira (Chefe de Redação), Adérito Bandeira, Ana Santos Gomes, Aquiles Pinto, Fernanda Teixeira, Guilherme Osswald, Patrícia Flores, Rute Barrera, Susana Marvão e Teresa Silveira. E-mail agenda@vidaeconomica.pt. PAGINAÇÃO Célia César, Flávia Leitão e Mário Almeida. PUBLICIDADE PORTO Rua Gonçalo Cristóvão, 14, 2º 4000-263 Porto • Tel 223 399 400 • Fax 222 058 098 • E-mail: comercial@vidaeconomica.pt. PUBLICIDADE LISBOA Campo Pequeno, 50 - 4º Esq 1000 - 081 Lisboa • Tel 210 129 550 • E-mail publicidade@vidaeconomica.pt. ASSINATURAS Tel 223 399 400 • E-mail assinaturas@vidaeconomica.pt; IMPRESSÃO Naveprinter, SA - Porto DISTRIBUIÇÃO VASP, SA - Cacém E-mail geral@vasp.pt • Tel 214 337 000 • Fax 214 326 009

MEMBRO DA EUROPEAN BUSINESS PRESS



TIRAGEM CONTROLADA PELA:

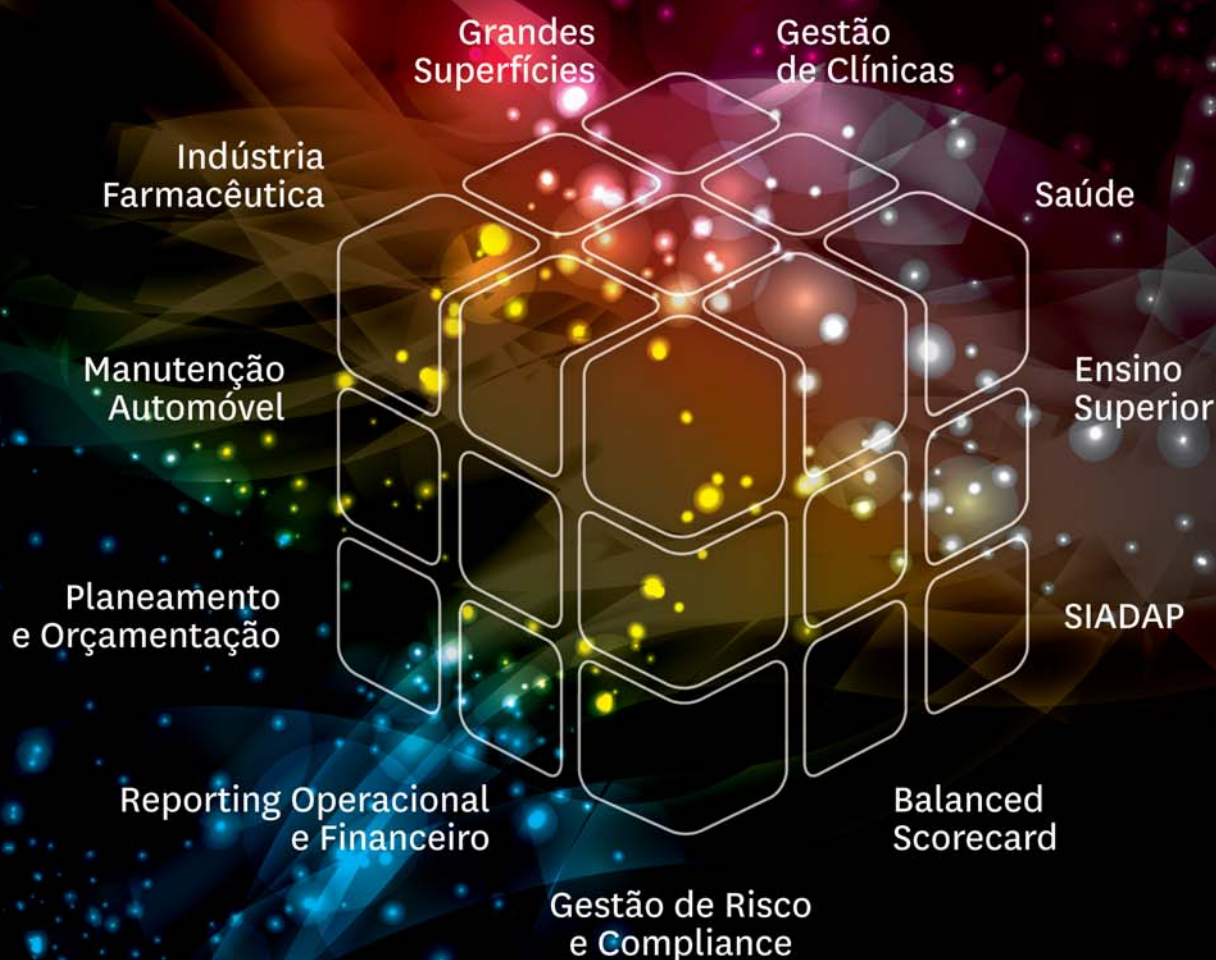


TIRAGEM DESTA EDIÇÃO 13.900

4000 Município (Porto) TAXA PAGA
Registo na D.G.C.S nº 109.477
• Dissoluto Legal nº 23.442/89 •
ISSN 0871-4320 • Registo do ICS nº 109.477

Descubra todas as vantagens do Business Intelligence para o seu negócio

Saiba mais sobre as nossas soluções verticais totalmente orientadas ao seu negócio.



ATUALIDADE**Ministra das Finanças quer acelerar reforma da Segurança Social**

A ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, quer que a reforma da segurança social e do sistema de pensões aconteça num prazo rápido. No entanto, a governante admite que se trata de uma reforma, sobretudo pela sua importância e abrangência, que necessita de um consenso político alargado. Na sua opinião, entre as reformas estruturais que ainda há a fazer contam-se a flexibilização do mercado de trabalho e a reforma profunda da segurança social. E é um assunto que tem de ser abordado “num prazo razoavelmente curto.”

SPREADS MANTÊM TENDÊNCIA DE DESCIDA MAS ACESSO ESTÁ RESTRITO

Bancos já praticam “spreads” no crédito às melhores PME

O custo do crédito às empresas continua a baixar, refletindo o nível historicamente baixo da Euribor e a quebra na procura de financiamento.

Para as PME com melhor risco os bancos já estão a praticar spreads de 1,5%, o que representa uma taxa de juro anual inferior a 2%. Mas, para a maioria das empresas, os “spreads” são superiores, na ordem dos 3% a 4%, embora a tendência seja também de descida.

A descida dos “spreads” não significa ainda um acesso mais fácil ao crédito bancário por parte das empresas. Os bancos são muito seletivos na concessão de crédito, estando pouco receptivos ao financiamento de empresas de maior risco, critério que inclui a maioria das PME. As taxas de juro praticadas pelos bancos com as PME de melhor risco são as mais baixas de sempre e estão a um nível inferior ao período que antecedeu a crise financeira de 2008.



Rafael Campos Pereira, vice-presidente da AIMMAP, Aníbal Campos, presidente da AIMMAP, e João Costa Pinto, orador-convidado da AIMMAP, no ciclo de conferências “À Descoberta do Futuro”.



O desenvolvimento de um mercado especializado no financiamento de PME atrairia para este mercado novos investidores, afirma Costa Pinto.

Costa Pinto defende diversificação de financiamento às PME na AIMMAP

A descida dos “spreads” não significa uma maior abertura do financiamento às PME. Esta é a opinião de João Costa Pinto. Conforme afirmou à “Vida Económica” o vice-presidente do Conselho Geral da CIP e também presidente do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal, a descida dos “spreads” e o financiamento às PME “são duas coisas distintas. Não se pode falar em falta de financiamento para um grupo de PME que nunca teve falta dele e para quem os bancos sempre disputaram entre si para o concederem”.

“Para as PME que a banca em geral considera de bom risco ou risco aceitável não há dificuldade de financiamento, estando inclusivamente relacionado com a queda dos spreads.”

“O retraimento do investimento, visível da Europa e especialmente em Portugal, levou a um abrandamento da procura de crédito por parte das PME que a banca considera de risco aceitável, concentrando assim a concorrência neste segmento.”

Segundo Costa Pinto, importa sobretudo “induzir uma alteração significativa no tipo de financiamento das PME portuguesas que passa por diversificar as fontes de financia-

Para as PME que a banca em geral considera de bom risco ou risco aceitável não há dificuldade de financiamento

mento, de modo a reduzir a concentração e dependência no financiamento bancário e, desse modo, criarem estruturas financeiras mais sólidas”. Aliás, esta foi a ideia que apresentou e desenvolveu durante a conferência “À Descoberta do Futuro”, recentemente realizada pela AIMMAP – Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal.

Aos associados da AIMMAP, Costa Pinto referiu que “a concentração e a dependência das PME do financiamento bancário – a par de um regime fiscal inadequado – têm contribuído para perpetuar um tecido produtivo integrado por pequenas empresas suportadas e dependentes de estruturas financeiras desequilibradas e vulneráveis”.

Costa Pinto acredita “que um movimento de diversificação das fontes e dos instrumentos de financiamento, a par de um adequado ajustamento do quadro fiscal, poderá

Portugal está melhor em termos de corrupção

Portugal é agora o 31º país mais transparente do mundo, tendo subido um ponto relativamente ao índice de perceção de corrupção do ano passado. O estudo é da responsabilidade da ONG Transparência Internacional, sendo que a Turquia e a China contam-se entre as nações que mais posições perderam. Angola é um outro país que está para o fim da tabela, tendo também agravado substancialmente a sua situação no que toca à perceção de corrupção. A Dinamarca está no topo da tabela, enquanto no fim estão a Somália e a Coreia do Norte.

de 1,5%

“A concentração e a dependência das PME do financiamento bancário – a par de um regime fiscal inadequado – têm contribuído para perpetuar um tecido produtivo integrado por pequenas empresas suportadas e dependentes de estruturas financeiras desequilibradas e vulneráveis”

contribuir para a modernização do tecido produtivo, através do aparecimento de PME mais robustas e competitivas. Suportadas por estruturas financeiras mais equilibradas e menos dependentes do crédito bancário de curto prazo.”

As nossas PME

Costa Pinto explicou também na AIM-MAP que, com a concentração e dependência do financiamento bancário, situação que “perdura há longo tempo”, as PME portuguesas “tendem a apresentar-se com estruturas financeiras frágeis, com baixos níveis de capitais e fundos próprios”.

Mas outros problemas persistem, a seu ver, no nosso tecido empresarial. A par da predominância de uma cultura empresarial de favorecimento da acumulação patrimonial, em vez da capitalização das empresas, “o endividamento das PME continua a aumentar, enquanto a autonomia financeira diminui”. Esta situação agrava o problema da descapitalização das empresas.

Baixo recurso ao mercado de capitais

Com “níveis de financiamento com recurso ao mercado (emissão de ações obrigações) anormalmente muito baixos” (1,5%), face à maioria das economias ocidentais (70% nos EUA e 64% no Reino Unido), Costa Pinto entende que o Estado deveria privilegiar ações dirigidas à diversificação das fontes e formas de financiamento, seja promovendo uma adequada utilização do capital de risco e do sistema de garantia mútua, seja através do desenvolvimento de mercados especializados no financiamento das PME (papel comercial, emissão e colocação de instrumentos de dívida de médio e longo prazos) ou ainda à articulação com entidades especializadas na tomada de participações e no lançamento de

operações de redimensionamento e de reorganização de empresas.

Atração de novos investidores

No debate com os industriais de metalurgia e metalomecânica, Costa Pinto referiu, no entanto, que “o desenvolvimento de um mercado especializado no financiamento de PME pressupõe a crescente utilização de técnicas de ‘rating’ e de notação, capazes de agrupar estas empresas em classes de risco”.

“Destes modos, seriam atraídos para este mercado novos investidores, permitindo a criação progressiva de condições para a sua integração no movimento mais vasto de desenvolvimento de um mercado de capitais integrado na Zona Euro”, acrescentou.

Atuação central da IFD

Relativamente à IFD (banco de fomento), criada pelo Governo com o objetivo de facilitar o acesso de PME a financiamento e que, segundo a Comissão Europeia, irá gerir e canalizar os fundos europeus estruturais e de investimento [FEEI] atribuídos a Portugal para o período de financiamento de 2014-2020, Costa Pinto entende que esta instituição deveria ser transformada “num instrumento dinamizador de um processo de diversificação, quer das fontes de financiamento das PME, quer dos instrumentos à disposição das empresas”.

“No quadro atual, o lançamento de uma nova instituição de intermediação financeira, fora do grupo financeiro público, só faz sentido se colocar no centro das suas preocupações e atuação o apoio à implementação e ao lançamento de novos instrumentos de financiamento das PME”, concluiu Costa Pinto

Reorientação da fiscalidade

Por fim, Costa Pinto defendeu, ainda no que toca ao papel do Estado na melhoria do financiamento das empresas, um aprofundamento do movimento de reorientação da fiscalidade aplicada às PME.

No fundo, corresponderia à “mobilização dos instrumentos de que o Estado já dispõe”, favorecendo o reinvestimento de resultados, a recapitalização e o fortalecimento dos fundos próprios, as fusões e os ganhos de dimensão.

No plano dos fundos do QCA, uma parte deveria ser “destinada para apoio da modernização do nosso tecido produtivo”.

Costa Pinto defendeu também uma utilização “de forma adequada” do grupo financeiro público (CGD), através do qual o Estado controla mais de um quarto do mercado financeiro.

Comércio a retalho cai em outubro

O comércio a retalho, em Portugal, registou a segunda maior quebra da União Europeia, em outubro, face ao mês anterior. A descida foi de 1,6%, mas em termos homólogos ainda se verificou um acréscimo de 0,7 pontos percentuais, de acordo com o Eurostat. No período em análise, as vendas a retalho cresceram 0,4% na Zona Euro. A Eslovénia foi o Estado-Membro com a descida mais acentuada, enquanto o Luxemburgo apresentou o maior avanço no retalho.

Avaria informática no IMT impede matrículas de automóveis

AQUILES PINTO
aquiles.pinto@vidaeconomica.pt

Uma avaria no sistema informático do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) está a impedir as marcas de automóveis de matricularem viaturas. O problema começou, segundo a “Vida Económica” apurou junto de uma das marcas mais vendidas em Portugal, no dia 27 de novembro, e até à última quarta-feira (dia 3 de dezembro), dia de fecho desta edição, ainda não tinha sido resolvido.

O problema em concreto é que o Sistema Informático de Veículos e Homologações não consegue processar os ficheiros provenientes da Autoridade Tributária. De acordo com uma nota da Associação Automóvel de Portugal aos seus associados, os “técnicos do IMT estão a tentar resolver o problema, no entanto, não conseguem fazer ainda um diagnóstico e muito menos dar uma previsão sobre a sua resolução”.



As marcas não conseguem matricular carros desde dia 27 de novembro.

No caso da marca contactada pelo nosso jornal, em causa está a matrícula “de algumas centenas de viaturas que não podem ser entregues e logo pagas pelo cliente final”. Depois da avaria na plataforma judiciária Citius, este é mais um problema em sistemas informáticos públicos.

PUB

Não perca esta oportunidade única de poder ler as suas publicações Vida Económica num tablet ASUS MeMO Pad 7"

Agora com o preço irresistível de €99,00*

Receba ainda como oferta



Códigos

9 códigos formato digital
no valor de €26,91



eBooks

2 ebooks à sua escolha
(oferta até €35,65)
para compras até 31-12-2014



Pontos

€9,90
em pontos com vida
para utilizar na livraria online

Poupança total superior a €100
poderá utilizar os seus pontos com vida em qualquer compra futura,
nomeadamente na capa do seu tablet (no valor de €15,99)

Compre já em <http://livraria.vidaeconomica.pt>

✉ encomendas@vidaeconomica.pt ☎ 223 399 400

AIMMAP PROMOVEU DEBATE SOBRE ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO

Empresas de metalurgia e me investem em contraciclo

Evolução constante da tecnologia obriga a investir na área produtiva. O investimento produtivo deve ser uma prioridade para as empresas exportadoras. Esta perspetiva foi defendida pelos vários empresários que participaram na mesa-redonda promovida pela Aimmap, com o apoio da Vida Económica. A tendência de queda do investimento tem sido contrariada por um número significativo de empresas de metalurgia e metalomecânica. Rafael Campos Pereira, vice-presidente executivo da Aimmap, destaca o comportamento das empresas do setor.

“Numa conjuntura recessiva, com uma situação verdadeiramente “austeritária”, onde a nossa economia atravessa dificuldades a todos os níveis a metalurgia e metalomecânica vem-se distinguindo pela positiva. É o setor que mais investe e tem apostado em equipamentos, em infraestruturas, em processos, em inovação aos mais variados níveis” - refere.

A CEI – Companhia de Equipamentos Industriais é uma empresa de bens de equipamento e produz equipamentos para vários setores nomeadamente, rochas ornamentais, calçado, automóvel. Os equipamentos estão normalmente centrados no setor de corte mas também tem equipamentos na área da maquinação, sistemas de corte com laser. “Em termos de investimento, e uma vez que estamos a falar de investimento no período de austeridade, na pré época da crise, ou seja, pré 2008 nos vínhamos crescendo bastante e vivendo algo acima daquilo que era a nossa capacidade instalada. Estávamos a trabalhar em esforço, não tínhamos instalações adequadas para o que na altura já era a nossa dimensão. Quando a crise começou, uma vez que a nossa produção baixou (caímos 10% em 2008 e depois 39% em 2009) resolvemos atuar em



Na perspetiva dos industriais de metalurgia e metalomecânica, a quebra de procura no mercado deve ser aproveitada pelas empresas para reforçarem a sua capacidade produtiva.

contraciclo. Já que temos menos necessidade produtiva, vamos fazer o que em estados normais e trabalho em esforço não conseguimos. Aproveitamos para aumentar as instalações, para adquirir sistemas informáticos adequados, aproveitamos uns anos mais tarde em 2012 para fazer certificação IDI em gestão de inovação. Gastamos uma percentagem bastante elevada - pelo menos comparativamente com a média da indústria transformadora nacional - em despesas de investigação e desenvolvimento, que representam uma média de 10% do nosso valor de faturação.

Curiosamente em 2012 e 2013 voltamos a crescer bastante e já estamos em níveis superiores aquilo que era em anos anteriores. Isso significa que estamos neste momento a considerar no presente durante o próximo ano aumento a aquisição de novas instalações, porque já estamos novamente limitados. O nosso foco para os próximos tempos vão ser as instalações, em parte continuar o investimento em IDI nomeadamente em algumas áreas onde estamos a entrar. Em simultâneo consideramos a hipó-

Exportações só serão sustentáveis com mais investimento produtivo

Investimento em I&D chega a atingir 10% do volume de negócios.

tese de criar uma unidade produtiva no Brasil” - afirma Fernando Sousa, administrador da CEI.

Solar térmico em expansão

A Openplus construiu uma nova unidade industrial em 2008/2009, em Estarreja, para produzir coletores de energia solar térmica, com um investimento de vários milhões de euros.

“Na altura confesso fiquei algo assustado com este tremor de terra que surgiu na economia mas o projeto já vinha de trás, não era fácil recuar. Fizemos o investimento, e imediatamente a seguir a faturação teve uma quebra significativa. Neste momento estamos a retomar já desde o ano passado com crescimento nos volumes de faturação” - explica Elísio Paulo Azevedo. A empresa está novamente a investir e prepara-se para montar uma nova unidade no estrangeiro. “Existem três possibilidades. Posso dizer que até já temos equipamento adquirido para a nova fábrica, mas ainda não está completamente definido o local onde vamos instalar essa unidade” - acrescenta.

Investimento não pode se apenas em fatores imateriais

A Europa andou décadas a investir em fatores imateriais. Durante muito tempo tivemos a ilusão de que na Europa iríamos ficar apenas com investigação e desenvolvimento, os produtos muito caros e depois o resto seria feito na China.

“Essa perspetiva está completamente errada” - opina Fernando de Sousa. Se não tivermos a capacidade de saber fazer, jamais poderemos fazer investigação e desenvolvimento dos produtos que os outros fazem.

Os poderes políticos acordaram para essa realidade, infelizmente talvez um pouco tarde demais porque a nível europeu perderam-se muitos postos de trabalho nos últimos 30 anos.

Agora a indústria transformadora é pela primeira vez o setor económico que efetivamente está a aumentar o número de postos de trabalho. Com exceção do turismo que também aumenta o emprego tudo o resto praticamente reduziu e bastante. O que eram as estrelas de há bem poucos anos, nomeada-

talomecânica

"A metalurgia e metalomecânica é o setor que mais investe e tem apostado em equipamentos, em infraestruturas, em processos, em inovação aos mais variados níveis".

Rafael Campos Pereira, vice-presidente executivo da Aimmap



"O investimento produtivo é importante porque os equipamentos evoluem todos os dias".

António Cunha Leite, sócio gerente da ACL - António Cunha Leite, Lda



"A empresa está novamente a investir e prepara-se para montar uma nova unidade no estrangeiro".

Elísio Azevedo, sócio gerente da Openplus, Lda



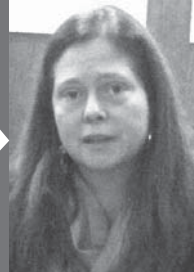
"Gastamos uma percentagem bastante elevada pelo menos comparativamente com a média da indústria transformadora nacional em despesas de investigação e desenvolvimento, que representam uma média de 10% do nosso valor de faturação".

Fernando Sousa, administrador da CEI



"As empresas do setor estão a apostar no investimento e na internacionalização".

Mafalda Gramaxo, diretora geral da AIMMAP



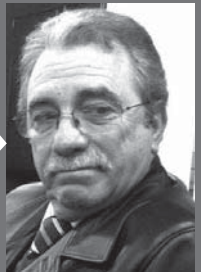
"O crescimento efetivo do volume de negócios da nossa empresa ronda os 40%".

Virgílio Marques, sócio gerente da Poly Lanema, Lda



"As empresas devem continuar a investir".

Jorge Gonçalves Gonafe - Fernando Gonçalves, gerente da:



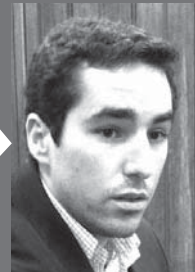
"Para as empresas continuarem a melhorar os níveis de produção é sempre necessário uma forte componente como o investimento principalmente em tecnologias, em equipamentos atualizados".

David Rodrigues, Departamento de Economia da AIMMAP



"O investimento produtivo deve ser uma das principais prioridades das empresas".

Joaquim Leite, consultor da ACL - António Cunha Leite, Lda



"A especialização permite as empresas crescer de uma forma sustentada".

João Girão, Assessor da direção da AIMMAP



"A recuperação do investimento também depende da estabilidade do política fiscal. O rompimento do acordo do PS sobre a forma do IRC é um fator negativo".

Gonçalo Lobo Xavier, Assessor da direção da AIMMAP



"As empresas só podem crescer apoiadas numa estratégia de investimento".

Jorge Gonçalves, Gonafe, Lda



mente, empresas de telecomunicações e os serviços financeiros têm um papel essencial mas de facto não são a base de uma economia produtiva.

"Devemos gerir de forma equilibrada o investimento produtivo e o não produtivo, em particular a investigação e desenvolvimento. O investimento produtivo é importante porque os equipamentos evoluem todos os dias. Se nós não investirmos

nos novos equipamentos alguém vai investir por nós e por muito desenvolvimento que façamos alguém vai produzir de uma forma mais económica e assim seremos ultrapassados" - refere António Cunha Leite, gerente da ACL.

A ACL fornece vários seroes de atividade, nomeadamente, a indústria automóvel, o mobiliário e a indústria de plásticos, estando especializada em ferramen-

tas, autômatos os, moldes para injeção e injeção de plásticos.

Para Jorge Gonçalves, gerente da Gonafe, as empresas devem continuar a investir. "Uma empresa fica obsoleta se para no tempo e os empresários preferem manter-se à sombra de uma árvore à espera que o dinheiro caia do céu". Segundo referiu, as empresas precisam de correr a banca

para financiar os investimentos e negociar condições de crédito que sejam razoáveis.

Especialização potencia crescimento

"O crescimento efetivo do volume de negócios da nossa empresa ronda os 40%" - disse Virgílio Marques, da Poly Lanema. Na base do crescimento esta a especialização da empresa em

plásticos de engenharia, soluções de engenharia e alumínio técnicos.

Para várias empresas do setor da metalurgia e metalomecânica é importante a proximidade de alguns clientes industriais. Dessa forma, e possível fazer o desenvolvimento de produtos que depois para ser exportados para outros mercados, nomeadamente, países emergentes como o México ou mesmo a China.

ATUALIDADE

Taxa de inflação estabiliza na OCDE

A inflação ficou estável em 1,7% nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), em outubro. Já na Zona Euro verificou-se um ligeiro aumento de 0,3% para 0,4%, no mês em análise. Excluindo os alimentos e a energia, a taxa de inflação anual da OCDE também se manteve estável, em 1,8%, em outubro. A energia e os preços dos alimentos registaram uma ligeira desaceleração no conjunto dos países daquela organização, o que compensou algumas subidas, também estas de pouca relevância.

Bruxelas rejeita “interpretação criativa” das regras orçamentais

A Comissão Europeia rejeita em absoluto uma “interpretação criativa” das normas orçamentais e considera que não deve haver qualquer tipo de flexibilidade adicional nesta matéria. Bruxelas assume que é suficiente a flexibilidade já inscrita no Pacto de Estabilidade e Crescimento. Estas afirmações surgem sobretudo na sequência de um possível incumprimento orçamental por parte de países como a França, a Itália ou a Bélgica. Portugal não está no centro das atenções, mas não deixa de levantar algumas preocupações.

Comissão Europeia injeta 315 mil milhões na economia para criar emprego

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A Comissão Europeia anunciou na última semana a adoção de um plano de investimento no montante de 315 mil milhões de euros para fomentar a criação de

emprego. O Plano assenta em três vertentes: a criação de um novo Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), garantido através de fundos públicos, para mobilizar, no mínimo, 315 mil milhões de investimento adicional nos próximos três anos (2015-

2017); a criação de uma reserva de projetos associada a um programa de assistência para canalizar os investimentos para onde são mais necessários; um roteiro para tornar a Europa mais atrativa ao investimento e eliminar estrangulamentos de natureza legal.

PUB



ENCONTROS EMPRESARIAIS
A CAMINHO DA COMPETITIVIDADE
INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO
À INTERNACIONALIZAÇÃO E INOVAÇÃO
(ANGOLA)
NOVO QUADRO COMUNITÁRIO

11 DEZ. ÀS 09H30
QUINTA D'AZENHA, TROFA

PROGRAMA

9H30
SESSÃO DE ABERTURA
Eng.º José Manuel Fernandes - Presidente da Direção da AEBA
Eng.º Luís Mira Amaral - Presidente da Comissão Executiva do Banco BIC Português

9H45
OS INSTRUMENTOS DE APOIO À INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO
NO PERÍODO 2014-2020
Prof. Doutor Augusto Medina - Presidente da SPI

10H15
PAUSA PARA CAFÉ

10H45
O UNIVERSO DOS BANCOS BIC, MERCADOS E OPORTUNIDADES
DE NEGÓCIO E DE INVESTIMENTO
Eng.º Luís Mira Amaral - Presidente da Comissão Executiva do Banco BIC Português

11H20
INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO À EXPORTAÇÃO E AO INVESTIMENTO
Dr.ª Gisélia Ribeiro - Banco BIC

11H40
CASO DE SUCESSO

12H00
DEBATE

ORGANIZADO POR:





Jean-Claude Juncker, presidente da Comissão Europeia.

Segundo estimativas da Comissão, o conjunto de medidas proposto poderá permitir um acréscimo do PIB da UE calculado entre 330 e 410 mil milhões de euros nos próximos três anos e criar até 1,3 milhões de novos postos de trabalho (ver tabela).

O novo FEIE será criado em parceria com o Banco Europeu de Investimento (BEI). Terá por base uma garantia de 16 mil milhões de euros do orçamento da UE, combinados com cinco mil milhões do BEI. O efeito multiplicador do Fundo será de 1:15. Por outras palavras, por cada euro mobilizado através do Fundo, serão gerados 15 euros de investimento total.

Quanto à reserva de projetos, associada a assistência técnica para canalizar o dinheiro para onde é necessário, ela será vocacionada para apoiar o investimento estratégico em infraestruturas, nomeadamente redes de energia, banda larga e transportes em centros industriais, bem como nos setores da educação,

I&D, energias renováveis e eficiência energética.

Os Estados-membros já estão a apresentar à 'task force' conjunta Comissão-BEI, criada em setembro de 2014, listas de projetos selecionados em função de três critérios: projetos com valor acrescentado europeu, viabilidade e valor económicos com prioridade a projetos com elevado retorno socioeconómico e projetos que possam ter início, o mais tardar, nos próximos três anos, ou seja, que representem uma expectativa razoável de investimento no período de 2015-17.

Referindo-se a este plano, o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, disse que “se a Europa investir mais, será mais próspera e criará mais postos de trabalho”, afirmando ainda que o plano apresentado, “em estreita colaboração com o Banco Europeu de Investimento”, permite “impulsionar o investimento sem criar mais dívida”.

FEIE	Capacidade de assunção de riscos	Multiplicador (média)	Investimento na economia real
Investimentos a longo prazo	16 mil milhões €	15	240 mil milhões €
PME e empresas de média capitalização	5 mil milhões €	15	75 mil milhões €
TOTAL	21 mil milhões €	15	315 mil milhões €

Sonae Sierra melhora índice de sustentabilidade

A Sonae Sierra, empresa especialista em centros comerciais, melhorou a sua classificação, face ao ano anterior, segundo o benchmarking GRESB, uma entidade internacional que avalia e compara as melhores práticas de sustentabilidade do setor imobiliário a nível internacional. A empresa alcançou o terceiro lugar no retalho europeu e a quinta posição no global das empresas europeias. Em termos globais, foi atingida a 18ª posição, uma melhoria significativa relativamente aos resultados do ano passado.

Ramos Catarino reabilita edifício para hotel

Uma nova unidade hoteleira vai surgir em Lisboa, depois das obras de reabilitação e adaptação que estão a ser executadas pela construtora Ramos Catarino. O Hotel Riverside Alfama situa-se junto da Casa dos Bicos. A obra inclui a manutenção da fachada, que será reabilitada, a demolição integral do interior do edifício e a sua reconstrução, ficando com uma área de mais de 1200 m², distribuída por cinco pisos. A empresa admite que se trata de um projeto de alguma complexidade.

ARTIGO CIENTÍFICO
(PAPER)



PROFESSOR DR. JOÃO PAULO PEIXOTO - IESF
ALUNO: FERNANDA SILVA TEIXEIRA

PER ou SIREVE - uma segunda oportunidade?

Uma ação adequada e em tempo oportuno pode ser crucial para evitar um processo de liquidação e permitir a continuidade das empresas, que se encontram numa situação económica difícil. O PER (processo especial de revitalização) e o SIREVE (sistema de recuperação de empresas por via extrajudicial) foram duas das medidas inseridas no conhecido Programa Revitalizar, criadas pelo Governo, na tentativa de recuperar empresas que se encontram numa situação de pré-insolvência. Ambos os sistemas estabelecem um processo negocial de adesão voluntária, entre o devedor e a totalidade (ou pelo menos a maioria) dos seus credores, tendo em vista a obtenção de um acordo que permita a efetiva recuperação do devedor. Este processo negocial não constitui um dever, mas sim uma possibilidade, e apenas deve ser iniciado quando os problemas financeiros do devedor possam ser ultrapassados através de um compromisso contratual com os credores envolvidos e garanta, com forte probabilidade, que a empresa venha a manter-se em atividade após conclusão do acordo. Sendo manifesto que até à data inúmeras empresas recorreram a uma das duas medidas, a realidade confirma que as empresas, mediante um eventual incumprimento de obrigações, socorrem-se da reestruturação de créditos, do Sistema de Recuperação de Empresas por via Extrajudicial (SIREVE) ou do Processo Especial de Revitalização (PER) a fim de, sempre que possível, evitar a última e derradeira medida, a recuperação em sede de insolvência. Pela leitura do balanço traçado pela Turnwin quanto à evolução dos Processos Especiais de Revitalização (PER) instaurados até à data de 30 de Setembro último, obtivemos as seguintes conclusões:

- Desde o início do programa, em 20 de maio de 2012, até setembro de 2014, foram instaurados por empresas 2030 processos. Nos últimos meses observa-se uma tendência decrescente do número de PER instaurados, justificado em parte pela exigua recuperação económica que se tem verificado nos últimos meses; bem como pela perda do “efeito do impacto inicial”;
- O número de PER instaurados por empresas nos primeiros nove meses de 2014 diminuiu, assim, 2,17% relativamente ao período homólogo. Em média, entre janeiro e setembro de 2014, foram instaurados 73 processos por mês, em comparação com os 83 verificados no mesmo período de 2013;

- Tendo recebido homologação no mesmo período 719 PER, menos de metade das empresas que recorreram ao Processo Especial de Revitalização (PER) foi até agora bem sucedida. Contas feitas, apenas 35,42% dos pedidos receberam veredito favorável, o que significa que 64,58% dos PER instaurados por empresas ou “se encontram em curso ou foram encerrados por outro motivo que não o da homologação de plano de recuperação”;
- Com exceção dos meses de abril, maio e julho, em 2014, há uma diminuição em termos médios do número de PER homologados face ao último trimestre de 2013;
- À data de 30 de setembro de 2014, entre a instauração do processo e a sua homologação decorreram, em média, 200 dias. O processo mais célere para obtenção da sentença de homologação demorou 50 dias, contra 680 dias do processo mais moroso. Metade dos processos (50%) obtiveram a homologação em menos de 175 dias, enquanto 25% das empresas demorou mais do que 222 dias e outros 25% conseguiu a sentença em menos de 153 dias;
- Os dados provam que os processos homologados durante o primeiro trimestre de 2014 foram “muito menos morosos” (menos 21 dias, em média) do que os homologados no segundo trimestre. Quanto ao terceiro trimestre, tudo indica que manteve a média dos primeiros seis meses do ano.

O aumento dos prazos só pode, segundo o Observatório PER turnwin, dever-se a “factos surgidos entre o encerramento das negociações, termo que decorre da lei, e a sentença de homologação”. Tendo em conta a experiência vivida, tal descrição comprova-se, uma vez que a sentença de homologação só foi diferida praticamente cinco meses após a data de aprovação do PER pela maioria dos credores;

- Por zonas geográficas, Porto, Lisboa, Braga e Aveiro totalizam 64% de processos homologados. Facto explicado por ser aqui que se concentra o maior número de empresas a laborar, cujas dificuldades se fazem sentir em grande monta, mas com um excelente plano de negócios que atesta grande capacidade em regressar ao ativo;
- O setor da construção, incluindo promoção imobiliária, construção de edifícios, atividades especializadas de construção e engenharia civil, lidera em número de pedidos aprovados, com 148 homologações. De seguida temos o comércio por grosso e a

retalho, com exceção dos veículos automóveis e motociclos, com 142 processos. Em conjunto, construção e comércio protagonizaram 40,33% dos PER homologados desde o início do programa até setembro 2014. Tais dados justificam-se pelo número elevado de microempresas que levam a cabo actividade nestes ramos de negócio, e, dada a sua frágil constituição, veem-se obrigadas a recorrer este tipo de mecanismo para arranjar mecanismos de defesa perante os seus credores, assegurando assim a continuidade;

- Dos PER instaurados por empresas, a 30 de setembro de 2014, 28,62% tinha terminado em Processo de Insolvência. Verifica-se, assim, uma tendência de subida do número de PER convertidos em Processo de Insolvência;
- À data de 30 de setembro de 2014, entre a instauração do processo e a declaração de sentença de insolvência decorreram, em média, 247 dias. O processo mais célere para obtenção da sentença de insolvência demorou 51 dias, contra 691 dias do processo mais moroso. Metade dos processos (50%) viram a sentença de insolvência ser declarada em menos de 214 dias, enquanto 25% das empresas demorou mais do que 294 dias e outros 25% conseguiu a sentença de insolvência em menos de 171 dias. Os PER convertidos em insolvência são mais morosos que os PER com homologação aprovada, em média mais 47 dias. A justificar esta maior duração o facto de a devedora esgotar, até ao limite permitido por lei, o prazo de negociações;
- A setembro de 2014 assiste-se à diminuição do número de PER findos por outros motivos ou por motivos desconhecidos, face aos últimos meses de 2013. O que tudo indica que os processos são conduzidos, respeitando em termos médios os prazos previstos na lei, de forma a terminar com um “final feliz”, assegurando a manutenção do devedor no giro comercial, relegando-se para segundo plano a liquidação do seu património;
- Do total de processos PER findos a 30 de setembro de 2014, cerca de 45,83% conseguiram a sua homologação, transitando em julgado. 37,03% acabou convertido em insolvência e 17,14% acabou o processo por motivos desconhecidos;
- Pela leitura dos dados conclui-se que “o PER tem sido privilegiado como opção, em detrimento do plano de pagamentos e do plano de

insolvência e mesmo do SIREVE”, sendo “reconhecido e aceite como um meio de recuperação financeira por parte das empresas e de pessoas singulares”;

- Quanto às empresas, e caso se mantenham “os indicadores de recuperação da atividade económica, é de perspetivar que o recurso ao PER tenda a estabilizar”. No que respeita às famílias, “atentos os níveis de desemprego, a baixa de rendimentos por baixa dos salários na retoma de emprego, por redução de horas extraordinárias, por diminuição das situações de duplo emprego, restrição das ajudas de custo e de outros ganhos, é de estimar que continuará a aumentar o número de PER”.

Apesar de o PER permitir que a empresa se mantenha sempre em atividade, mantenha as suas relações jurídicas e económicas com trabalhadores, clientes e fornecedores, e quase garanta aos credores uma taxa de recuperação de crédito mais elevada, nem sempre os processos acabam bem. Felizmente, a percentagem de insolvência face à recuperada é menor, porém a diferença não é muito relevante (45,83% vs 37,03%). Há que acreditar e fazer tudo por tudo para seguir em frente e conseguir contornar os obstáculos da crise e manter a empresa no giro, pois esta maldita crise há-de passar. Se fazer tudo por tudo obriga a recorrer a um mecanismo de recuperação de empresas, então façam-no, desde que tenham um excelente plano de negócios que ateste a capacidade da empresa em continuar e assegurar a sua existência. Sejam rápidos, pois neste tipo de situações o passar do tempo não ajuda. Há sempre um momento ideal, mas quanto mais cedo melhor. Mal tenham provas de que não vão conseguir cumprir com as vossas obrigações, que estão em situação quer económica quer financeira debilitada, ajam. Devem munir-se de bons profissionais, mandatários/ administradores judiciais, que, antes de parecer, os façam ser. Como podem verificar, são processos longos, com muita burocracia e com muitos procedimentos a cumprir. Muitas reuniões, muitos interesses por vezes quase incompatíveis. Mas com o esforço e colaboração de todos, fornecedores, empregados, instituições financeiras, organismos públicos, clientes, parceiros, vale a pena! Há que encerrar os medos, enfrentar obstáculos e acreditar que não há outro caminho a seguir. Deixar marcas, mas sobreviverão os mais fortes! PER ou SIREVE, no fim de contas um dos dois processos para a maioria das empresas é mesmo uma segunda oportunidade!

AIDA analisa mercado alemão

Irá decorrer em Aveiro, nas instalações da AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro, no dia 10 de dezembro, das 9h15 às 12h30, um seminário sobre o mercado alemão. O seminário, com entrada gratuita mas sujeita a inscrição, tem como objetivo dotar os empresários e gestores presentes de informação económica e cultural sobre o mercado alemão, bem como testemunhar as experiências de empresas que já trabalham com esse mercado.

Allianz adere ao Comic Con Portugal

O espaço da Allianz na Comic Con Portugal promete ser um dos mais concorridos e divertidos daquele que é o primeiro mega-evento de cultura “pop” a realizar-se no nosso país. Caricaturas digitais, sessões de autógrafos e vários passatempos vão animar todos os visitantes do espaço da seguradora neste evento, patrocinado pela Allianz e que se realiza entre hoje, 5 de dezembro, e domingo, dia 7, na Exponor.



NUNO CEREJEIRA NAMORA
ADVOGADO

FUNDO DE APOIO MUNICIPAL

A gestão despesista – ataque à autonomia autárquica

No final de Agosto passado, o Governo publicou a Lei 53/2014, de 25 de Agosto, vulgo Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Trata-se de uma medida legislativa que, a coberto do princípio da solidariedade, impõe a todos os Municípios económica e contabilisticamente equilibrados a obrigação de contribuírem para um fundo comum, no qual o Estado participa com 50%, que irá socorrer os Municípios deficitários.

É um programa troikista à portuguesa.

A jusante, os Municípios intervencionados vão ver a sua autonomia autárquica condicionada, sendo-lhes imposto um conjunto de restrições financeiras e administrativas. Os Municípios “devedores” vão ser obrigados a cobrar as taxas máximas de IMI, IRS ou Derrama. Passam a ser monitorizados e obrigados a adotar medidas de ajustamento, submetendo-se a rigorosas medidas de responsabilização no caso de incumprimento, bem como ficam impossibilitados de recorrer a fundos comunitários.

A montante, os Municípios cumpridores, com as contas equilibradas, vão ter que contribuir forçadamente para o fundo.

Entendemos que se trata de uma Lei politicamente injusta e desproporcionada e juridicamente insustentável, porque inconstitucional.

Politicamente, vai ser dinheiro retirado aos Municípios pagadores, sem garantia de devolução e sem qualquer contrapartida. É um confisco!

Premeia os Municípios que gastaram mais do que deviam, tendo beneficiado os seus municípios desse gasto excessivo; simultaneamente, penaliza os Municípios que procuram investir de forma sustentada e que, por serem responsáveis, negaram aos seus municípios idênticas regalias.

O FAM desincentiva a gestão responsável das contas municipais por prever mecanismos de resgate automático que impedem que o mais responsável dos autarcas tenha que, verdadeiramente, prestar contas pela sua gestão, pois os municípios nunca irão sentir consequências sérias oriundas da gestão irracional, ao contrário do que sucede no resgate a países em que os cidadãos sofrem com a má gestão do governo, através da subida de impostos e a diminuição do investimento.

Várias dezenas de Municípios cumpridores – e agora pagadores – já estão a contestar o FAM na praça pública, apresentaram pedido ao Provedor de Justiça para que promova a fiscalização sucessiva abstrata (n.º 2 do art. 282.º da

C.R.P.) de vários preceitos da Lei 53/2014 e vão, nos próximos 30 dias, intentar várias providências cautelares contra o ato da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) que, regulamentando a lei, já concretizou os montantes das contribuições de cada Câmara a pagar durante os próximos sete anos.

Estas providências cautelares irão despoletar a apreciação das inconstitucionalidades apontadas à lei em sede de fiscalização sucessiva concreta (art. 280.º da C.R.P.) e, por via disso, o que vier a ser decidido pelos Tribunais só abrangerá os Municípios que impugnem os despachos da DGAL, não beneficiando os demais com tais sentenças.

Entendo que o ato da Direção-Geral das Autarquias que apura o valor da contribuição de cada Município é um acto administrativo com eficácia externa e que, a partir do momento em que é notificado, cria na esfera jurídica dos Municípios a obrigação de pagamento de contribuições para o fundo.

Tal acto lesa os direitos dos Municípios pois procede à remoção de meios orçamentais afetos aos seus municípios, forçando a sua afetação a penalidades que a estes são alheios. Por isso, é atacável judicialmente. Os fundamentos da sua impugnação são, sumariamente, entre outros, os seguintes:

A – Violação de princípios administrativos-constitucionais

Antes de mais, este acto viola os princípios da prossecução de interesses próprios das populações e o princípio da territorialidade das atribuições da autarquia.

De facto, o n.º 2 do artigo 235.º da C.R.P. dispõe que “*as autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas*”.

Se assim é, a função constitucional das autarquias locais é a prossecução dos interesses próprios das populações respetivas, das suas comunidades locais e não as populações de outros territórios, que possuem interesses alheios.

É aqui que reside a violação do n.º 2 do artigo 235.º da Constituição, por o FAM forçar uma autarquia local a financiar outras autarquias, outros territórios, interesses e populações, alheios ao seu território.

B – Violação de princípios financeiros

As autarquias locais estão sujeitas ao regime financeiro estabelecido na Lei n.º 73/2013 (Lei das Finanças Locais

e o cumprimento do FAM vai obrigá-los a violar alguns dos seus princípios fundamentais.

Desde logo, o FAM, ao obrigar um Município a pagar dívidas de outros Municípios, pode colocar em crise a sustentabilidade orçamental da mesma. Por outro lado, o FAM constitui uma ingerência que viola o princípio da autonomia financeira das autarquias.

Também o princípio da equidade intergeracional pode estar em causa, dado que, no limite, um Município “pagador” poderá ter necessidade de se endividar para contribuir para o Fundo.

Ainda nesta sede importa lembrar que os Municípios já contribuem para o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e para o Fundo de Coesão Municipal (FCM), havendo já dois fundos previstos na Lei das Finanças Locais, o princípio da solidariedade intermunicipal já está assegurado, pelo que a imposição deste terceiro fundo é desadequado e excessivo, constituindo uma dupla tributação.

C – Violação de regras e princípios da constituição fiscal

O FAM, ao impor aos Municípios a subscrição de capital social de forma compulsiva, coativa, de natureza pecuniária e sem qualquer contraprestação, determina a obrigação de pagamento de um verdadeiro imposto, tendo em conta que não se divisa nesta lógica distributiva e solidária qualquer nexo sinalagmático.

Nem mesmo a virtual, futura e incerta remuneração do capital salvará da caracterização tributária esta imposição coativa, dado que, no limite, seria reconduzida a natureza de empréstimo forçado.

Sendo uma prestação unilateral, o FAM é um verdadeiro tributo imposto aos Municípios, pelo que está sujeito às regras e princípios da constituição fiscal, em especial o princípio da legalidade, estatuído no n.º 2 do artigo 103.º da CRP.

Deste modo, a lei em causa, ao estabelecer que a competência para fixar o montante da participação dos Municípios à DGAL, levanta várias reservas quanto à sua constitucionalidade.

Uma primeira reserva constitucional ao preceito legal em causa traduz-se na violação do princípio da legalidade fiscal, por desrespeito das exigências deste princípio em sede do (sub) princípio da determinabilidade ou da tipicidade das normas de incidência fiscal, dado que os impostos devem ter um âmbito de aplicação previamente definido.

A indeterminação da previsão normativa não pode ser de tal modo

intensa que comprometa uma previsão e calculabilidade mínimas quanto à incidência do respetivo imposto, permitindo à Administração definir e determinar, casuisticamente, a matéria coletável que, no caso em apreço, corresponde ao valor do capital do FAM imposto a cada Município. Nessa medida, o artigo 17.º da Lei 53/2014 afronta o princípio da tipicidade fiscal.

A segunda reserva do regime em causa reporta-se à violação do princípio da capacidade contributiva, no sentido de que, como substrato ou pressuposto de tributação, a capacidade contributiva tem de basear-se na força ou potencialidade económica do contribuinte, expressa na titularidade da riqueza (ou rendimento).

O regime imposto pelo FAM afasta-se do valor que cada Município pode pagar, centrando a sua fórmula na lógica exclusiva da receita da autarquia, sem ter em conta os compromissos já assumidos por esta. É mais um segmento do regime do FAM que considero inconstitucional e que permite que o ato de liquidação já praticado pela DGAL seja atacado judicialmente.

Finalmente, entendo que o FAM viola a Lei do Enquadramento Orçamental (LEO).

A Lei 91/2001, de 20 de agosto, na versão que lhe foi introduzida pela Lei 41/2014, de 10 de julho (LEO) é uma lei de valor reforçado, pelo que as leis posteriores lhe devem obediência, nos mesmos termos que o devem à Constituição da República.

Uma das regras da LEO é o da anuidade dos impostos, ou seja, o orçamento tem de acolher os impostos que vão ser cobrados no correspondente ano civil. Pretende-se com esta regra introduzir uma lógica de previsibilidade nas entidades oneradas com impostos, para que possam adequar os seus orçamentos aos encargos fiscais previstos para cada ano.

Tudo isto o legislador ignorou, criando o FAM fora do período orçamental, já depois de aprovado o Orçamento de Estado para 2014, o qual não acolhe este novo imposto.

Por violação da LEO, o ato da DGAL que veio criar este novo imposto violou a regra da anuidade, o que constitui mais uma violação de uma lei de valor reforçado.

Avizinha-se, pois, forte contestação judicial ao FAM, um verdadeiro imposto, putativamente de natureza mutualista, mas de facto castrador da autonomia local e evadido de inúmeras inconstitucionalidades.

Paraísos fiscais estão perto do fim

Os paraísos fiscais podem ter os dias contados. Depois de a Suíça ter aceite trocar informação bancária automática com outros países, o número de territórios internacionais opacos vai-se reduzir à sua expressão mínima nos próximos três anos. Esta situação resulta, em grande medida, dos esforços que têm sido desenvolvidos nesse sentido por parte dos países europeus. É que os governos nacionais estão conscientes que os paraísos fiscais têm uma influência extremamente negativa ao nível orçamental, já que são propícios à fuga e à evasão fiscais.

Preço do petróleo penaliza vários bancos

Vários bancos defrontam-se com fortes perdas potenciais sobre um crédito de 850 milhões de dólares concedido a duas petrolíferas e gasistas. O que leva a concluir que a drástica queda do preço do petróleo vai começar a ter repercussões no resto da economia. Esta baixa nos preços do crude está a ter um grande impacto nas economias dos países produtores de petróleo, em particular. Mas as empresas petrolíferas também não escapam ao facto de os preços estarem a níveis anormalmente baixos. Estes grupos têm sido fortemente penalizados na sua atividade bolsista.

Crédito às empresas europeias continua incipiente

O crédito às empresas e aos privados continuou a descer na Zona Euro, em outubro. No entanto, o recuo foi menos pronunciado do que no mês precedente. Isto apesar das novas medidas do Banco Central Europeu para relançar o crédito e sustentar o crescimento.

As referidas medidas não tiveram um impacto imediato, pelo que o BCE poderá avançar com outras soluções, a partir do início do próximo ano, por exemplo, com a compra de dívida soberana, ainda que com a contestação de alguns países. Entretanto, importa notar que a confiança dos consumidores voltou a recuar, contra todas as expectativas. Nem

sequer a aceleração das exportações foi suficiente para que os empresários ficassem mais otimistas e enveredassem por um reforço do investimento.

Ainda há indefinições na Zona Euro, como é o caso da inflação, que se mantém a um nível historicamente baixo. A produção industrial cresceu menos do que o previsto. O que se pode concluir dos últimos indicadores sobre a atividade económica na Zona Euro é que a recuperação ainda é muito incipiente e o mais certo é o banco central ter de intervir novamente. Resta esperar também os resultados do Plano apresentado pela Comissão Europeia para

impulsionar a economia.

Relativamente ao referido plano apresentado pela Comissão, está a merecer alguns apoios, especialmente por parte da Alemanha. Poderá ter um impacto considerável na economia real, por via da injeção de liquidez. Bruxelas acredita que esta é uma das soluções possíveis para evitar que a região entre novamente em processo de recessão. A realidade é que as estimativas de crescimento já foram bastante mais otimistas. Depois de um longo período de austeridade, a preocupação é agora manter o controlo orçamental, mas sem colocar em causa o potencial de crescimento de



O Banco Central Europeu não coloca de parte a possibilidade de partir para medidas mais radicais que possam impulsionar a economia.

toda a União Europeia. Mesmo os Estados Unidos já criticaram a postura passada dos responsáveis políticos comunitários, os quais

não terão assumido uma estratégia adequada para fazer face aos constrangimentos económicos e financeiros.

PUB



Seminário

"Alemanha um Parceiro Estratégico para o Tecido Empresarial Português"

Dirigido a empresários e gestores que pretendam obter informações sobre o mercado almeão.

10 de Dezembro

Edifício da AIDA

Entrada gratuita mas sujeita a inscrição, conferindo a cada participante o direito a 1 exemplar do Manual de Internacionalização.

www.aida.pt

AIDA
ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO

09:15H	Recepção aos participantes	11:00H	Pausa
09:30H	Sessão de abertura AIDA	11:10H	A experiência das empresas portuguesas no mercado Alemão Walker Albuquerque · DAGOFORM Desenvolvimento e Produção Metálica, Lda Eduardo Perestrelo · EXTRUSAL SA José Amador · MARTIFER SOLAR, SA
09:50H	Principais resultados do projecto Business Intelligence para o Mercado Alemão Sérgio Lorga · CEO da BTEN	12:00H	Alemanha, um mercado organizado de negócios: da cultura de negociação à tomada de decisão Simeon Reis · Partner da BTEN
10:20H	Dinamização das Plataformas de International Business Intelligence José Cardoso Matos · Partner da BTEN	12:20H	Encerramento Dr.ª Piedade Valente · COMPETE
10:40H	Exportar e Investir na Alemanha Valter Alcoforado Barreira* · Presidente do Grupo de Jovens Empresários e Profissionais da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã * a confirmar		

Informações/Inscrições

Gab. Comunicação e Imagem
Celeste Claro, c.claro@aida.pt ·
Isabel Caçóilo, i.caçóilo@aida.pt
Tel: 234 302 497

Morada
R. da Boavista
Zona Ind. de Taboeira
Alagoas - Aveiro

Projecto Co-Financiado por:



NEGÓCIOS E EMPRESAS

Lionesa abre época de Natal sem IVA

Nos dias 5 e 6 de dezembro entre as 11 e as 20 horas, a Lionesa, em Matosinhos, realiza a 5ª Edição do dia sem IVA, iniciativa que tem por objetivo permitir aos consumidores adquirir artigos de todas as marcas com desconto igual ou superior ao valor do IVA. O evento prevê um diverso conjunto de atividades de lazer totalmente gratuitas para toda a família evocando o espírito natalício.

Durante estes dias os valores de desconto podem ir até 80%, em algumas marcas. O desconto igual a valor do IVA será assegurado em todas as marcas residentes e convidadas neste evento da Lionesa.

Entre as mais de 60 marcas que já estão confirmadas constam nomes como a Throttleman by Boxer Shorts, GREGscarf - Quality fashion scarves made in Portugal,



Fio Rosa, o Bazar da Lapa, a Phi Clothing, a Jardimland Portugal, Z's Craft & Home, Sabores da Herdade, Cowe Store, Trendy Bazaar, Cowe Store entre muitas outras.

Grupo Lena comercializa Edifício Santa Luzia

O grupo Lena Imobiliária está a comercializar o Edifício Santa Luzia, um empreendimento de 77 frações para habitação, comércio e serviços, localizado no Funchal. As áreas dos apartamentos variam entre os 125 e 235 m². O edifício caracteriza-se pelo seu design com linhas curvas e está localizado em pleno coração da cidade. Os acabamentos são modernos e são evidentes as preocupações energéticas e ambientais. O promotor imobiliário espera uma boa receptividade a este tipo de produto.



ANDREIA JÚNIOR

Advogada responsável pelo Departamento de Direito Fiscal da Gali Macedo e Associados, RL

O mecenato cultural no OE 2015

O Orçamento do Estado para 2015 (OE 2015), aprovado no passado dia 27 de outubro de 2015, não introduz avultadas alterações no âmbito do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

Contudo, dentro das medidas previstas, salientamos as alterações apresentadas no âmbito do Mecenato Cultural por se nos afigurarem que possam ter algum interesse quer para as entidades mecenas, quer para aquelas instituições que deste regime vão beneficiar.

Em primeiro lugar, parece-nos bastante relevante a autonomização do regime de mecenato cultural, passando este a gozar de um artigo próprio dentro do capítulo X do EBF que respeita aos Benefícios Fiscais ao Mecenato. Assim, passa a ser aditado ao referido Estatuto, o artigo 62.º B, revogando-se a alínea i) do número 6 do artigo 62.º do EBF, que era a única referência ao mecenato cultural antes desta alteração.

Com esta autonomização pretendeu-se alargar o âmbito das entidades beneficiárias mas também aumentar o estímulo aos mecenas numa altura em que não só o orçamento para a Cultura é extremamente baixo como a capacidade de investimento por particulares fica aquém do desejado. Assim, o OE 2015 prevê, no que às entidades beneficiárias diz respeito, que as mesmas possam ser todas as "...a) As pessoas previstas no n.º 1 do artigo 62.º e as pessoas coletivas de direito público; b) Outras entidades sem fins lucrativos que desenvolvam ações no âmbito do teatro, da ópera, do bailado, música, organização de festivais e outras manifestações artísticas e da produção cinematográfica, audiovisual e literária; c) As cooperativas culturais, institutos, fundações e associações que prossigam atividades de natureza ou interesse cultural, nomeadamente de defesa do património histórico-cultural material e imaterial; d) Entidades detentoras ou responsáveis por museus, bibliotecas e arquivos históricos e documentais; e) Os centros de cultura organizados nos termos dos Estatutos do INATEL, com exceção dos donativos abrangidos pela alínea c) do n.º 3 do artigo 62.º; f) Organismos públicos de produção artística responsáveis pela promoção de projetos relevantes de serviço público, nas áreas do teatro, música, ópera e bailado." Segundo a proposta recentemente aprovada, há um acréscimo de 10% na majoração dos donativos concedidos às entidades beneficiárias passando assim, de 120% para 130% e de 130% para 140% no caso de os

donativos serem realizados ao abrigo de contratos plurianuais.

Pelo que, as entidades mecenas poderão considerar gastos os valores dos donativos majorando-os nas percentagens acima indicadas. Prevê-se, ainda que, os donativos atribuídos a entidades privadas passem a ter como limite de dedução 8/1000 do volume de vendas ou de serviços prestados, em valor correspondente a 130 % para efeitos do IRC ou da categoria B do IRS. Ou seja, este limite que anteriormente era de 6/1000 é também ampliado.

Com a autonomização do regime de mecenato cultural pretendeu-se alargar o âmbito das entidades beneficiárias mas também aumentar o estímulo aos mecenas

A nova redacção deste artigo estabelece também a possibilidade de se incluir no mecenato cultural a cedência pelo mecenas de recursos humanos, sendo neste caso considerado que o valor da cedência de um técnico especialista é o valor correspondente aos encargos despendidos pela entidade patronal com a sua remuneração, incluindo os suportados para regimes obrigatórios de segurança social, durante o período da respetiva cedência. Salientamos, ainda, a tentativa de simplificação do processo administrativo das entidades beneficiárias quanto à obtenção prévia da declaração do seu enquadramento no regime do mecenato cultural.

Assim, esta declaração deixa de ser exigível se as entidades forem pessoas coletivas de utilidade pública e de solidariedade social ou se o projeto ou a atividade a beneficiar do donativo for, comprovadamente, objeto de apoios públicos atribuídos por organismos sob a tutela do membro do Governo responsável pela área da cultura.

Parece-nos, de facto, que estas alterações poderão ser incentivadoras para que haja mais mecenato cultural, tão necessário para que nos dias de hoje consigamos manter as instituições culturais em funcionamento com a dignidade que lhes é merecida.

Regresse ao conforto do Outono

A Fonte Viva tem tudo para o fazer sentir confortável sem precisar de sair do escritório ou de casa.



bebidas quentes
café e chá

água
pura e fresca

fruta
fresca


www.fonteviva.pt
808 290 000
comercial@fonteviva.pt



fonte viva
Em todos os momentos

GESTIFATURA

RIGOR · EXPERIÊNCIA · RESULTADOS



PARA A GESTIFATURA, CRÉDITOS SÃO PASSADO.

Na **GESTIFATURA**, transformamos créditos em passado, para que a sua empresa possa olhar para o futuro. As nossas soluções personalizadas permitem otimizar a gestão da faturação e a recuperação de valores em dívida, em Portugal ou no estrangeiro, favorecendo as relações comerciais das empresas com os seus clientes. O segredo está em mais de duas décadas de experiência e no acesso a informação relevante e a plataformas exclusivas de gestão.

Proteja os seus ativos! Contacte-nos através de:
T: (+351) 21 358 89 00 | E: comercial@gestifatura.pt

www.gestifatura.pt

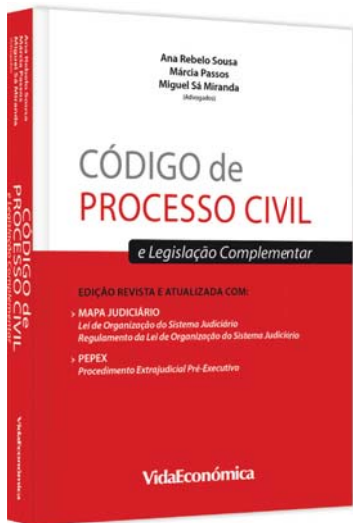
NEGÓCIOS E EMPRESAS

Bruxelas premeia empresas mais competitivas para o ambiente

A Comissão Europeia anunciou as empresas vencedoras do prémio que combina a competitividade com o respeito pelo meio ambiente. As cinco empresas vencedoras são oriundas da Turquia, da Bélgica, da Alemanha, da Holanda e de Espanha. Estas entidades abrangem todas as áreas de negócios diferentes e o galardão insere-se na preocupação de Bruxelas em garantir as boas práticas ambientais, mesmo fora do espaço comunitário. As categorias abrangidas são a gestão, o produto e os serviços, a inovação de processos, o negócio e a biodiversidade, bem como a cooperação internacional.

Portugal faz emissão de 850 milhões em títulos

Portugal fez uma emissão de 850 milhões de euros em títulos, com vencimento em 2015, com a procura a aumentar e o juro médio a descer. "O país conseguiu colocar mais 13% do que o montante máximo previsto e financiou-se com juros mais baixos do que na emissão anterior, merecendo cada vez mais confiança dos investidores de dívida. No mercado secundário, os juros das obrigações do tesouro, a dez anos, caíram três pontos base", de acordo com a XTB. Em comparação com a emissão anterior a 12 meses, a procura dos investidores aumentou 1,8 vezes, enquanto o juro médio baixou para 0,282%.



Vida Económica apresenta Código de Processo Civil

O grupo editorial vai realizar a apresentação pública do livro "Código de Processo Civil", na FNAC Santa Catarina, no Porto, no próximo dia 9, pelas 18 horas.

A entrada é livre. A nova edição – revista e atualizada – mantém o formato de ferramenta de trabalho dirigida a profissionais do foro e estudantes.

O lançamento é assinalado pela conferência "Temas da prova e declarações de parte", na qual será orador o advogado Jorge Barros Mendes.

A nova edição do Código de Processo Civil inclui a legislação complementar

O livro da autoria de Ana Rebelo Sousa, Márcia Passos e Miguel Miranda inclui o mapa judiciário, designadamente a Lei de Organização do Sistema Judiciário, constando também o Procedimento Extrajudicial Pré-Executivo.

Esta é uma obra de fácil consulta e que pode ser de grande utilidade no quotidiano dos profissionais.

A consulta é simples e bastante intuitiva, sendo que contém legislação complementar sobre a matéria em apreço.

PUB

CONTRATAÇÃO
PÚBLICA



ZEFERINO FERREIRA
Advogado
António Vilar, Luis Cameirão & Associados
zeferino.ferreira@avic-advogados.com

A diretiva comunitária de contratos de concessão e a subcontratação

A Diretiva 2014/23/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à adjudicação de contratos de concessão, veio suprir a inexistência de regras claras a nível da União Europeia acerca da regulamentação dos contratos públicos de concessão, de modo a obstar à situação de insegurança jurídica e aos constrangimentos verificados no funcionamento do mercado interno, designadamente no que respeita aos obstáculos à livre prestação de serviços.

Como refere a Diretiva, pretendeu-se estabelecer «um quadro jurídico adequado, equilibrado e flexível para a adjudicação das concessões garantirá o acesso efetivo e não discriminatório de todos os operadores económicos da União ao mercado e a segurança jurídica, promovendo investimentos públicos em infra-estruturas e serviços estratégicos para o cidadão».

No que concerne às regras de funcionamento das concessões, é estabelecida uma importante regra quanto à admissibilidade da subcontratação no âmbito destes contratos, ficando também estas entidades sujeitas ao cumprimento das obrigações em matéria ambiental, social e laboral, que estejam estabelecidas quer no direito comunitário e internacional, quer no direito nacional. Além disso, o processo de subcontratação deve respeitar os princípios de transparência, imanescentes da contratação pública, de modo a que as autoridades e as entidades contratantes detenham informações e conhecimento sobre quem se encontra a executar as obras ou a prestar serviços em edifícios, infra-estruturas ou zonas, como as câmaras, escolas, instalações desportivas, portos ou auto-estradas, sobre as quais as entidades públicas são responsáveis e exercem supervisão directa. Deste modo, os contratos de concessão devem prever a obrigação de facultar determinadas informações.

A Diretiva permite que os Estados-Membros possam ir mais longe, por

exemplo, ampliando as obrigações de transparência ou permitindo ou exigindo às autoridades ou entidades adjudicantes que verifiquem se os subcontratantes não se encontram numa das situações em que se justifica a exclusão de operadores económicos. Nesse âmbito, poderá e, em alguns casos, deverá ser exigida a substituição das entidades subcontratadas pela concessionária.

Em conformidade com o disposto no artigo 42.º, da Diretiva 2014/23/UE, incumbe às autoridades nacionais zelar pelo cumprimento das regras ambientais, laborais e sociais, pelo que ao abrigo do n.º 2, da referida disposição legal, poder-se-á solicitar ou exigir que o concorrente «indique na respetiva proposta qual a parte da concessão que tenciona subcontratar com terceiros, bem como quais os subcontratantes propostos». Ademais, a Diretiva deixa bastante claro que a existência de subcontratação não exime a concessionária de responsabilidades a título principal.

No que concerne à concessão de obras e aos serviços a serem prestados nas instalações da adjudicante, sob a supervisão da autoridade ou entidade adjudicante, após a adjudicação e, pelo menos, aquando do início da execução da concessão, deve ser exigido ao concessionário a indicação do nome, as coordenadas e os representantes legais dos seus subcontratantes que participam nas obras ou serviços, bem como todas as alterações a essas informações no decurso da execução da concessão.

Por último, a referida disposição admite a possibilidade de alargar as referidas obrigações a concessões de serviços diferentes dos serviços a prestar nas instalações sob a supervisão da autoridade adjudicante ou da entidade adjudicante e, bem assim, aos subcontratantes dos subcontratantes do concessionário ou a uma parte mais baixa da cadeia de subcontratação.

Lucros da Reditus disparam nos nove primeiros meses

A Reditus aumentou o resultado líquido em cerca de 84%, nos nove primeiros meses, para 427,5 mil euros. O EBITDA cresceu 11,6%, para 7,6 milhões, enquanto os proveitos operacionais apresentaram um reforço de quase 9%, para 90 milhões de euros. “Estes resultados refletem o contínuo foco na expansão da internacionalização, a qual passou a representar mais de 40% das receitas totais do grupo, contra 34,5% em igual período do ano passado”, avança a empresa em comunicado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Empresas nacionais “regressam” à fiação

Numa altura em que muitos países europeus estão a perder as suas valências industriais, a fiação nacional está a registar uma espécie de renascimento. De facto, algumas empresas estão a apostar na criação e na renovação de unidades para a produção de fios “Made in Portugal”. Empresas estas interessadas, numa primeira fase, em consolidar a sua presença no mercado interno, passando então para a internacionalização. É um nicho de mercado que poderá abrir boas oportunidades num setor que tem sabido investir na sua modernização.



FRANCISCO JAIME QUESADO
Presidente da ESPAP – Entidade de Serviços
Partilhados da Administração Pública

IMPÕE-SE UMA CULTURA DE MUDANÇA NA SOCIEDADE PORTUGUESA

Uma Agenda pós/troika

Portugal tem que apostar de forma clara numa agenda pós/troika. O Orçamento para 2015 e as políticas públicas associadas deverão ser o primeiro sinal na construção duma verdadeira agenda pós/troika. A agenda pós/troika deverá assentar na inovação e criatividade como fatores centrais de uma nova confiança, de uma ambição global, de uma capacidade de construir soluções para novos problemas. Uma sociedade da inteligência. Precisamos dessa atitude em Portugal e por isso impõe-se uma cultura de mudança. Portugal tem que acreditar que há um momento depois da troika e que a sociedade está preparada para os seus desafios.

Os conhecidos baixos índices de “capital estratégico” no nosso país e a ausência de mecanismos centrais de “regulação positiva” têm dificultado o processo de afirmação dos

diferentes protagonistas desta agenda pós/troika. Independentemente da riqueza do ato de afirmação individual da criatividade, numa sociedade do conhecimento, importa de forma clara “pôr em rede” os diferentes atores e dimensioná-los à escala duma participação global imperativa nos nossos tempos. Apesar de os resultados de iniciativas diversas na área da política pública, vocacionadas para posicionar o território no competitivo campeonato da inovação e conhecimento, falta uma estratégia transversal.

A consolidação do novo papel da agenda pós/troika entre nós passa em grande medida pela efetiva responsabilidade nesse processo dos diferentes atores envolvidos – Estado, universidade e empresas. No caso do Estado, no quadro do processo de reorganização em curso e de construção dum novo paradigma

tendo como centro o cidadão-cliente, urge a operacionalização de uma atitude de mobilização ativa e empreendedora da revolução do tecido social. A reinvenção estratégica do Estado terá que assentar numa base de confiança e cumplicidade estratégica entre os “atores empreendedores” que atuam do lado da oferta e os cidadãos que respondem pela procura.

Cabe naturalmente às empresas um papel claramente mobilizador na afirmação da Agenda pós/troika em Portugal. Pelo seu papel central na criação de riqueza e na promoção de um processo permanente de reengenharia de inovação nos sistemas, processos e produtos, será sempre das empresas que deverá emergir o “capital expetável” da distinção operativa e estratégica dos que conseguirão ter resultados com

valor alavancado na competitiva cadeia do mercado. Aqui a tónica tem mais do que nunca que ser pragmática, como demonstram as sucessivas ações externas realizadas recentemente.

O pensador espanhol, Daniel Innerarity, tem toda a razão. Precisamos de um novo espaço público em Portugal. A sociedade portuguesa encontra-se bloqueada e impõe-se um sentido de urgência na emancipação cívica do país. Por isso, em tempo de crise, o novo espaço público terá que ser capaz de responder de forma positiva aos desafios de uma sociedade civil ansiosa por respostas concretas aos desafios do futuro. Trata-se duma nova ambição, em que a aposta na participação e a valorização das competências, numa lógica colaborativa, têm que ser as chaves da diferença.

Legal
IMOBILIÁRIO
CABINETE DE ADVOGADOS



MARIA DOS ANJOS GUERRA ADVOGADA
marianjosguerra-3012p@adv.oo.pt

ARRENDAMENTO URBANO

Não habitacional Cessão de posição contratual

Sou médico e o andar onde tenho meu consultório foi arrendado ao proprietário, em 1999, pelo colega que me antecedeu.

Estou a pensar mudar-me e já tenho um colega interessado em ficar com o consultório.

Se bem me lembro quando, há 10 anos, o colega que me antecedeu me cedeu o consultório, não precisamos de autorização do senhorio nem de lhe comunicar o negócio, ou será que preciso?

Muito embora o contrato em análise tenha sido celebrado antes de, em 2006, ter entrado em vigor o NRAU (Novo Regime do Arrendamento Urbano), o certo é que, embora com algumas especificidades, o NRAU se aplica aos contratos celebrados após a sua entrada em vigor, bem como às relações contratuais constituídas que subsistiam nessa data, como é o caso do contrato em questão.

Muito embora o referido diploma disponha, desde logo, que constitui uma obrigação do locatário, entre outras, não proporcionar a outrem o gozo total ou parcial do locado por meio de cessão onerosa ou gratuita da sua posição jurídica, sublocação ou comodato, exceto se a lei o permitir ou o locador autorizar, mais dispõe a lei, expressamente, que no caso de arrendamento não habitacional para exercício de profissão liberal, é permitida a transmissão por ato entre

vivos, da posição do arrendatário sem dependência de autorização do senhorio, a pessoa que no prédio arrendado continue a exercer a mesma profissão liberal, ou a sociedade profissional de objeto semelhante.

A partir de 2006, mais passou a dispor a lei que a referida transmissão deve ser celebrada por escrito e comunicada ao senhorio, no prazo de 15 dias.

O facto de, na cessão de posição

É permitida a transmissão por acto entre vivos, da posição do arrendatário sem dependência de autorização do senhorio, a referida transmissão deve ser celebrada por escrito e comunicada ao senhorio, no prazo de 15 dias.

contratual ocorrida entre o leitor e o colega que o antecedeu, não ter havido necessidade de comunicar o negócio ao senhorio, deveu-se, por certo, às disposições legais que, há 10 anos, vigoravam, ou seja o RAU (Regime do Arrendamento Urbano), que não impunham a necessidade de comunicar a cessão da posição contratual.



SEGUIR A NOSSA PRÓPRIA ESTRELA

The Rolling Stones

EL PRIMERO CHRONOMASTER 1969
TRIBUTE TO THE ROLLING STONES



ZENITH
SWISS WATCH MANUFACTURE
SINCE 1865

www.jborgesfreitas.pt
jborgesfreitas@jborgesfreitas.pt
225194190

Construção satisfeita com plano de investimentos de Bruxelas

A FIEC manifestou-se satisfeita com a criação do Fundo Europeu de Investimentos Estratégicos, anunciado pela Comissão Europeia. Foi relegado para segundo plano a discussão das dotações iniciais do novo instrumento financeiro. "A criação deste instrumento de alavancagem é uma boa notícia e um bom sinal para a União Europeia e para os investidores privados internacionais", refere a federação de construção em comunicado. O plano apresentado por Bruxelas envolve um pacote de 315 mil milhões de euros para dinamizar a economia, num prazo de três anos.

Larus mobila Avenida da Boavista

A Larus, empresa nacional de mobiliário urbano, está a mobilar a Avenida da Boavista, no Porto. Em causa está o projeto de requalificação do troço nascente da avenida, entre a rotunda da Boavista e o Bessa. "Com esta obra, desenvolvida em parceria com o gabinete Mventura & Partners, a Larus reforça a sua presença no espaço público da cidade do Porto, depois de ter mobilado a Avenida dos Aliados, o Museu de Serralves ou o Palácio de Cristal", refere a empresa em comunicado.

CONSULTÓRIO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS**CONDIÇÕES DE ACESSO À AÇÃO 3.3 DO PDR 2020****Quais as condições de acesso à Ação 3.3 – Investimento na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas do PDR?****Resposta**

São beneficiários da Ação 3.3 as pessoas singulares ou coletivas que se dediquem à transformação ou comercialização (por grosso) de produtos agrícolas, nomeadamente às atividades com uma das seguintes CAE: 10110, 10120, 10130, 10310, 10320, 10391, 10392, 10393, 10394, 10395, 10412, 10510, 10612, 10810, 10822, 10830, 10840, 10893, 11021, 11022, 11030, 11040 e 13105.

Os critérios de elegibilidade destes beneficiários são:

- Estarem legalmente constituídos;
- Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante a Administração Fiscal, a Segurança Social e os FEEI;

- Poderem legalmente desenvolver as atividades na tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
- Possuírem os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- Apresentarem uma autonomia financeira pré-projeto igual ou superior a 20% ou suportarem com capitais próprios pelo menos 25% do custo total do investimento elegível, caso os beneficiários não tenham desenvolvido qualquer atividade;
- Obrigarem-se a que o montante dos suprimentos ou empréstimos de sócios ou acionistas que contribuam para garantir os capitais próprios suficiente seja integrado em capitais próprios, até à data de aceitação da concessão do apoio;
- Autonomia financeira pós-projeto igual ou superior a 20%, aferida no momento do último pagamento;
- Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda

- esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência;
 - Não deterem nem terem detido capital numa percentagem superior a 0 %, por si ou pelo seu cônjuge, não separado de pessoas e bens, ou pelos seus ascendentes e descendentes até ao 1.º grau, bem como por aquele que consigo viva em condições análogas às dos cônjuges, em empresa que não tenha cumprido notificação para devolução de apoios no âmbito de uma operação apoiada por fundos europeus;
 - Deterem um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor.
- Ainda é necessário cumprir as seguintes condições de acesso dos projetos:
- Promover a expansão e a renovação da estrutura produtiva agroindustrial, preservar e melhorar o ambiente e contribuir para o desenvolvimento da produção ou do valor

- acrescentado da produção agrícola
- Investimento total elegível, apurado em sede de análise, superior a 200.000 €;
- Investimento total inferior a 4 milhões de euros, exceto quando a matéria-prima é maioritariamente proveniente da própria exploração agrícola e quando o projeto for desenvolvido por agrupamentos ou organizações de produtores reconhecidos, casos em que não existe limite máximo;
- Tenham início após a data de apresentação da candidatura;
- Assegurem, quando aplicável, as fontes de financiamento de capital alheio;
- Apresentem coerência técnica, económica e financeira e viabilidade económica e financeira;
- Cumpram as disposições legais (licenciamento) aplicáveis aos investimentos propostos.

As candidaturas encontram-se abertas até 31 de Dezembro.
WWW.SIBEC.PT
SIBEC@SIBEC.PT
228 348 500



PUB

one life. live it well.

**HOLMES
PLACE**

Fitness | Nutrição | Spa

**“ESTE MÊS
VOU-ME INSCREVER
NO GINÁSIO”**



Não deixe que nada se sobreponha aos seus objetivos.

OFERTA 1ª MENSALIDADE.

SEM FIDELIZAÇÃO.

Defina um objetivo. O Holmes Place torna-o possível. Saiba mais em: **holmesplace.pt**

REFLEXÕES SOBRE
EMPRESAS FAMILIARESANTÓNIO NOGUEIRA DA COSTA
Consultor Empresas
Familiares
antonio.costa@efconsulting.esEspecialistas na consultoria a Empresas Familiares
e elaboração de Protocolos Familiares
Santiago - Porto www.efconsulting.esA sociedade Familiar deve adotar procedimentos profissionais
de governo empresarial

O sucesso e a continuidade de um negócio dependem da interligação de muitos e variados fatores. Se num determinado momento podemos identificar um elemento com uma maior preponderância, certamente que em outra ocasião surgirá um outro que manifestará o seu destaque.

Nas empresas familiares, tal como em qualquer outra organização que tenha de sobreviver numa envolvente de competitividade de mercado, existe uma prática que deve estar sempre bem presente: uma atitude profissional.

Com este posicionamento pretende-se salientar que é indispensável a definição, implementação e contínua calibragem de procedimentos profissionais de condução dos destinos da organização.

O modelo de governo deve adotar as melhores práticas conhecidas para que a empresa consiga alcançar os objetivos definidos com todos os seus stakeholders. Podendo assumir uma vasta amplitude de comportamentos, destacaremos somente alguns associados à liderança por objetivos:

- A direção de topo deve definir para a organização, de forma clara e concisa, os seus objetivos de longo, médio e curto prazo;

- A estrutura funcional deve conceber, detalhar e apresentar, por escrito, metas concretas, mensuráveis e ações necessárias desencadear pela sua área, equipa ou pessoa;
- Periodicamente deve ser disponibilizada informação que permita comparar, de forma inequívoca, os resultados obtidos com os expectáveis;
- Os desvios devem ser assinalados e identificadas ações corretivas;
- Os resultados finais devem ser dados a conhecer a todos os intervenientes e, sempre que possível, reconhecer e compensar, ou não, pelas concretizações alcançadas.

A Sogrape Vinhos nasceu em 1942, da vontade e ousadia de um grupo de amigos que, apesar do contexto adverso dum mundo em guerra, decidiram apostar no talento e visão de Fernando van Zeller Guedes para desenvolver uma empresa de vinhos diferente.

Desta capacidade resultou a criação do Mateus Rosé – primeira marca portuguesa de vinhos global –, presente em mais de 120 países, e que permitiu o crescimento continuado até aos dias de hoje.

O sucesso parece estar na profissionalização dos negócios. Fer-



Fernando Guedes, Fernando da Cunha Guedes, Manuel da Cunha Guedes e Salvador da Cunha Guedes.

nando Guedes, em declarações ao jornal Público (07/09/2014) salientava que “um dos fatores-chave do sucesso da Sogrape é não confundir o facto de sermos uma empresa familiar com uma empresa em que a gestão está toda na família”.

A aposta na profissionalização do negócio, associado às vantagens de ser uma empresa familiar que: “A família dá-nos uma visão de muito longo prazo. Ao contrário de outras empresas, de carácter financeiro, que vi-

sam um lucro no curto prazo, de cariz imediatista, nós temos uma missão de longo prazo e nem sempre se visa o lucro. O que eu e a Mafalda temos hoje foi-nos transmitido pelos nossos

respetivos pais. O meu compromisso é poder contribuir para o que recebi e fazer ainda melhor, e depois devolvê-lo a quem venha a seguir. Isto muda a forma de estar no negócio.”

Temas para reflexão:

- Quem e como definimos os objetivos na nossa empresa?
- Quando e que informação passamos aos nossos colaboradores?
- A informação é clara, objetiva e escrita?

AEP apresenta
“Novo Rumo a Norte”

A AEP apresentou recentemente o “Novo Rumo a Norte”, um projeto que se traduz numa rede colaborativa de 40 associações empresariais, sob coordenação da associação, sendo objetivo facilitar o acesso das pequenas e médias empresas (PME) da região aos programas comunitários em vigor entre 2014 e 2020.

O projeto assentará numa plataforma informática “onde será partilhada toda a informação”.

“A lógica de intervenção assenta em três pilares fundamentais: cooperação associativa, competitividade empresarial e coesão territorial”, afirmou Luís Miguel Ribeiro, vice-presidente da AEP.

À entrada para uma reunião do Conselho Superior Associativo da Associação Empresarial de Portugal (AEP), Poaires Maduro, ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, reafirmou que “estará por dias” a aprovação dos programas operacionais por parte da Comissão Europeia.

Traga as suas pequenas feras para
conhecer as nossas.

130 ANOS

JARDIM ZOOLOGICO
Lisboa - Portugal
PELA PROTEÇÃO DA VIDA ANIMAL.

www.zoo.pt

Construção metálica lança selo de qualidade

A CMM – Associação Portuguesa de Construção Metálica e Mista acaba de lançar o selo “Quality Steel” (aço de qualidade), um projeto que pretende qualificar e promover esta indústria nacional nos mercados interno e externos.

O lançamento do selo foi feito esta semana, em Lisboa, no Estádio da Luz, uma das construções mais emblemáticas do alto desempenho das empresas portuguesas deste setor.

Para as empresas obterem aquele selo precisam de ter as melhores máquinas e de cum-

prirem as mais exigentes normas da União Europeia.

A construção metálica em Portugal tem vindo nos últimos anos a afirmar-se como um motor de inovação e de internacionalização da indústria portuguesa. Tem crescido em volume de exportações mais de 30% ao ano, representando agora quase 1% do PIB nacional. Muito concentrada na metade Norte do país, garante mais de 16 mil postos de trabalho diretos e atingiu um volume de negócio de 1500 milhões de euros.



LINHA DIRETA – PME

LUCRAR COM... PORTUGUÊS PARA ALEMÃES

Jack Soifer*
jack.soifer@vidaeconomica.pt



Créditos: OJE-Victor Machado

Sou professora, no desemprego. E agora? A vantagem fiscal para norte-europeus está a trazer muitos casais que se reformam antes dos 65 e usam a poupança-reforma. São ainda ativos, e para se integrarem em Portugal precisam estudar Português. Em geral falam Inglês. Numa sala especial na sua morada ou num escritório numa rua secundária, com baixa renda, inicie explicações. Estude os mais modernos métodos de ensinar Português a adultos, distintos dos de crianças. Não dê aulas, mas sessões divertidas, com uma melodia e um texto fácil de aprender. É vital ler e falar, não escrever.

Faça-os relaxar ao iniciar a sessão, com mensagens nos ombros uns dos outros. Que fechem os olhos enquanto você lê um texto fácil de memorizar. Faça uns perguntarem aos outros onde vive, que música gosta, qual o restaurante preferido, etc, perguntas habituais numa conversa de vizinhos.

Esta atividade baseia-se em passa-palavra; comece com minigrupos

Visite os clubes de estrangeiros por nação, que há na sua região, no Vale do Tejo, Grande Porto ou Algarve. Fale do que faz, com grupos pequenos, convide para uma sessão sem nada pagarem. Ponha um pequeno anúncio nalgum dos muitos jornais e newsletters em língua estrangeira que há por cá. Convide o editor para ver o seu trabalho ou um aluno a falar com o editor. Após iniciar um ou dois grupos, tente ser convidada para o almoço de uma Câmara de Comércio e convide os estrangeiros da sua mesa a visitar a sua sessão; mesmo que não adiram, eles passarão a palavra. Leve miniprendas relacionadas com o seu trabalho para o diretor da Câmara e os seus vizinhos de mesa.

Esta atividade baseia-se em passa-palavra; comece com minigrupos e invista o seu tempo em vender serviços futuros. O ideal é iniciar as vendas em Abril-Maio, antes de eles irem para as suas casas de verão, motivando-os para iniciar as aulas em outubro.

Questões: jack.soifer@vidaeconomica.pt
terá resposta individualizada ou nesta coluna

J. Soifer é sueco. Engenheiro, trabalhou para, entre outros, KFC nos EUA, Conselho Económico e Social do Presidente Lula, Banco Interamericano de Desenvolvimento. É especialista em PME. Entre os seus manuais: COMO SAIR DA CRISE, EMPREENDER TURISMO, ONTEM E HOJE NA ECONOMIA E PORTUGAL PÓS-TROIKA.



Contabilidade Geral

Porto 18 dezembro

09h30 às 13h / 14h30 às 18h

Objetivos:

No final da ação de formação, os formandos estarão habilitados a:

- Dominar o essencial sobre os conceitos base de contabilidade e a linguagem contabilística
- Dominar o essencial sobre as classes de contas do SNC
- Dominar o essencial sobre os trabalhos de fim de exercício
- Interpretar as novas peças contabilísticas elaboradas de acordo com o SNC

Formador: Dr. Agostinho Costa

Preços:

Assinantes VE: €90+IVA
Público em Geral: €120+IVA

Organização: VidaEconómica

PROGRAMA:

- 1. A Contabilidade como sistema de informação de apoio à gestão**
O sistema de normalização contabilística
- 2. O essencial sobre os conceitos base de contabilidade em SNC**
Conceitos base de contabilidade em SNC
- 3. O essencial sobre as classes 1, 2, 3, 4 e 5 do SNC**
Estudo do conteúdo e movimentação de contas
- 4. O essencial sobre as classes 6, 7 e 8 do SNC**
Estudo do conteúdo e movimentação de contas
- 5. O essencial sobre os trabalhos de fim de exercício**
Análise dos principais aspetos do trabalho de fim de exercício
Inventário anual
Regularização das contas
Balancete de retificação
Lançamentos de apuramento de resultados
Balancete final ou de encerramento
Demonstrações financeiras
Exercícios práticos
- 6. As demonstrações financeiras e o SNC**
O balanço
A demonstração de resultados
A demonstração dos fluxos de caixa

Incubação, formação e apoio à atividade empresarial

A incubação na sua rede nacional, o programa de cursos, que vai da formação contínua ao nível avançado de masters e pós-graduações, e o apoio consultivo especializado nas várias áreas da gestão são os principais serviços que a ANJE disponibiliza, em condições especiais, aos seus associados. Trata-se de um desconto de 20%, a acumular com o acesso gratuito a um conjunto de benefícios, entre eventos, produtos e suporte promocional. operacionais.



Acesso a ecossistema de financiamento e internacionalização

Os associados da ANJE beneficiam de acesso privilegiado a um ecossistema de financiamento, onde se inclui financiamento bancário, incentivos financeiros (nacionais e comunitários), redes de business angels, investidores e capitais de risco. No campo da internacionalização, destaca para o apoio à promoção de negócios além-fronteiras, desde o planeamento estratégico aos contactos

ANJE tem uma campanha para novos sócios

“Agora, Faz-te Sócio!” é o mote da campanha que a ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários está a promover, até ao final de 2014, dirigindo-se a todos os empreendedores motivados a beneficiar de suporte associativo para criar ou expandir um negócio próprio. Na adesão à campanha, os empresários com startup criada há menos de dois anos garantem 24 meses de isenção de quota, enquanto as restantes adesões beneficiam de 12 meses de isenção. A quota anual da ANJE é de 60 euros e é precisamente esse o valor de um benefício extra da campanha em vigor: um voucher de serviços ANJE (incubação, formação ou consultoria, por exemplo), a atribuir aos primeiros 500 novos sócios.

Com uma dezena de áreas operacionais e vários núcleos regionais (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), a ANJE proporciona aos seus associados um desconto permanente de 20% em toda a sua rede de serviços, produtos e iniciativas. Neste quadro, merecem evidente destaque as múltiplas oportunidades de formação e o alargado calendário de cursos levados a cabo a nível nacional, onde se inclui formação contínua de quadros e empresários, mas também formação avançada de quadros superiores e gestores e até modalidades formativas à medida. A incubação empresarial abrange 13 infraestruturas, de norte a sul do país, e ainda serviços de incubação virtual, ao passo que a consultoria é o campo mais amplo do cardápio de serviços associativos, na medida em que se trata de um acompanhamento especializado e personalizado, que vai da simples ideia de negócio até à internacionalização.

Ainda neste enquadramento, os associados da ANJE beneficiam de acesso preferencial a um



ecossistema de financiamento, com destaque para incentivos financeiros, assim como a uma plataforma promocional, com proveitos no campo da comunicação e do networking. De entre as vantagens de integrar a ANJE é igualmente possível sublinhar as condições especiais inerentes a uma vasta rede de parceiros em áreas tão diversas como combustíveis, hotelaria, lazer, turismo ou transportes.

A ANJE é uma associação de direito privado e utilidade pública que, desde 1986, representa institucionalmente os jovens empresários portugueses e os apoia na sua atividade empresarial. Foi, aliás, pioneira na promoção do empreendedorismo jovem no nosso país e, mais recentemente, notabilizou-se no incentivo à adoção de modelos empresariais baseados na inovação, investigação e desenvolvimento.

De facto, a ANJE tem concentrado esforços no chamado empreendedorismo qualificado, de forma a criar condições para que os jovens convertam o seu conhecimento em valor empresarial. Para tanto, a associação disponibiliza incubadoras para empresas de base tecnológica e fornece acompanhamento especializado em processos de formação, gestão, financiamento e

inovação empresariais.

Importa ressaltar, no entanto, que a ANJE continua atenta aos problemas do empresariado jovem no seu todo, independentemente da dimensão e estágio de desenvolvimento das empresas. A associação está animada pela vontade de contribuir para o progresso do país, a partir de um modelo económico assente na iniciativa privada.

Neste sentido, a ANJE tem-se empenhado na divulgação de sistemas de incentivo ao empreendedorismo, na prestação de serviços de aconselhamento empresarial a jovens empresários, na criação de centros de incubação de start-ups, no apoio à internacionalização de empresas, na realização de ações de qualificação profissional e na criação de redes de networking. Informações adicionais no site www.anje.pt.

Uma associação de pessoas aberta a potenciais empresários

A ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários é, como o nome indica, uma entidade representativa de empresários, isto é, uma associação de pessoas e não de empresas. A juventude também está no ADN da ANJE, pelo que a condição que, desde logo, se impõe aos potenciais novos sócios é a idade: ser maior e não ter completado os 41 anos. Quem ainda não criou uma empresa, mas está a pensar fazê-lo, pode também tornar-se sócio, integrando a associação na condição de aderente.

Os sócios aderentes são todos os empreendedores que se apresentam como potenciais empresários, nomeadamente trabalhadores por conta de outrem, dirigentes associativos e jovens universitários. Por outro lado, são sócios efetivos todos os empreendedores que sejam sócios ou acionistas de uma sociedade,

Quem ainda não criou uma empresa, mas está a pensar fazê-lo, pode também tornar-se sócio da ANJE

coletiva ou individual, bem como empresários em nome individual, de qualquer setor de atividade económica.

Sendo uma associação horizontal, a ANJE tem associados provenientes de todos os setores de atividade económica, verificando-se também a existência de sócios com interesses em mais do que um setor. Aliás, muitos dos empresários do universo ANJE são responsáveis por múltiplos projetos empresariais.

A ANJE diferencia-se ainda pela sua dimensão nacional. A fim de melhor apoiar os seus associados, conta com diversas estruturas regionais, designadamente os núcleos do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve. Possui ainda uma vasta rede de infraestruturas para a instalação de empresas, em formato de incubação física ou virtual, além de outros edifícios dedicados à formação empresarial e acompanhamento de empresas, que possibilitam a dispersão geográfica do cardápio de serviços e produtos de apoio ao empresário.

Startups têm dois anos de isenção de quota

Na adesão à campanha que a ANJE, há isenções de quota para todas as novas adesões, mas as startups têm condições preferenciais: negócios com menos de dois anos beneficiam de 24 meses de isenção de quota; as restantes empresas têm 12 meses de isenção. A quota anual da ANJE é de 60 euros e é precisamente esse o valor de um benefício extra da campanha em vigor: um voucher de serviços ANJE (incubação, formação ou consultoria, por exemplo), a atribuir aos primeiros 500 novos sócios.

DST ganha obra no valor de mais de quatro milhões

O grupo dst está a proceder à requalificação do Museu Municipal Abade Pedrosa, em Santo Tirso, uma obra com a assinatura do arquiteto Siza Vieira. A intervenção está orçada em cerca de dois milhões de euros e tem como objetivo construir um novo edifício para o museu e permitir o acesso entre este e o novo módulo, através de uma entrada em comum a realizar na estrutura a edificar. Uma outra empreitada da dst está a ocorrer em Fafe. Neste caso, trata-se de uma escola, cujo valor está estimado em 2,4 milhões de euros.

Promovalor conclui terceiro projeto no Brasil

O grupo Promovalor inaugurou o Centro de Negócios Multiusos Novo Mundo Empresarial, a terceira fase do investimento de 200 milhões de euros realizado em Pernambuco, no Brasil. Consiste numa área de construção superior a 150 mil m². "A inauguração destes três projetos de grande dimensão marca mais um passo na internacionalização da Promovalor. Uma aposta acertada, com parceiro de referência, em projetos com uma localização estratégica", refere Tiago Vieira, administrador do grupo.

LUÍS MARQUES MENDES NO LANÇAMENTO DO LIVRO "O DESPORTO NA LEI" EDITADO PELA VIDA ECONÓMICA

"Este livro é um exercício de

«Este livro é um exercício de serviço público», afirmou Luís Marques Mendes, atual Conselheiro de Estado e consultor da Abreu Advogados, na apresentação do livro "O desporto na lei", da autoria de Alexandre Miguel Mestre, também consultor da Abreu Advogados. O lançamento do livro editado pela Vida Económica encheu o auditório da Federação Portuguesa de Futebol (FPF). Marques Mendes salientou que, «em situações normais, quem faz as leis devia ter a preocupação de as compilar», elogiando a iniciativa de Alexandre Mestre como a prestação de um serviço público.

«Este é um belíssimo trabalho», que «pode parecer fácil mas não é», pois exige «um domínio da matéria muito grande», explicou Luís Marques Mendes. O consultor da Abreu Advogados classificou a obra como «uma espécie de código do desporto que compila todas as referências do ordenamento jurídico desportivo, um manual de orientação» escrito numa linguagem «simples, clara e acessível toda a gente». Marques



Na sessão de apresentação do novo livro de Alexandre Mestre intervieram Luís Marques Mendes, Hermínio Loureiro, Nuno Gomes e João Luís de Sousa.

Mendes salientou ainda a importância do livro como «utensílio de trabalho» para muitas pessoas, desde jornalistas, jogadores, estagiários de advocacia, a dirigentes e agentes desportivos, entre outros, constituindo «um manual de consulta indispensável e obrigatório», recorrendo às palavras do Seleccionador Nacional de futebol de Portugal, Fernando Santos.

Por sua vez, Hermínio Loureiro, vice-presidente da FPF, ex-deputado e antigo secretário de Estado do Desporto, afirmou ser «uma honra muito grande para a FPF disponibilizar o seu auditório para a apresentação do livro "O desporto na lei", tendo

Livro é manual de orientação que reúne todas as referências do ordenamento jurídico desportivo

confidenciado não se recordar de alguma vez ter visto tanta gente em pé naquela sala. O vice-presidente da FPF não quis deixar de enaltecer a iniciativa de Alexandre Mestre, que considera ser uma «pessoa de convicções fortes».

Já Nuno Gomes, antigo futebolista e assessor para a área internacional do presidente do Sport Lisboa e Benfica, considera que, no âmbito das funções que desempenha atualmente, e na sua licenciatura em Administração e Gestão Desportiva, o livro "O desporto na lei" «vai facilitar a minha vida». O antigo jogador do Sport Lisboa e Benfica considerava, por exemplo, que «qualquer agente desportivo vai poder consultar o manual e ficar por dentro

de qualquer assunto» sobre o qual tenha dúvidas. «Será um livro de apoio para toda e qualquer pessoa que queira conhecer a legislação desportiva».

Em representação da editora do livro "O desporto na lei", João Luís de Sousa, administrador do grupo Vida Económica, revelou. «Tivemos a vida facilitada», o autor fez um «excelente trabalho, utilizando uma linguagem simples e clara». A concluir a sua

intervenção, relativamente ao sucesso da nova publicação, João Luís de Sousa considerou que o auditório repleto da FPF só poderia ser um bom presságio.

Alexandre Mestre apresenta o seu livro como «um guia prático, um mapeamento, que procura servir de mote ao conhecimento das normas que regem o desporto intramuros», que resulta da «recolha e sistematização das principais referências que o nosso orde-



O livro O Desporto e a Lei explica o enquadramento legal de todas as atividades desportivas.

Livro será apresentado no Porto e em Guimarães

O livro "O Desporto na Lei" será apresentado no próxima dia 11 de dezembro, pelas 18h30, no Porto, no Auditório da Liga Portuguesa de Futebol, e no dia 19 de dezembro, em Guimarães, em local e hora a definir em conjunto com a Câmara Municipal de Guimarães. Serão oradores no Porto: Emanuel Medeiros, advogado, diretor executivo do ICSS (Associação Internacional da Segurança no Desporto), Júlio Magalhães, jornalista/Porto Canal, e o prof. doutor Jorge Silvério, psicólogo do Desporto. E em Guimarães: Júlio Mendes, presidente do Vitória Sport Clube, Gonçalo Gama Lobo Xavier (advogado), presidente da Comissão Disciplinar da Liga Portuguesa de Futebol Profissional, e o prof. doutor Espregueira Mendes, médico-cirurgião da Clínica Espregueira Mendes (Estádio do Dragão).

Galp e Martifer garantem financiamento para parques eólicos

A Galp Energia, através da sua participada Ventinveste, estabeleceu um conjunto de acordos com fornecedores e entidades financeiras para a construção de quatro parques eólicos. O projeto “Âncora” será financiado em regime “project finance”, num montante de 175 milhões de euros. A construção deverá estar concluída até finais de 2016, permitindo concretizar uma parte substancial da capacidade instalada atribuída à Ventinveste, empresa detida conjuntamente pela Galp Energia e pela Martifer.

REN conclui acordo coletivo de trabalho

A REN concluiu o processo negocial para um novo acordo coletivo de trabalho. Este visa a criação de um sistema de relações coletivas de trabalho que aumenta a equidade interna e propicia mais eficiência na gestão dos recursos humanos e o ajustamento de práticas à atual realidade do grupo em matéria de organização do trabalho, de remuneração, de benefícios sociais e de segurança e saúde, diz a Redes Eléctricas Nacionais em comunicado à CMVM.

serviço público”

namento jurídico estadual faz ao desporto». O antigo secretário de Estado do Desporto explica que o seu livro se assume «modesto no seu propósito», que pretende «de forma simples, enxuta e de rápido acesso a todos, facilitar a tarefa de quem queira ou necessite saber onde está o desporto na nossa lei e o que daí pode resultar, na prática». «Deixo-vos o meu contributo, usem e abusem do mesmo!», rematou Alexandre Mestre no final da sua intervenção.

“O desporto na lei” faz um percurso pelo ordenamento jurídico estatal português e a sua pertinência reúne consensos entre alguns dos principais atores do setor. «Um excelente manual», segundo Fernando Santos, Seleccionador Nacional de Futebol, e «imprescindível», para Rui Botica Santos, advogado, árbitro e mediador no Tribunal Arbitral do Desporto de Lausanne.

Para José Luís Arnaut, ex-ministro com a tutela do desporto, é «uma obra que bem precisávamos (...) [com] a hierarquização das normas jurídicas relativas ao desporto, desde a Constituição da República ao Poder Local, dos Agentes Desportivos à Atividade Desportiva (...), da Ética à Resolução de Litígios». Já Amadeu Portilha, presidente da Associação Portuguesa de Gestão de Desporto, considera que a obra é um «valioso contributo», que

«sistematiza a vasta legislação e regulamentação que conforma a heterogeneidade e multifacetismo do desporto e da atividade desportiva no nosso país».

Fernando Gomes, presidente da Federação Portuguesa de Futebol, explica que «“O desporto na lei” é indispensável para quem pretende conhecer em profundidade a regulamentação que rege todo o desporto português (...); somos guiados através da história das leis até chegarmos a uma visão atual e compreensiva de todas as relações entre a legislação portuguesa e o desporto nacional». Para Fernando Gomes, «o conhecimento profundo do fenómeno desportivo, tanto nos aspetos teóricos como práticos, a vasta experiência jurídica e política e o saber enciclopédico de Alexandre Mestre, fazem com que esta obra seja de leitura obrigatória».

Já Rita Santos Rocha, diretora da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, enfatiza a «clara utilidade e pertinência para os estudantes do ensino superior em Desporto, e para os agentes desportivos na sua especificidade (...), um contributo para a produção, transferência e difusão do conhecimento».

“O desporto na lei” constitui-se assim como um guia prático tanto para estudantes de Direito do Desporto, advogados da área, desportistas, treinadores,



O auditório da Federação Portuguesa de Futebol esteve repleto no lançamento do livro *Desporto na Lei*.

dirigentes e demais “agentes desportivos” que diariamente dinamizam o setor, como o é para aquele que, simplesmente olha com curiosidade o enquadramento jurídico do fenómeno desportivo.

Autor foi secretário de Estado do Desporto e Reabilitação

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Uni-

versidade de Lisboa, mestrado em Estudos Europeus (vertente Jurídica) pela Universidade Católica de Lisboa e doutorando em Direito Europeu do Desporto pela Edge Hill University, no Reino Unido, Alexandre Miguel Mestre tem vindo a especializar-se nas áreas do Direito e do Desporto.

É consultor na Abreu Advogados desde 2014, e desenvolveu a sua atividade profissional ligado à gestão pública e privada, nome-

adamente enquanto secretário de Estado do Desporto e Juventude no XIX Governo Constitucional, como adjunto jurídico do secretário de Estado da Juventude e Desportos e do secretário de Estado do Desporto e Reabilitação (2002-2005), como jurista na Confederação dos Agricultores de Portugal, entre outras funções, e também como investigador, docente e autor em instituições de ensino superior nas áreas do Direito e do Desporto.



Na preparação deste trabalho, Alexandre Mestre revela a sua experiência como jurista e ex-secretário de Estado do Desporto.



Alexandre Mestre durante os autógrafos no final da sessão.

TECNOLOGIAS

Portugueses preferem ver as montras do que pesquisar online

Ver nas lojas é a primeira fonte de informação na decisão de compra para a maioria dos consumidores (75%), à semelhança do que acontecia no ano passado (68%). Tal como em 2013, apenas 10% dos portugueses pesquisam informação na Internet antes de ver as montras, diz um estudo do Observador Cetelem.

OS SUSPEITOS DO COSTUME

Cloud, mobilidade, social e Big Data continuam a ditar tendências nas TI

Com o aproximar do final do ano, começam a ser libertados documentos que nos apresentam o balanço do ano e as tendências para os próximos 12 meses nos mais diversos setores. Para as Tecnologias da Informação, parece que a cloud, a mobilidade, o social e o Big Data continuam e vão continuar a estar na linha da frente. Os suspeito do costume, portanto.

SUSANA MARVAO
s.marvao@vidaeconomica.pt

As conclusões do mais recente estudo da EMC não trazem propriamente grandes novidades ao panorama das Tecnologias da Informação já que os suspeitos do costume, ou seja cloud, mobilidade, social e Big Data estão e parece que vão continuar a ser prioridade nas agendas dos decisores portugueses. Uma coisa já parece estar bem esclarecida: as TI são facilitadoras empresariais. E segundo este documento, o impacto das megatendências que abordamos antes mudou fundamentalmente as expectativas dos consumidores e utilizadores finais que querem cada vez mais interagir online, a qualquer hora e em qualquer lugar, tornando as Tecnologias da Informação mais estrategicamente importantes do que nunca. “As TI têm estado focadas em criar eficiência e em reduzir custos. Mas o estudo EMC Forum revela que em Portugal as TI são vistas como um facilitadoras estratégicas para fazer crescer o negócio e para uma melhor ligação com os clientes. As TI são vistas como forma de impactar as empresas no que concerne à melhoria da experiência dos consumidores (56%) e na construção de novos produtos e serviços (42%), e as organizações estão cada vez mais a migrar para a cloud, com 18% já a utilizar clouds híbridas. No entanto, as barreiras terão de ser superadas para alcançar o pleno potencial”.

Não deixa de ser curioso que já 82% dos inquiridos em Portugal relataram que os seus CXO (Chief Experience Officer) consideram as TI, mais do que nunca, como uma alavanca estratégica para fazer o negócio crescer, sendo que as três principais prioridades de negócio na implementação de novas tecnologias nas organizações portuguesas são a automatização de processos (58%), a melhoria da experiência do cliente (46%) e a conquista de novos clientes (40%);

Depois, 79% concorda que a sua organização vê o papel crescente da automatização - como o armazenamento definido



por software - como fundamental para o crescimento do negócio.

As tais megatendências

As tecnologias de última geração, tais como mobilidade, social, cloud e Big Data dão uma vantagem competitiva às organizações. Esta é a opinião de 86% dos entrevistados pela EMC que afirmam que estas novas tecnologias vão impactar os principais aspetos do negócio, incluindo melhorar a experiência do cliente (56%), construir novos produtos e serviços (42%) e gerir aplicações críticas de negócio (38%).

E como atualmente as empresas trabalham cada vez mais online, 70% dos entrevistados identificaram a necessidade de juntar os serviços na cloud pública e privada - cloud híbrida - como um meio para obter maior agilidade e segurança.

E o futuro?

Mais de metade (61%) acredita que a sua organização tem o nível certo de capacidades e conhecimentos para completar as prioridades do negócio com sucesso. E 80% acredita mesmo que será um desafio para estes skills manterem o ritmo com a inovação nas TI nos próximos um ou dois anos. E apesar da esmagadora maioria ver as TI como um facilitador de negócio, ainda assim, 25% acredita que os gastos com tecnologia estavam fora do seu controlo - indicando que as TI ainda têm algum trabalho a fazer para ganhar a confiança dos decisores.

Como atualmente as empresas trabalham cada vez mais online, 70% dos entrevistados identificaram a necessidade de juntar os serviços na cloud pública e privada - cloud híbrida - como um meio para obter maior agilidade e segurança.

Por último, 80% acredita que o modelo de departamento de TI do futuro atuará como fornecedor interno de serviços on-demand, incluindo plataformas as-a-service e cloud pública e privada.

Os suspeitos do costume, portanto. Jeremy Burton, da EMC Corporation, admite que as expectativas dos consumidores sofreram uma mudança radical. E que, hoje em dia, os consumidores esperam interagir não só entre eles, mas também com um grande número de organizações, através de dispositivos móveis e à velocidade atual. “Para permanecerem relevantes e competitivas, as empresas de todos os sectores de atividade estão a reinventar os seus modelos de negócios para lidar com níveis de acesso, interação e escala sem precedentes. Por essa razão, as TI dão um passo atrás, transformando-se de centro de custo para um verdadeiro catalisador para a mudança através da utilização da cloud e das tecnologias de Big Data.”

Em Portugal, a diretora-geral, Isabel Reis, por seu lado, gosta de pensar que estes são tempos interessantes e desafiantes para se estar nas TI. “A nossa indústria está no início dos primeiros estágios de mudança de plataforma. A 1ª plataforma era suportada em mainframes, a 2ª plataforma é suportada na era client/server computing alimentada por LAN/Internet e PCs. A 3ª plataforma é a nova era, que acreditamos que vai ser suportada em mobile devices com uma magnitude muito diferente em termos de escala e que implica um planeamento cuidadoso da mudança. Os clientes estão em transformação!”



RUI GASPAR
Responsável de SAP HANA da SAP Portugal

O Big Data: cada vez maior

A convergência das mudanças tecnológicas, como o cloud computing, mobilidade, redes sociais e redes de negócios, levou à explosão de uma nova classe de dados não estruturados – textos, tweets, publicações em blogs, vídeos e outras publicações nas redes sociais – que vão muito além dos tipos de dados tradicionais encontrados na maioria das organizações. De acordo com um estudo da analista de mercado Aberdeen Group, mais de 83 por cento da informação que as empresas têm agora é não estruturada. E as organizações que aproveitarem efetivamente esta informação ganharão uma posição ímpar ao nível do conhecimento que certamente lhes trará grandes vantagens competitivas face às outras empresas.

As redes online têm sido determinantes na primeira vaga da globalização, tornando tão fácil e transparente a realização de negócios com um parceiro do outro lado do mundo, como com um parceiro do outro lado da rua. Os consumidores acedem às redes sociais como Facebook, Twitter e Amazon.com para aprender, partilhar e comprar melhor. As empresas líderes utilizam as redes de negócio para colaborar mais eficientemente com os seus colaboradores, clientes e outros parceiros comerciais. Contudo, as redes fazem mais do que ligar empresas, pessoas e processos. O seu verdadeiro poder reside no que lhe é intrínseco – todas as interações, transações e comentários – ou seja, na quantidade massiva de dados não estruturados que geram. É a partir destes dados que advém a nova vaga de inovação e de produtividade nos negócios. Os tradicionais dados relacionais ou estruturados podem ser a fundação para todos os esforços analíticos, mas combinando-os com a informação não estruturada, as empresas podem ganhar um conhecimento adicional que lhes permitirá tomar melhores decisões de negócio. E com a tecnologia certa, podem fazê-lo em tempo real.

Alguns bons exemplos, sobre como os consumidores já estão a beneficiar da convergência de dados estruturados e não estruturados, são os das empresas já referidas atrás ou a banca online. De facto, a amazon.com extrai padrões de compras das transações dos clientes para recomendar produtos complementares e impulsionar

as vendas. O botão “like” do Facebook presente nos websites de lojas, meios de comunicação, blogs de política oferece perspectivas e conhecimentos, mais precisos e rápidos, sobre as preferências do consumidor e da opinião pública que os tradicionais questionários. A nova “Internet das Coisas” não está somente a tornar a nossa vida mais eficiente; está a desencadear o aparecimento de novos dados que podem ser utilizados para tudo, desde pesquisas sociais em campanhas de marketing específicas a serviços pós-venda. Tirando partido dos dados transacionais e das transações financeiras de centenas de milhares de milhões de euros juntamente com o histórico das relações existentes nas redes de negócio, os compradores e os vendedores podem, por exemplo, tomar decisões mais informadas. Além disso, ao detetarem mudanças nos padrões de compra ou tendências de preço, podem providenciar informação de confiança e qualificada de um potencial – ainda que desconhecido – parceiro comercial. Depois, quando combinado com os conteúdos e as avaliações geradas pela comunidade, podem recolher não só conhecimento em tempo real, mas também recomendar estratégias para desenvolver o negócio.

Outros na comunidade podem usar esta informação para determinar com quem deverão fazer negócio ou para ajudar a detetar riscos na cadeia de fornecimento. Ao ter-se acesso em tempo real ao estado de aprovação de uma fatura, em conjunto com o histórico dos padrões de pagamento dos compradores que a rede de negócios fornece, bancos e outros fornecedores de serviços podem reduzir os riscos de um financiamento, podendo oferecer também taxas mais competitivas e novos serviços aos membros da rede que contribuem para os seus resultados.

As empresas inovadoras já abraçaram esta forma de funcionar, recolhendo informação nas comunidades onde participam para disponibilizar novas perspectivas de conhecimento e capacidades. Um exemplo disto é a Plaid Enterprises, uma PME produtora de produtos para bricolagem, que quando procurou fontes alternativas de fornecedores, utilizou uma rede de negócio para descobrir fornecedores potenciais. A rede disponibilizou não só um diretório de fornecedores que correspondiam aos requisitos da Plaid, como

também ofereceu informação sobre cada fornecedor – como por exemplo, quantos outros compradores tem na rede, quantos pedidos para apresentação de propostas recebeu, quantas ganhou no ano que passou ou como é que os outros compradores classificam o desempenho de cada fornecedor – tudo isto a partir de transações estruturadas e comentários não estruturados e avaliações de outros membros da rede.

Casos como este mostram claramente que o “big data” servido pelas redes irá mudar a maneira e a velocidade com que um negócio se faz. Apetrechadas com as ferramentas certas, as empresas podem obter a informação certa para as pessoas corretas em tempo real e em qualquer dispositivo móvel, potenciando melhores decisões e resultados.

A procura por informação em tempo real está em alta. Cada vez mais executivos estão cansados de terem indicadores desfasados e de sentirem que a falta de acesso atempado à informação tem um impacto negativo nas suas decisões e no desempenho do seu negócio. 35 por cento das empresas inquiridas no estudo da Aberdeen disse que o acesso a dados é muito lento. 47 por cento indicaram que precisam de informação no espaço de uma hora da realização de um negócio, mas só atingiram este objetivo em cerca de 71 por cento das ocasiões.

Para preencher esta lacuna, surgiu uma nova geração de tecnologia. Conhecida como computação in-memory, pode aumentar a velocidade de processamento em uma ou mais ordens de grandeza ao carregar dados diretamente na memória RAM do servidor.

Quando combinado com uma plataforma móvel permite às empresas disponibilizarem a informação certa às pessoas corretas, em tempo real e no lugar mais conveniente.

É uma proposta poderosa. As empresas que a adotarem estarão aptas a responderem ao desafio do big data, trazendo estrutura aos dados não estruturados e aproveitando o conhecimento que lhes vai permitir ganhos na colaboração, na produtividade e em conhecimento, ficando à frente da concorrência.

É verdade que o big data está a crescer, mas a possibilidade para as empresas ganharem novas vantagens também está.

PU

Novidade

REGULAÇÃO DA SAÚDE

3ª Edição com prefácios de Gomes Canotilho e Guilherme d'Oliveira Martins

O que se pretende com este livro?

O primeiro objetivo é a problematização da autoridade independente criada no âmbito da regulação da saúde – Entidade Reguladora da Saúde – e destinada a evitar disfunções do sistema de saúde e corrigir os desvios de atuação dos diversos operadores.

O livro constitui ainda uma verdadeira monografia sobre a proteção da saúde e o novo serviço nacional de saúde, a regulação da saúde e a Entidade Reguladora da Saúde.

VidaEconómica R. Gonçalo Cristóvão, 14, r/c • 4000-263 PORTO

<http://livraria.vidaeconomica.pt>

✉ encomendas@vidaeconomica.pt ☎ 223 399 400

Nome

Morada

C. Postal

E-mail N° Contribuinte

Solicito o envio de exemplar(es) do livro **Regulação da Saúde**, com o PVP unitário de €17.

Para o efeito envio cheque/vale nº , no valor de € .

Solicito o envio à cobrança (Acrece 4€ para despesas de envio e cobrança).

ASSINATURA

Título Regulação da Saúde
3ª edição revista

Autor Rui Nunes

Páginas 352

PVP €17

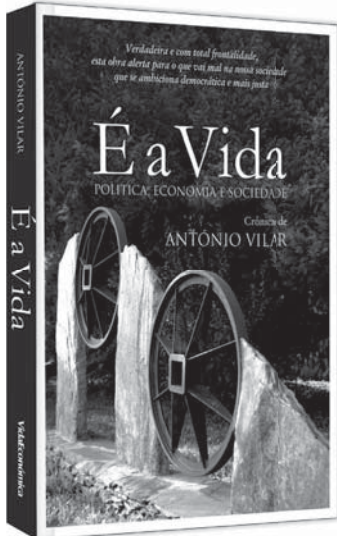
PORTES GRÁTIS

em pontos com vida nas compras online

ÓCIO & NEGÓCIOS

Orquestra do Norte percorre o país

A Orquestra do Norte continua um trajeto de promoção da música erudita. O mês de dezembro inclui vários concertos em diversas partes do país, numa clara intenção de diversificação da sua oferta. No dia 8, a Sé Velha de Coimbra recebe Rossini. Segue-se Guimarães neste roteiro musical, no dia 11, com Guarneri e Falla a encherem o Paço dos Duques de Bragança com os seus sons melódicos. A orquestra passa pelo Teatro Nacional São Carlos, no dia 12, no âmbito de uma gala de beneficência. Chega depois a Amarante, a 13, com Rossini na Igreja de São Gonçalo.



FERNANDA SILVA TEIXEIRA
fernandateixeira@vidaeconomica.pt

VIDA ECONÓMICA LANÇA LIVRO "É A VIDA", DE ANTÓNIO VILAR

Algo vai mal na nossa sociedade que se ambiciona democrática e mais justa

"É a vida" é o mais recente livro de crónicas, recolhidas a partir de diversas vivências do quotidiano, da autoria do conhecido advogado António Vilar. Editada pela "Vida Económica", esta obra alerta para "o que vai mal na nossa sociedade que se ambiciona democrática e mais justa".

Fugindo às temáticas a que nos habituou, o Direito, António Vilar indica que este livro é uma "expressão das perguntas difíceis que por vezes fazemos diariamente, e para a qual só encontramos respostas fracas". O seu objetivo é "tentar encontrar junto da sociedade civil respostas fortes". É sem dúvida um "exercício de cidadania", reforça.

Em conversa com a "Vida Económica", o autor salienta que, das várias crónicas que podemos encontrar no livro, a palavra que mais escreveu foi "partilha". "Cada pessoa é uma parte do universo", e acrescenta "cada homem tem em si todos os outros homens", como tal, "temos de partilhar".

Uma das crónicas mais citadas e elogiadas tem como título "Os ricos e o Natal".



António Casimiro Ferreira, Miguel Peixoto de Sousa, António Vilar e Almeida dos Santos.

Ora, uma vez que, esta época festiva se aproxima a passos largos, António Vilar convoca "os ricos a meterem a mão na consciência", no sentido de "pensarem em função dos pobres e a questionarem-se o porquê de serem tão ricos".

"É de bom-tom e politicamente correto apelar, nestes tempos festivos, à ajuda

aos pobres e aos excluídos da sociedade. Eu quero deixá-los em paz neste escrito, até porque muitos deles estarão com a sua consciência mais tranquila do que eu e muitos outros portugueses. Por isso convoco, antes, os ricos à praça pública, convoco-os apenas para prestarem contas à sua consciência".

Durante a apresentação da obra, que decorreu na loja Fnac de Sta. Catarina, no Porto, perante uma centena de pessoas, António Casimiro Ferreira e Manuel Almeida dos Santos enaltecem o trabalho desenvolvido pelo advogado nas mais diversas áreas e aproveitaram para (re)ler a(s) crónica que lhes captaram a atenção.



A apresentação do livro na Fnac de Santa Catarina, no Porto.



Sessão de autógrafos.

TURISMO

Arranca hoje congresso da APAVT

Têm hoje início os trabalhos referentes a mais um congresso da Associação Portuguesa de Agentes de Viagem e Turismo (APAVT), que decorre até ao próximo dia 8, em Évora. O lema do encontro é «Turismo: Desafios e Responsabilidades». A «Vida Económica» marcará presença no congresso e dará conta dos temas principais na próxima secção de turismo.



REVELA TERESA VIEIRA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DAS TERMAS DE PORTUGAL

Investimentos em curso no parque termal e alojamento rondam os 15 milhões

O turismo termal pode dar um forte contributo para minimizar a interioridade e sazonalidade do país. Por cada euro de despesas efetuadas para implementar um programa de saúde e termalismo sénior a entidade envolvida na sua execução pode originar direta e indiretamente 1749€, refere Teresa Vieira à VE. Estão em curso investimentos na ordem dos 15 milhões de euros para melhorar o parque termal português, sendo que entre 2004 e 2013 esse valor ascendeu a 250 milhões.

MARC BARROS
marcbarros@vidaeconomica.pt

O parque termal e hoteleiro associado ao turismo de saúde e bem-estar atravessou uma fase de requalificação e renovação, tendo como objetivo dotar este segmento das estruturas necessárias à sua competitividade.

Atualmente, “existem alguns investimentos em curso, na construção de novas unidades de alojamento e novos balneários termais, estimando-se um valor próximo dos 15 milhões de euros” em investimento, revelou à VE a presidente da ATP – Associação das Termas de Portugal, Teresa Vieira.

Segundo aquela responsável, “a esmagadora maioria dos investimentos em renovação do parque termal e hoteleiro instalado e a construção de novas termas foi realizado entre 2004 e 2013. Nesse período o investimento realizado está estimado em cerca de 250 milhões de euros”, resumiu.

Portugal “tem uma forte tradição termal, especialmente como

valência terapêutica de reconhecida competência e qualidade”. Nesse sentido, prosseguiu, “estamos bem posicionados para atrair o mercado que procura uma solução terapêutica, na perspetiva de cura, prevenção e reabilitação”.

Por outro lado, as estâncias termais portuguesas “contam, na sua grande maioria, com infraestruturas e equipamentos recentemente renovados, o que nos destaca também comparativamente a países mais tradicionais do centro da Europa”.

Conjugado “com outros atrativos do país, nomeadamente o clima, a gastronomia, os preços entre outros fatores, faz com que Portugal tenha forte potencial para ser competitivo nos mercados internacionais”, disse, no âmbito do Congresso Turismo e Saúde 2020, que teve lugar na Covilhã.

Em análise estiveram ainda as consequências e oportunidades geradas pela entrada em vigor da diretiva europeia de cuidados de saúde transfronteiriços, a qual “foi transposta para o direito português apenas no passado mês de agosto”.

Mercados lusófonos são prioridade

Atualmente, o país conta com 34 termas em funcionamento, a maioria das quais nas zonas Norte e Centro, com especial enfoque



Por cada 100 € de despesa turística realizada nas termas é gerado um efeito total na economia regional entre 70 € e 80 €, disse Teresa Vieira, presidente das Termas de Portugal.

no interior do país, contribuindo para minimizar os efeitos de interioridade e sazonalidade desses destinos.

Mercados externos representam 11% dos visitantes

As virtudes deste segmento não se ficam por aqui: “Por cada euro de despesas efetuadas para implementar um programa de saúde e termalismo sénior a entidade envolvida na sua execução pode originar direta e indiretamente 1749 €” refere Teresa Vieira.

E por cada 100 € de despesa turística realizada nas termas é gerado um efeito total na economia regional (direto, indireto e induzido) que poderá oscilar entre os 70 € e 80 €. Em média, “o acréscimo de 100 clientes nas termas pode traduzir estatisticamente em quatro novos empregos permanentes na economia local e regional e em mais seis empregos de caráter sazonal”, resumiu.

Num segmento em que cerca de 11% de clientes das termas nacionais são residentes em outros países, os mercados considerados prioritários são “a Espanha, a Alemanha e os países onde haja comunidades relevantes de emigrantes portugueses, nomeadamente a França. Mas também o mercado dos países lusófonos, mais concretamente Brasil e Angola”, disse Teresa Vieira.

Portugal 2020 abre oportunidades

A oportunidade gerada pelo programa Portugal 2020 “vai possibilitar o investimento nos fatores de competitividade – Qualificação e Formação, Qualidade e Certificação, Marketing e Comercialização, Investigação e Inovação”, acrescentou. Se “até agora a maior parte do investimento foi canalizado para a renovação do parque termal, os próximos anos serão de investimento nos fatores críticos de sucesso para que Portugal possa melhorar a sua posição competitiva no amplo mercado global do turismo de saúde e bem-estar”.



TURISMO**BIC com 100 milhões para hotelaria e restauração**

A AHRESP e o BIC celebraram uma parceria que estabelece condições preferenciais em produtos e serviços financeiros, destinados aos estabelecimentos HORECA. Os associados AHRESP clientes do BIC beneficiarão de uma linha de crédito específica até ao montante de 100 milhões de euros para gestão da tesouraria e apoio aos projetos de investimento, quer de modernização, quer de expansão das atividades.

**Pedro Lemos abre Stash**

No próprio dia em que soube que o seu restaurante homónimo, na Foz Velha, havia recebido uma estrela Michelin, Pedro Lemos abriu o Stash, um "sandwich room" localizado no centro do Porto, em conjunto com Joana Espinheira. Esta casa de sandes apresenta propostas inovadoras numa seleção de pães produzidos segundo métodos tradicionais e artesanais, sem qualquer adição de produtos químicos.



SUP In River transforma interioridade em vantagem competitiva



SUP In River desenvolveu "a oferta de um serviço turístico de valor acrescentado, pioneiro a nível nacional, adaptando esta atividade ao interior de Portugal", disse Francisco Cabral.

A conversão de uma modalidade desportiva e lúdica, com origens longínquas nos povos do Pacífico, denominada Stand Up Paddle Board, numa atividade de animação turística, veio contribuir para a dinamização do interior centro e a redução dos índices de sazonalidade e interioridade do destino.

MARC BARROS
marcbarros@vidaeconomica.pt

Esta modalidade, designada simplesmente SUP, consiste "em navegar com uma prancha, muito similar às utilizadas no surf, embora um pouco maior e mais larga, de forma a criar uma base de estabilidade suficiente para que o praticante se consiga manter em pé equilibrado", explicou à VE Francisco Cabral, mentor da SUP in River. "Com o auxílio de uma pagaia (remo), o praticante obtém a propulsão suficiente para deslizar na água". A palavra havaiana – Hoe He'e nalu – "remar em pé e apanhar a onda" deu origem ao nome atual – Stand Up and Paddle ("põe-te em pé e rema").

Segundo Francisco Cabral, "são muitas as vertentes do SUP, podendo ser praticado em qualquer plano de água, seja mar, rio ou lagoa, mas é geralmente em águas calmas que melhor se pode desfrutar desta atividade.

A conversão desta modalidade num modelo de negócio turístico passou pelo aproveitamento da "abundância dos recursos hídricos que a região Interior Centro oferece": os rios, albufeiras, lagoas e praias fluviais da região "são locais ideais para a prática de SUP. Fomos pioneiros na adaptação da prática de SUP, das praias do litoral para o interior, transformando-o num produto turístico", disse.

Um modelo inovador

A materialização da ideia envolveu a elaboração de "um plano de negócios", "analisando detalhadamente as rotas turísticas ideais para a oferta" desta experiência. "Aprofundámos os nossos conhecimentos técnicos e pesquisamos os materiais mais adequados a esta atividade, suportados no 'know-how' e nas formações internacionais onde obtivemos as respetivas certificações".

Em seguida, "conhecemos os mercados externos que constituem a nossa oportunidade, onde o SUP tem vindo a crescer substancialmente nos últimos anos, e so-

bre os quais pretendemos desenvolver a nossa estratégia de comunicação". Desta forma, disse aquele responsável, "foi possível fazer da SUP In River uma empresa com uma oferta de serviço turístico de valor acrescentado, pioneiro a nível nacional, adaptando esta atividade ao interior de Portugal".

Independentemente das estações do ano, a empresa atua em cenários como o Rio Alva, Rio Mondego, Rio Dão e Rio Vouga, bem como a Barragem da Aguiçeira ou Vale do Rossim e Lagoa Comprida (Serra da Estrela).

Francisco Cabral destaca que "o SUP oferece múltiplos benefícios para a saúde", podendo "ser encarado como um momento de profunda descontração e lazer ou tornar-se numa prática desportiva. É essencialmente uma atividade para todas as idades e proporciona excelentes momentos entre amigos ou em família", concluiu. Os preços praticados por pessoa rondam os 30 €/2 horas ou 40 €/3 horas por passeio.

Segmento 'corporate' em alta

A empresa dinamiza a sua atividade empresarial através de um "conjunto de experiências e serviços, desde os passeios, escola de SUP, ATL e os eventos empresariais".

Para além disso, a empresa tem vindo a alargar a sua oferta de serviços, "particu-

As várias vertentes do Stand Up Paddle Board (SUP)

- Sup Surf** – Surfur ondas com as técnicas do Stand Up Paddle
- Sup tour** – Passeios de Aventura ou lazer
- Sup fish** – Pesca desportiva ou lazer sobre a prancha
- Sup white waters** – Fazer uma descida de rio em águas bravas
- Sup Fitness** – Executar os exercícios de Fitness sobre a prancha
- Sup Yoga** – Executar os exercícios de Yoga sobre a prancha
- Sup Pilates** – Executar os exercícios de Pilates sobre a prancha

larmente no segmento 'corporate'. Neste segmento, a empresa previu "a conceção de uma oferta totalmente personalizável, sendo o custo variável na medida dos serviços pretendidos".

Segundo Francisco Cabral, a modalidade "é ideal para a realização de eventos empresariais, nomeadamente os que procurem desenvolver atividades de formação 'outdoor'. Esta modalidade integra-se plenamente como os objetivos de desenvolvimento de competências de liderança, de promoção de espírito de equipa e de motivação. Permite reforçar a comunicação, coesão e a interiorização dos valores da organização, através de atividades de lazer, relaxamento e diversão", concluiu.

Por outro lado, a empresa tem vindo a conjugar a sua oferta "com os principais 'players' turísticos da região, numa altura em que os turistas estão cada vez mais exigentes e procuram novas formas de usufruírem do tempo livre com atividades de lazer e com as quais possam aprofundar o conhecimento das regiões que visitam".

Assim, o produto SUP "pode reforçar a oferta de serviços dos nossos parceiros, aumentando o número de estadias na zona centro". Para além disso, a empresa "tem acordos com um amplo conjunto de unidades hoteleiras, operadores turísticos internacionais e parcerias com outras empresas de animação turística nacionais", esclareceu.

Novos serviços para áreas urbanas

Nas ambições da empresa está o lançamento de novas atividades e serviços. "Estamos a preparar a introdução de novas vertentes, nomeadamente, o SUP Fitness e o SUP Yoga. Estas atividades estão vocacionadas para os grandes centros urbanos e será nessas áreas geográficas que procuraremos desenvolver este novo segmento de negócio", adiantou.

ASSOCIATIVISMO

Altri e Luís Simões desenvolvem solução inovadora

A Altri e a Luís Simões desenvolveram uma parceria inovadora que permite criar uma alternativa de transporte mais eficiente e ambientalmente mais sustentável. A solução consiste no desenvolvimento de veículos de transporte de 25,25 metros (designados gicaliners) e que passarão a fazer o transporte de pasta de papel entre a unidade da Altri na Leirosa e o porto marítimo da Figueira da Foz. Deste modo, o transporte é de uma forma mais segura, mais rápida e implica a utilização de menos veículos, referem as duas empresas em comunicado conjunto.

REITOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO GARANTE TER NOÇÃO DA SUA FORÇA E DO PAPEL QUE A UP TEM DE DESEMPENHAR

Consórcio UNorte.pt quer captar fundos europeus para áreas estratégicas

As universidades do Porto (UP), do Minho (UM) e de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) uniram-se num consórcio – UNorte.pt – para obter sinergias nas áreas agrária, digital, da energia, biotecnologia e dos transportes, consideradas estratégicas. E para formalizar candidaturas mais fortes e abrangentes aos fundos europeus, nomeadamente ao Horizonte 2020, o programa-quadro comunitário de investigação e inovação.

Em entrevista à “Vida Económica” à margem de um jantar-debate promovido pela APGEI – Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial, Sebastião Feyo de Azevedo, o novo reitor da Universidade do Porto, não tem dúvidas: “com este consórcio seremos mais fortes e criaremos mais capacidade competitiva”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Está em constituição um consórcio de universidades do Norte, que envolve a UP, a UM e a UTAD. Qual é o grande objetivo?

Sebastião Feyo de Azevedo – O consórcio é a UNorte.pt. O grande objetivo é promover, no mais curto prazo, um aumento significativo da nossa cooperação, usando uma plataforma formal que é o consórcio. Com cooperação do ponto de vista do aproveitamento das sinergias e dos recursos humanos que temos de um lado e que não temos do outro, aproveitamento da massa crítica para desenvolver formas de cooperação, nomeadamente na área digital, dos projetos europeus e transfronteiriços. Nós temos valências conjuntas muito fortes que não têm sido aproveitadas devidamente e este esforço é no sentido de promover que os nossos colegas avancem mais decisivamente nessa cooperação.

VE – A ideia é também formalizar candidaturas abrangentes aos fundos europeus, nomeadamente ao Horizonte 2020. Em que áreas?

SFA – Exatamente. Isso vai ter de ser

analisado pelos nossos colegas, mas penso desde já, por exemplo, na área agrária que, em cooperação com a UTAD, é particularmente interessante..

VE – Já foi assinado um memorando de entendimento para estimular a inovação no setor agrícola e há, creio, um doutoramento na área da agricultura em preparação.

SFA – Sim, há, mas, mais do que um doutoramento, temos é de trabalhar nos projetos de investigação de larga escala, de larga dimensão. Há outras áreas, a energia, a saúde.

VE – Também na economia do mar, como falou aqui?

SFA – A área do mar, sim, falei, mas aqui há menos competências dos outros colegas. Há, particularmente na área da energia, da biotecnologia e dos transportes, logística, meios nas várias escolas que nos permitem seguramente obter resultados positivos dessa cooperação.

VE – O consórcio já foi formalizado?

SFA – O acordo já está feito e os três conselhos gerais já aprovaram. Vamos ter a curto prazo a assinatura formal. Vamos ver se ainda será este ano ou no início do próximo. Mas já estamos a promover reuniões entre colegas para apreciar iniciativas. Já estamos a começar a trabalhar.

VE – Referiu-se aqui ao programa Horizonte 2020, dotado de 80 mil milhões de euros, sendo 25 mil milhões para a Ciência e 17 mil milhões para a liderança industrial. Quanto é que Portugal será capaz de ir buscar?

SFA – Tenho dificuldade em dizer-lhe. Vai depender muito da nossa capacidade de motivar os nossos colegas.

VE – Mas ao nível do consórcio UNorte.pt foi estabelecida alguma meta quanto aos fundos europeus a captar?

SFA – Ainda não foi, mas há-de ser. Não quero avançar porque é uma matéria que tem de ser confirmada entre os três reitores e os conselhos científicos. Temos o Norte 2020, que tem grandes possibilidades de financiamento de programas regionais com grande impacto. Já o Horizonte 2020 é um programa aliciante e nós beneficiaremos muito de irmos em conjunto concorrer a projetos de interesse de desenvolvimento regional. Aí, é muito importante, desde logo na área digital, agrária, etc. isto, para lá daquilo que individualmente podemos ir buscar em áreas vitais como o mar. Tudo isso está em cima da mesa, neste momento. Mas, para isso, é preciso que eu consiga motivar os meus colegas para esses aumentos de produtividade e de captação de financiamento e os consiga apoiar. Sem apoio, eles não conseguem realizar esse trabalho. Com este consórcio seremos mais



“A grande marca que quero deixar como reitor é a UP aumentar fortemente a sua visibilidade internacional”, revelou Sebastião Feyo de Azevedo à “Vida Económica”.

fortes e criaremos mais capacidade competitiva.

VE – O professor António Murta [CEO da Pathena, moderador do debate] disse que o senhor tem mais poder do que julga que tem. E lançou-lhe o repto de criar uma ‘task force’ para captar a instalação de duas/três grandes multinacionais no Norte. O que tem a dizer?

SFA – Em primeiro lugar, eu acho que tenho uma ideia da força que tenho e do papel que a UP tem de desempenhar. Isso não está em questão de maneira nenhuma. A UP ocupa o lugar que ocupa nos rankings internacionais, mas temos de melhorar muito. Temos de ter a coragem de dizer que, em termos competitivos europeus, temos muito espaço para andar. Mas nós temos vindo a trabalhar no sentido de melhorar e de promover o contacto com as empresas. Seja na área da energia, seja noutras, nós estamos a fazer um esforço muito grande para que haja clusters que trabalhem connosco.

VE – Tomou posse a 27 de junho. Qual é a grande marca que quer deixar como reitor da UP?

SFA – Sabe, a grande marca era a UP aumentar fortemente a sua visibilidade internacional. Nós temos ainda um espaço grande para percorrer. E temos de ter a coragem de dizer isso. É muito fácil dizer que somos os melhores do mundo. Não. Nós somos bons, mas temos de ser bastante melhores para nos projetarmos ainda mais. E essa é a minha grande marca: deixar a universidade muito competitiva no plano internacional.

VE – Esta é uma guerra de talentos, como também disse António Murta?

SFA – Seguramente que é, a nível internacional, uma guerra pela captação de talentos. Seguramente que é. E nós temos consciência disso. Os mecanismos que temos para conseguir captar esses talentos têm algumas restrições e limitações. Financeiras, sim, nomeadamente.

ASSOCIATIVISMO

MO inaugura loja no Fórum Sintra

A MO, a maior cadeia de lojas portuguesas de vestuário, inaugura a primeira loja de "shopping com novo conceito no Fórum Sintra. O novo espaço, com 436 m², oferece uma experiência única, num ambiente criativo, repleto de novidades e totalmente adaptado à vida e aos hábitos do consumidor dos dias de hoje.



Sustentabilidade da Sonae Sierra reconhecida em "benchmarking"

A Sonae Sierra melhorou a sua classificação face ao ano anterior segundo o "benchmarking GRESB - Global Real Estate Sustainability Benchmark". Na avaliação das melhores práticas de sustentabilidade das empresas, a Sonae Sierra alcançou este ano o terceiro lugar entre os seus pares do setor de retalho na Europa, e atingiu a quinta posição no global das empresas europeias. Em termos globais, a Sonae Sierra assume este ano a 18ª posição,

Ecorkhotel recebe certificação Eco Hotel pela TÜV Rheinland

O Ecorkhotel, Évora Suites & SPA acaba de receber a certificação Eco Hotel pela TÜV Rheinland. Esta certificação traduz-se num aumento de competitividade quer em termos financeiros quer em termos de imagem e reputação para com os operadores turísticos e clientes.

A certificação ambiental Eco Hotel da TÜV Rheinland foi lançada em Portugal há cerca de 14 anos e distingue-se de outras certificações ambientais na medida em que segue dois princípios: a redução dos custos da operação dos hotéis e o aumento da performance operacional da atividade hoteleira.

Através desta certificação os hotéis reduzem o impacto ambiental e melhoram a gestão de resíduos, mas também conseguem diminuir os custos operacionais: no

que concerne à água até 20% e, à energia, entre 10 e 30%.

Já foram certificadas cerca de 20 unidades hoteleiras em Portugal, entre elas, o Hotel Baía de Cascais, o Hotel Vila Galé Albarcora, o Hotel Quinta da Marinha Resort, o Camping Zmar, citando apenas alguns exemplos, e estão em processo de certificação cerca de sete hotéis.

O Ecorkhotel, Évora Suites & SPA, acaba de ver reconhecidos os seus esforços no que respeita a boas práticas ambientais e eficiência energética, bem como a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável da região e ainda a impreterível orientação para o conceito dos 3Rs – Reutilizar, Reduzir e Reciclar, por parte da TÜV Rheinland, Entidade Certificadora, recebendo a certificação de Eco Hotel.



O Ecorkhotel, Évora Suites & SPA tem, através da certificação Eco Hotel, obtido ganhos em performance económica e ambiental.

A Certificação Ambiental Eco Hotel é um produto exclusivo Tüv Rheinland e, para a sua aplicação, é feita uma avaliação

dos requisitos legais obrigatórios, é elaborado um plano de boas práticas e um programa de manutenção adequado.

CTCV promoveu seminário sobre inovação

O CTCV - Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro, participado pela API-CER, promoveu no Parque Tecnológico de Coimbra (Coimbra Iparque), o seminário "Inovação em Materiais e Tecnologia Cerâmica".

Neste seminário evidenciou-se a importância dos processos de I&DT aplicados à indústria cerâmica, tendo sido abordados, nomeadamente, projetos de I&DT resultantes de parcerias entre o Sistema Científico e Tecnológico Nacional e as empresas do setor, projetos de inovação provenientes das empresas fornecedoras, formas de financiamento dos processos de I&DT e exemplos

de transferência de conhecimento para o setor empresarial, numa perspetiva de valorização económica dos resultados da I&DT.

No evento, puderam ser apreciados exemplos concretos, alguns dos quais já no mercado.

Em vésperas de lançamento dos programas nacionais de financiamento do I&DT (Portugal 2020), o CTCV acredita ser o momento certo para análise das oportunidades do setor cerâmico para intensificar a incorporação da Inovação nos seus produtos e processos, como objetivo último de criação de valor e de penetração em mercados externos de elevado índice de exigência.

IPAM FAZ RADIOGRAFIA DA GESTÃO

Empresas devem apostar no relançamento da atividade

A maioria (93%) dos empresários e líderes nacionais defende que o momento atual de relançamento da economia exige a criação de uma nova geração de líderes empresariais. Esta é uma das principais conclusões de um estudo desenvolvido pelo IPAM - The Marketing School que inquiriu um conjunto de 300 gestores de micro, pequenas, médias e grandes empresas. O trabalho de investigação – realizado no âmbito da Pós-Graduação em Marketing Management do IPAM – traça uma radiografia da política de gestão atualmente aplicada pelas empresas que operam no

mercado nacional.

Melhorar a relação/interação com os consumidores e investir em capital humano qualificado e empreendedor são, na opinião da maioria dos inquiridos, as duas principais medidas a adotar.

Conhecimento técnico do produto e do negócio (80%), fortes competências relacionais (79%) e comunicador motivacional (73%) são, pela respetiva ordem e segundo o painel de inquiridos, as três principais características que deve reunir o empresário/gestor da atualidade. O estudo contou com a participação de 300 inquiridos.

PUB

MARKET REPORTS

México

O seu KIT de internacionalização/exportação

O mercado mexicano com 122 milhões de consumidores, a fábrica dos EUA. Apresenta oportunidades de negócios excepcionais, mas exige informação objetiva. Através dos nossos Market Reports sobre o México ficará a conhecer situações concretas do país e do setor que lhe interessa de forma a abordar o mercado com objetividade e menores riscos. Fique preparado para descobrir este mercado com Tratado de Livre Comércio com a União Europeia desde 2000 do qual se pode beneficiar. Um instrumento de análise feito à medida da sua empresa!

RESERVE
JÁ
O SEU EXEMPLAR

Informação prática para exportadores e investidores. Os market reports sobre o México estão disponíveis em papel e PDF.

VidaEconómica

Remessa Livre Apartado 4119 -
4002-001 Porto
<http://livraria.vidaeconomica.pt>
encomendas@vidaeconomica.pt
☎ 223 399 400

Estrutura de um market report sobre o México

- . Caracterização do setor
- . Volume global do setor
- . Identificação de potenciais clientes
- . Legislação setorial
- . Preços praticados no setor
- . Perspectivas de evolução do sector
- . Exportação ao México
- . Feiras e exposições setoriais
- . Economia mexicana
- . Abertura de empresas no México
- . Sistema aduaneiro
- . Normas laborais
- . Sistema fiscal mexicano
- . Taxas aduaneiras
- . Registo de marcas e patentes
- . Logística

Todos os sectores disponíveis, destacamos alguns:

- Vinhos e bebidas brancas;
- Setor Automóvel e aeronáutico;
- Setor farmacêutico;
- Setor moldes;
- Têxtil e calçado;
- Alimentar
- Software e Hardware
- Móveis e decoração
- Materiais de construção
- Metalurgia e metalomecânica
- Serviços
- Franchising

FISCALIDADE

Fiscalidade Verde é benéfica para as famílias e o crescimento

O Governo garante que sem a fiscalidade verde as famílias portuguesas não poderiam beneficiar dos efeitos da alteração do quociente familiar, já no próximo ano. Por outro lado, os governantes admitem que a nova estratégia fiscal vai possibilitar reforçar o crescimento económico e, como tal, propiciar a criação de postos de trabalho. Por outro lado, é chamada a atenção para a necessidade de introduzir um maior equilíbrio entre a carga fiscal que incide sobre o trabalho e aquela que respeita à poluição.

Novo regime do alojamento local implica alterações ao nível fiscal



O novo regime da exploração dos estabelecimentos de alojamento local entrou em vigor. Explica a RFF que estão previstas alterações ao anterior regime, com repercussões ao nível do enquadramento fiscal do exercício daquela atividade. O enquadramento fiscal do exercício poderá ser distinto, consoante a presunção seja ou não ilidida, com repercussões sobretudo ao nível dos contribuintes pessoas singulares.

Uma das principais conclusões que se pode retirar do Decreto-Lei nº 128/2014 é que no caso de a atividade em causa ser exercida por uma sociedade que não reúna as condições para poder beneficiar do regime simplificado em sede de IRC – caso em que os rendimentos obtidos estarão sujeitos à taxa de 23% de IRC, a que terá de se somar a taxa de 28% em sede de IRS na distribuição de dividendos aos seus sócios – será mais vantajoso que a referida exploração seja efetuada diretamente pelo contribuinte pessoa singular, sendo os rendimentos obtidos tributados no âmbito da categoria B e, idealmente, no âmbito do regime simplificado, estando apenas 15% de tais rendimentos sujeitos a tributação às taxas gerais de IRS. “Não obstante, deverá ser feita uma avaliação dos contornos de cada caso concreto, de modo a determinar qual o regime fiscal aplicável e, dentro do possível, otimizar o exercício da atividade”, adiantam os fiscalistas da RFF.

Caso a atividade de exploração de estabelecimento de alojamento local seja exercida como uma prestação de serviços, os rendimentos obtidos considerar-se-ão rendimentos empresariais e profissionais (categoria B de IRS). Se não gere um rendimento anual superior a 200 mil euros,

O enquadramento fiscal do exercício poderá ser distinto consoante a presunção seja ou não ilidida, com repercussões sobretudo ao nível dos contribuintes pessoas singulares.

sendo o mesmo determinado no âmbito do regime simplificado, apenas 15% do rendimento estará sujeito a tributação às taxas gerais de IRS, com uma taxa progressiva máxima de 48% para rendimento coletável acima dos 80 mil euros, a que acresce uma taxa de solidariedade de 2,5% e de 5% para um valor superior a 250 mil euros, bem como uma sobretaxa de 3,5%. Pelo que, através da taxa marginal máxima do IRS, pode-se concluir que a totalidade do rendimento fica sujeita a uma taxa máxima efetiva de 8,48%.

Perante este cenário, “a opção pelo regime da contabilidade organizada poderá revelar-se mais vantajosa do que a aplicação do regime simplificado apenas nos casos em que, na prática, o montante dos gastos ultrapasse 85% do rendimento obtido em cada exercício. Caso a atividade seja exercida através de uma sociedade que esteja abrangida pelo regime simplificado em sede de IRC, apenas 4% do rendimento das prestações de serviços fica sujeito a tributação à taxa de 23%.” Prevendo-se

um desagramento da taxa de IRC, a taxa efetiva deste rendimento será ainda menor. Em sede de IVA, fica sujeito à taxa reduzida de 6%.

Contrato de arrendamento urbano

Se o contribuinte pessoa singular ilidir a presunção prevista no novo regime, através da apresentação de um contrato de arrendamento urbano, os rendimentos auferidos serão considerados prediais (categoria F de IRS) e sujeitos a IRS à taxa de 28% – com opção pelo englobamento – caso em que tais rendimentos ficarão sujeitos às taxas gerais de IRS, com tributação máxima efetiva de 56,5%. “O contribuinte poderá beneficiar da dedução das despesas de manutenção e de conservação, bem como o IMI e o Imposto do Selo. Podem também passar a deduzir-se todos os gastos suportados e pagos pelo sujeito passivo.”

Está prevista ainda a possibilidade de opção de tributação destes rendimentos no âmbito da categoria B (como rendimentos empresariais e profissionais), que deverá ser exercida na declaração de início de atividade ou de alterações. Por outro lado, quando o contribuinte optar pela aplicação deste regime de tributação e esteja abrangido pelo regime simplificado, apenas 95% do resultado positivo dos rendimentos prediais fica sujeito a tributação.

Em sede de IRC, os rendimentos obtidos na esfera da sociedade e decorrentes do arrendamento de imóveis serão considerados também em apenas 95%, caso o rendimento coletável da sociedade possa ser determinado nos termos do regime simplificado, estando sujeito à taxa de 21%.

AGENDA FISCAL

DEZEMBRO

Até ao dia 10

- **IVA - Imposto sobre o valor acrescentado** - Periodicidade Mensal – Envio obrigatório via Internet da declaração periódica relativa às operações realizadas no mês de Outubro. Conjuntamente com a declaração periódica deve ser enviado o Anexo Recapitulativo, referente às transmissões intracomunitárias isentas, efectuadas nesse mês.
- **IRS - Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares** - Entrega da Declaração Mensal de Remunerações pelas entidades devedoras de rendimentos do trabalho dependente sujeitos a IRS, bem como os que se encontrem excluídos de tributação, para comunicação daqueles rendimentos e respetivas retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e a quotizações sindicais, relativas ao mês anterior.

Até ao dia 15

- **IRC - Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas** - 3º pagamento por conta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) devido por entidades residentes que exercem, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e por não residentes com estabelecimento estável, com periodicidade coincidente com o ano civil.
- **Derrama Estadual** - 3º pagamento adicional por conta da derrama estadual devido por entidades residentes que exercem, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e por não residentes com estabelecimento estável que tenham no ano anterior um lucro tributável superior a 1 500 000 €, com periodicidade coincidente com o ano civil.
- **IRS - Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares** - Entrega da Declaração Modelo 11, pelos Notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem funções notariais, bem como as entidades ou profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem actos ou contratos sujeitos a registo predial, das relações dos actos praticados no mês anterior, susceptíveis de produzir rendimentos.
- **IMI - Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares** - Entrega da participação de rendas relativas a dezembro, pelos sujeitos passivos que sejam proprietários, usufrutuários ou superficiários de prédios urbanos, arrendados por contratos celebrados antes da entrada em vigor do RAU e que estejam a beneficiar do regime previsto no artigo 15º-N do Decreto-Lei n.º 287/2003 de 12 de novembro.

DUPLA TRIBUTAÇÃO Convenção Portugal/São Marino

Foi publicada no passado dia 13 de novembro a Resolução da Assembleia da República n.º 96/2014, que aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República de São Marino para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o Rendimento, assinada em São Marino em 18 de novembro de 2010. Os impostos atuais a que a Convenção se aplica são, nomeadamente: No caso de São Marino: O imposto geral sobre o rendimento incidente sobre as Pessoas singulares; as Pessoas colectivas (bodies corporate e proprietorships), mesmo quando cobrado por retenção na fonte, referido pela designação de «imposto de São Marino». Em Portugal: o IRS, o IRC e as derramas.

FISCALIDADE**Comissão avisa para propostas falsas de IVA**

A Comissão Europeia avisa que empresas em diferentes Estados-Membros estão a receber propostas que para obterem um número de IVA válido têm de fazer um pagamento antecipado. Estas propostas aparecem sob a aparência de documentos oficiais. Bruxelas relembra que apenas as administrações fiscais nacionais têm a permissão de emitir um número de IVA. Como tal, caso se receba uma proposta deste tipo, deverão ser contactadas as autoridades fiscais. É possível encontrar mais informação sobre esta matéria no "site" da União sobre este imposto.

Ordem faz antevisão dos impostos para o próximo ano

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) publicou uma antevisão dos impostos em Portugal para o próximo ano. Desde logo, crítica o facto de as alterações fiscais se encontrarem dispersas por três diplomas, dificultando uma leitura integrada. Por outro lado, admite que haverá um agravamento da carga fiscal e que o Governo tem desenvolvido esforços para relevar os aspetos positivos, lançando para o esquecimento os negativos. Chama ainda a atenção que é necessário analisar as propostas em conjunto, que é o principal objetivo deste documento proposto pela Ordem.



JOÃO ANTUNES
CONSULTOR DA ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS

A responsabilidade do profissional da contabilidade

A profissão de Técnico Oficial de Contas é de interesse público, com responsabilidades acrescidas face ao seu estatuto, sendo um interlocutor privilegiado entre o sujeito passivo e a Autoridade Tributária (AT).

Os deveres

Um dos deveres primeiros da profissão é assumir a responsabilidade pela regularidade técnica, nas áreas contabilística e fiscal. Do ponto de vista fiscal, o profissional da contabilidade tem o dever de apresentar as contas mais favoráveis ao cliente, aproveitando todos os benefícios fiscais ao dispor do cliente. Nesta matéria, delicada, entram também as funções de consultoria ao sujeito passivo, não como uma opção, mas antes como uma obrigação que se encontra prevista nos Estatutos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Outro dos deveres importantes da profissão é o dever de informação ao sujeito passivo/clientes de todas as alterações relevantes ocorridas, quer a nível contabilístico, quer a nível tributário. Para este efeito devem ser criadas rotinas como o envio periódico de circulares ou emails ao cliente com a informação das alterações relevantes. Outro dos deveres que destacamos é o de sigilo profissional, devendo o profissional recusar-se a prestar depoimentos seja a que título for, a

Atualmente, todas as atenções dos empresários estão concentradas na regularidade fiscal e na otimização do imposto a pagar, utilizando todos os benefícios fiscais existentes

dúvidas em relação a operações, saldos e movimentações financeiras tem o direito de pedir ao seu cliente os esclarecimentos e informações que julgar necessários, podendo solicitar uma declaração por escrito em relação a determinadas instruções que tenha recebido do cliente/sujeito passivo. A par desta declaração, outros dos direitos consagrados é a faculdade de exigir, antes de encerrarem o exercício fiscal, uma declaração de responsabilidade por escrito da qual conste que não foram omitidos quaisquer documentos ou informações relevantes com efeitos na contabilidade e na verdade fiscal. Tem igualmente outro direito fundamental, o de recusar-se a assinar as declarações fiscais sempre que lhe seja recusado o direito à informação e o acesso a documentos relevantes e sempre que tenha fundadas dúvidas sobre a verdade fiscal e patrimonial do sujeito passivo. No entanto, sempre que faltarem menos de três meses para o fim do exercício fiscal, esta recusa tem de ser autorizada pela Ordem dos

Infrações Tributárias. Em termos sintéticos, responsabilidade subsidiária significa que, verificando-se insuficiência patrimonial do devedor originário – o sujeito passivo – para solver as suas dívidas tributárias, a Autoridade Tributária pode reverter o processo de execução sobre o profissional. Contudo, o ónus da prova cabe à AT, ou seja, esta tem de provar e demonstrar a violação dos deveres de assegurar a regularidade técnica nas áreas contabilística e fiscal ou de assinatura de declarações fiscais, demonstrações financeiras e seus anexos. A AT terá de demonstrar igualmente a existência de um nexo de causalidade entre a atuação do TOC e o facto de o património do sujeito passivo se ter tornado insuficiente para a falta de pagamento. Nunca é de mais alertar para a necessidade de o profissional pedir a declaração de responsabilidade, exigir que determinadas instruções sejam colocadas por escrito, informar a AT, no prazo de 30 dias, sobre o motivo das declarações fiscais não terem sido submetidas dentro dos prazos.

O primado da regularidade tributária

Finalmente uma nota: atualmente, todas as atenções dos empresários estão concentradas na regularidade fiscal e na otimização do imposto a pagar, utilizando todos os benefícios fiscais existentes. No entanto, a regularidade fiscal não pode estar dissociada da regularidade contabilística, tão importante para apurar o lucro gerado ou o prejuízo, para pedir financiamento ou mesmo para candidaturas a programas de subsídios. Cumprir e fazer cumprir com as regras contabilísticas vigentes é fundamental para a apresentação, o mais fiel possível, da verdade patrimonial das nossas empresas.

Devem ser criadas rotinas como o envio periódico de circulares ou emails ao cliente com a informação das alterações relevantes.

menos que seja dispensado do dever de sigilo pelo sujeito passivo ou por instância judicial.

Os direitos

O direito fundamental do profissional é o direito de obter todos os documentos e informações relevantes e indispensáveis para poder apresentar as demonstrações financeiras de acordo com as normas contabilísticas e submeter as declarações fiscais assegurando a regularidade tributária. Sempre que o profissional tenha

Técnicos Oficiais de Contas. Destacamos ainda o direito à autonomia técnica que se encontra consagrado no Código do Trabalho e que é comum a outras profissões regulamentadas, ainda que o profissional seja trabalhador dependente.

A responsabilidade subsidiária

A responsabilidade subsidiária do TOC é uma matéria delicadíssima e encontra-se consignada no artigo 24.º da Lei geral Tributária e no artigo 8.º do Regime Geral das

CONSULTÓRIO TÉCNICO

Dedução por lucros retidos e reinvestidos permite usufruir de benefícios fiscais

Os sujeitos passivos podem deduzir à coleta do IRC, nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014, até 10 por cento dos lucros retidos que sejam reinvestidos em aplicações relevantes, no prazo de dois anos contado a partir do final do período de tributação a que correspondam os lucros retidos.

Um cliente pretende usufruir do regime de dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR). Imagine-se que em 2014, tem uma coleta de 18 400 euros e decide reter 46 mil euros dos lucros para poder usufruir do benefício de 4 600 euros de benefícios fiscais. Em 2015, faz novamente retenção de 50 mil euros dos lucros para usufruir de 5 mil euros de benefícios fiscais. Em 2016, por exemplo, retém 40 mil euros e usufrui de quatro mil euros. Nesse ano decide investir numa viatura ligeira de mercadorias no valor de dez mil euros e esgota os benefícios de 2014 e 2015 com a aquisição de um só ativo. É possível juntar os benefícios de dois ou três anos e adquirir um único bem para justificar o investimento e o respetivo benefício fiscal?

O regime de dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR) consiste num benefício fiscal em sede de IRC que opera por dedução à coleta. Apenas podem usufruir deste benefício os sujeitos passivos de IRC residentes em território português, bem como os sujeitos passivos não residentes com estabelecimento estável neste território que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, que sejam micro, pequenas e médias empresas, consideradas como tal nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro. Os sujeitos passivos podem deduzir à coleta do IRC, nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014, até 10 por cento dos lucros retidos que sejam reinvestidos em aplicações relevantes, no prazo de dois anos contado a partir do final do período de tributação a que correspondam os lucros retidos. Os sujeitos passivos que beneficiem da DLRR devem proceder à constituição, no balanço, de reserva especial correspondente ao montante dos lucros retidos e reinvestidos. Assim, na situação que a colega coloca, optando o sujeito passivo por constituir uma reserva de 46 mil euros, terá direito a um benefício de 4600 por dedução à coleta do IRC do período de 2014. Contudo, chama-se a atenção para o facto de o valor a investir ser o valor da reserva e não o da dedução à coleta, ou seja, o sujeito passivo terá de investir em ativos elegíveis, a adquirir até final de 2016, o valor de 46 mil euros.

Informação elaborada pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, segundo o Novo Acordo Ortográfico

EM FOCO

ESTUDO DA FINANCE XXI MOSTRA QUE A PRODUÇÃO FARMACÊUTICA DO PAÍS QUASE DUPLICOU NA ÚLTIMA DÉCADA

Colômbia está no radar das empresas farmacêuticas portuguesas



Juan Manuel Santos, presidente da Colômbia.

“A Colômbia é o novo ‘hot market’ da América Latina e o setor farmacêutico colombiano acompanha a evolução positiva do ambiente macroeconómico do país, criando oportunidades de negócio para os investidores internacionais”. Esta é a conclusão a que chega a Finance XXI Consulting no estudo “Oportunidades do setor farmacêutico colombiano”, recentemente apresentado em Lisboa. Em declarações à “Vida Económica”, Mariana Dias, co-autora do dossier e responsável pelo departamento de Inteligência Competitiva & Geopolítica da consultora, explica que “já existem empresas portuguesas do setor farmacêutico a operar na Colômbia” e que “muitas outras estão a caminho deste importante mercado”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A Colômbia tem sido, de resto, “um dos principais mercados emergentes a apare-

cer no radar das empresas farmacêuticas, quer portuguesas, quer muito particularmente espanholas, que estão muito ativas neste mercado”, explica Mariana Dias. Aliás, diz, a comprovar este interesse está a recente missão empresarial, de 25 a 30 de outubro, a Bogotá (Colômbia) e a Lima (Perú), que contou com a presença do secretário de Estado da Saúde e o Presidente do Infarmed e que acompanharam um conjunto de 15 empresas portuguesas do setor.

Entre nós, destaca a responsável da Finance XXI, há “o caso de sucesso da Bluepharma, que também integrou a referida missão e que “apresentou o seu caso no seminário de lançamento do estudo” da consultora. Diz Mariana Dias que este é um exemplo “bem elucidativo”, uma vez que a Bluepharma elegeu o mercado colombiano como “o mais relevante para a sua expansão internacional”.

Os números do setor farmacêutico colombiano falam, de facto, por si. A juntar a um crescimento médio do PIB de 4% nos últimos cinco anos, a Colômbia orgulha-se de possuir mão de obra “abundante e jovem” e uma “classe média emergente de 14 milhões de pessoas”, segundo o estudo da Finance XXI. O país do presidente Juan Manuel Santos ocupa, aliás, “um posicionamento central no seio da América Latina” e desempenha “um papel estratégico na Aliança do Pacífico”, segundo a Finance XXI. Em matéria de produtos de saúde, diz a consultora que o país importa cerca de 56% das necessidades de consumo, tendo, em 2012, importado dois milhões de dólares só de produtos farmacêuticos.

Crescimento de 1% será difícil de atingir no final do ano

A Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) avisa que será bastante difícil a economia crescer 1%, este ano, segundo as previsões governamentais. Tal só será possível se se verificar uma aceleração de 0,7%, nos últimos três meses do exercício. Considera a unidade independente de apoio aos deputados que a meta dificilmente será alcançável, tendo em conta o que costuma suceder no último trimestre: “A dinâmica intranual esperada até ao final do ano contrasta com a variação em cadeia histórica de 0,11%, de nível muito inferior e com a evolução observada no último trimestre.”

Colômbia: preços dos medicamentos subiram acima da taxa média de inflação (2,7%)

Sendo o quarto mercado farmacêutico da América Latina, a seguir ao Brasil, México e Argentina – entre 2000 e 2012 a produção bruta daquela indústria quase duplicou e os preços dos medicamentos subiram acima da taxa média de inflação (2,7%) -, “todas as grandes companhias farmacêuticas internacionais têm presença na Colômbia, com várias operações de produção em curso”, frisa a Finance XXI no seu estudo.

Questionada pela “Vida Económica” sobre a recetividade do estudo, Mariana Dias explica que, no seguimento da apresentação desse dossier, têm “recebi-

do o contacto de várias empresas, estando em curso um intenso trabalho comercial, já no terreno, para desenvolver oportunidades”. A Finance XXI garante, aliás, “um apoio especializado” às empresas que pretendam apostar na internacionalização neste importante setor. E já há “empresas, produtores, centros de investigação, empresas do segmento OTC (não sujeitos a receita médica)” interessados.

“A recetividade ao Estudo e aos planos de valor que apresentamos para o setor foram uma grande surpresa pela positiva e tem despertado alguns convites para novas apresentações”, diz ainda Mariana Dias, revelando a realização de uma segunda sessão no dia 12 de dezembro, em Braga, em parceria com a Câmara de Comércio e Indústria Luso Colombiana, a Câmara de Braga e a Associação Comercial de Braga.

PUB



INTERNATIONAL CLUB OF PORTUGAL
Joining Cultures



Lisboa
17 de Dezembro

Dr. Jorge Barreto Xavier

O INTERNATIONAL CLUB OF PORTUGAL convida V.Ex.a. a participar no seu próximo ALMOÇO-DEBATE com **Dr. Jorge Barreto Xavier, Secretário de Estado da Cultura** como Orador.

O Evento terá lugar no dia 17 de Dezembro (Quarta-Feira), pelas **12h15m (Welcome Drink)**, no Hotel DoubleTree by Hilton Lisbon - Fontana Park Lisboa, sito na Rua Eng.ª Vieira da Silva, nº2, em Lisboa (Saldanha). O almoço iniciará-se às 12h55m, seguindo-se a intervenção do Orador e um período de debate a terminar por volta das 15h00.

Os lugares para este evento são limitados e as reservas serão aceites por ordem de chegada, mediante pagamento a ser efectuado por transferência bancária para o NIB 0010 0000 4424 8300 00134, com a indicação de nome, morada e NIF para fins de facturação, a enviar por email para geral@icpt.pt ou geral.icpt@gmail.com (reservas não acompanhadas pelo respectivo comprovativo de pagamento, não poderão ser consideradas).

Inscrições: ♦ €30,00 (sócios com quotas em dia) ♦ €45,00 (não sócios)

Se desejar encontrar-se com amigos neste evento, sinta-se à vontade para proceder à divulgação desta carta-convite e/ou solicitar reserva de mesa. Para grupos de 10 ou mais pessoas, a mesa poderá, se assim o desejar, ficar identificada com o nome da Empresa ou Instituição que nos for indicada.

Para informações adicionais, por favor contactar pelos telefones:
21 013 56 98 | 913 330 055 | 968 768 415

Patrocínio:



Partners



Media Partners:



Grupo AUTO-INDUSTRIAL



SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA CONFIRMA ANÁLISE DE METADE ATÉ AO FIM DO ANO

Candidaturas congeladas na transição para o PDR 2020 concluídas em 2015

Metade das cerca de 10.300 candidaturas que ficaram congeladas aquando da suspensão do regime de transição do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) para o PDR 2020 deverão ser analisadas até ao fim deste ano. As restantes deverão sê-lo apenas “na segunda parte de 2015”, revelou à “Vida Económica” o secretário de Estado da Agricultura, José Diogo Albuquerque.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

“Estamos a aumentar os recursos alocados ao PRODER e PDR em 50% para acelerar a análise das candidaturas”, explica o secretário de Estado, dizendo esperar “no fim do ano aproximarmos-nos de metade dessas 10.300 candidaturas e ter tudo regularizado na segunda parte de 2015”. Até ao momento “já foram decididas 3500”, acrescentou o governante.

“A nossa preocupação foi nunca parar de receber candidaturas, ao mesmo tempo que lutávamos por um regime de transição junto da Comissão Europeia”, explicou José Diogo Albuquerque, adiantando ainda que “esse regime de transição veio a permitir continuar a analisar candidaturas nas regras velhas já com dinheiro do próximo quadro”.

Recorde-se que abriu formalmente a 15 de novembro o Programa de Desenvolvimento Rural 2020, um envelope financeiro da PAC de 8,1 mil milhões de euros para os próximos sete anos. Para já, estão abertas as candidaturas às medidas “investimento na exploração agrícola” e “Investimento na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas”, cujos apoios ascendem aos 1080 milhões de euros.

Isto, apesar de o Ministério da Agricultura e Mar (MAM), através do Despacho n.º 14111/2014, de 21 de novembro, ter suspenso, com efeitos a 22 de novembro, a admissão de pedidos de reconhecimento de novas Organizações de Produtores (OP).

Em declarações à “Vida Económica”, José Diogo Albuquerque diz que se torna “necessário voltar a regulamentar a figura do ‘agrupamento de produtores’, particularmente para o setor das florestas.

“Tendo em conta a importância do setor florestal na atual po-

“O regime de transição veio a permitir continuar a analisar candidaturas nas regras velhas já com dinheiro do próximo quadro”, sublinha José Diogo Albuquerque

lítica de desenvolvimento rural e os instrumentos colocados à disposição neste âmbito, é oportuno incluir as florestas no novo regime de reconhecimento, criando-se para o efeito a figura das ‘organizações de comercialização de produtos da floresta’, explica o secretário de Estado da Agricul-

tura à “Vida Económica”. É uma nova figura que pretende integrar estruturas florestais de cariz comercial que não estão previstas no atual regime de reconhecimento nacional de organizações de produtores florestais.

A nova legislação estará pronta no início de 2015.

Abertas as candidaturas ao Vitis

O Ministério da Agricultura e do Mar (MAM), através do IFAP e do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), abriu um novo período de candidaturas a projetos de reestruturação da vinha (Vitis) para a campanha 2015-2016 a partir de 1 de dezembro deste ano.

O secretário de Estado da Agricultura explica que têm vindo a “antecipar o período de submissão destas candidaturas nos últimos três anos, de forma a criar estabilidade em todo o processo”. Isto também permite que “os viticultores façam as encomendas de plantas aos viveiros atempadamente, dando assim mais tempo para que eles programem a quantidade em função das castas previstas nos projetos, evitando eventuais ruturas de stocks”, frisa José Diogo Albuquerque.

A receção de candidaturas para a campanha 2015-2016 termina a 23 de janeiro de 2015. As candidaturas são submetidas online no site do IFAP (www.ifap.pt).

PUB

Um guia prático em linguagem simples e acessível.

“Muito mais do que um livro, este é um excelente manual de consulta, numa área que a todos, de uma forma ou outra, toca. Vale a pena tê-lo conosco.

Fernando Santos, Treinador de futebol / Selecionador Nacional de Portugal

“A leitura do livro “O Desporto na Lei” é indispensável para quem pretende conhecer em profundidade a regulamentação que rege todo o Desporto português. Ao longo desta obra somos guiados através da história das leis até chegarmos a uma visão atual e compreensiva de todas as relações entre a legislação portuguesa e o desporto nacional. O conhecimento profundo do fenómeno desportivo, tanto nos aspectos teóricos como práticos, a vasta experiência jurídica e política e o saber enciclopédico de Alexandre Mestre fazem com que esta obra seja de leitura obrigatória.”

Fernando Gomes, Presidente da Federação Portuguesa de Futebol

VidaEconómica

R. Gonçalo Cristóvão, 14, r/c • 4000-263 PORTO

<http://livraria.vidaeconomica.pt>

encomendas@vidaeconomica.pt

223 399 400

Título O Desporto na lei - Guia prático
Autor Alexandre Miguel Mestre
Páginas 240
PVP €18
eBook €14,60

PORTES GRÁTIS

+10%
em pontos com vida nas compras online

Novidade

O DESPORTO NA LEI
 Um percurso pelo ordenamento jurídico estatal português
GUIA PRÁTICO
 Alexandre Miguel Mestre
 VidaEconómica

Também disponível em formato digital

PDF Apple Android

Nome

Morada

C. Postal -

E-mail N.º Contribuinte

Solicito o envio de exemplar(es) do livro **O Desporto na Lei - Guia Prático**, com o PVP unitário de €18.

Para o efeito envio cheque/vale n.º , no valor de €

Solicito o envio à cobrança (Acresce 4€ para despesas de envio e cobrança).

ASSINATURA

Compta cresce 3,7%

A Compta voltou a crescer nos primeiros nove meses de 2014, com o total de proveitos operacionais a ultrapassar os 21,6 milhões de euros, o que representa um crescimento de 3,7% relativamente ao período homólogo de 2013. O EBITDA cresceu e 17,9%. Os resultados antes de impostos foram positivos em 279 mil euros, tendo registado uma melhoria de 361 mil euros, contrariando muito favoravelmente os resultados apurados no período homólogo de 2013.

Prémio Nacional de Reabilitação Urbana prepara nova edição

A fase de candidaturas à terceira edição do Prémio Nacional de Reabilitação Urbana irá decorrer até 16 de fevereiro de 2015, decorrendo até 16 de março o período de entrega dos dossiers finais dos projetos a concurso. Os vencedores serão anunciados numa cerimónia agendada para 15 de abril, a qual estará integrada na programação oficial da II Semana da Reabilitação Urbana de Lisboa.

Quebra na produção gera aumento do preço pago aos viticultores



Na Bairrada a quebra será bastante superior à que se esperava inicialmente (-10%), bem como no Dão (-25%)

MARC BARROS
marcbarros@vidaeconomica.pt

A quebra na produção de vinhos em Portugal foi superior à inicialmente estimada, o que levou a um aumento médio dos preços da uva paga aos viticultores. Segundo Frederico Falcão, presidente do Instituto da Vinha e do Vinho IVV, "a previsão inicial apontava para uma quebra de 5,7%, para 5,9 milhões de hectolitros", mas "é expectável que a quebra seja superior, na ordem dos 10%".

Em entrevista à VE, aquele responsável frisou que "ainda não há dados finais, mas as informações que me chegam dos produtores, juntamente com as condições climáticas verificadas no decurso da vindima, nomeadamente as chuvas verificadas no final de Setembro, levaram a que muita uva fosse danificada e acabasse por não ser apanhada".

Assim, prosseguiu, por regiões, a quebra inicial prevista de 10% nos vinhos verdes será superior a 30%; segundo Manuel Pinheiro, presidente da CVRVV, "o

acompanhamento feito às 50 maiores empresas e adegas vinificadoras que representam no conjunto cerca de 86% do volume da região", mostram que a produção de vinhos brancos no fecho da vindima de 2013 foi "de 39 milhões de litros", enquanto a "produção deste universo a 4/10/2014 era de 30 milhões de litros".

Na Bairrada a quebra será bastante superior à que se esperava inicialmente (-10%), bem como no Dão (-25%). Vários produtores da região da Bairrada contactados pela VE apontam para uma quebra de 50% face a 2013, com uma redução de 60 a 80% em relação à média dos últimos 10 anos.

Preços sobem mas tratamentos condicionam

Já no Douro, no total da região, a quebra oscilará entre os 5 e os 10%, disse Rui Soares, diretor de viticultura da Real Companhia Velha.

No caso do vinho do Porto, a Região Demarcada do Douro (RDD) produzirá

105 mil barricas de vinho este ano, cinco mil mais que na campanha anterior, num total de 57,75 milhões de litros, segundo o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP). Em 2013, foram produzidas 100 mil pipas de vinho do Porto.

Nas regiões do sul (Tejo, Lisboa, Alentejo, Península de Setúbal e Algarve) "não haverá grandes alterações ao que estava inicialmente previsto, com quebra nulas ou até algum crescimento face à colheita passada", disse Frederico Falcão. Para estas regiões, o IVV previa inicialmente quebras de 5% em Lisboa e Tejo, um crescimento de 20% em Setúbal, 10% no Algarve e um ano sem variações no Alentejo.

Quando ao preço das uvas pago aos viticultores, espera-se que a quebra de produção possa ser acompanhada do aumento dos preços.

Frederico Falcão confirma essa tendência, a qual deverá estender-se a todo o território nacional, mas que "não se refletirá nos preços pagos pelo consumidor, assim como nos anos de grande produção não tem havido descidas de preço".

Porém, em certas regiões, como nos vinhos verdes, a melhoria dos preços na viticultura pode ser esmagada pelos custos acrescidos nos tratamentos aplicados na vinha.

PUB

PEDRO ARROJA
GRUPO FINANCEIRO



Estamos consigo há 20 anos.

Juntos vamos Capitalizar a sua empresa. Abra rumo a uma visão mais empreendedora, repense novos mercados.

Somos o seu parceiro de negócios na Gestão e no acompanhamento Internacional.

Contacte:

- Apoio ao Investimento
- Gestão de Activos
- Gestão Depósitos Bancários
- Informática de Gestão

Av. Montevidéu, 282
4150-516 PORTO – PORTUGAL
Telefone: (+351) 226165220
Fax: (+351) 226165229
geral@pedroarroja.pt
WWW.PEDROARROJA.COM

Candidaturas ao Vitis até 23 de janeiro

O prazo de candidaturas ao programa Vitis para a campanha 2015/2016 abriu a 1 de dezembro. Segundo nota do IVV, a apresentação das candidaturas ao regime de apoio à reestruturação e reconversão da vinha estará em curso até 23 de janeiro de 2015. As candidaturas ao Vitis são submetidas online na página eletrónica do IFAP e serão decididas até 3 de abril de 2015.

O regime de apoio abrange a concessão de uma comparticipação financeira para os investimentos realizados, através do pagamento de uma ajuda, que variam consoante se trate de zonas de convergência (não pode ultrapassar os 75% dos custos reais de reconversão e reestruturação da vinha) ou de zonas de competitividade (não podendo ultrapassar os 50% daqueles custos). Está ainda prevista uma compensação pela perda de receita inerente à reconversão e reestruturação.

EMPRESAS**Orientações sobre o modelo de comunicação dos inventários de existências**

Foram publicados no portal das Finanças orientações sobre o modelo de comunicação dos inventários de existências à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). Destaque para o facto de a comunicação poder ser realizada por duas vias, concretamente através de ficheiro de texto – com os campos separados por ponto e vírgula – e de ficheiro formato xml. As empresas sem existências e obrigadas por lei a comunicar o inventários deverão declarar no portal e-fatura que não têm existências.

Ordens dos técnicos e revisores de contas promovem conferência

As ordens dos revisores e dos técnicos oficiais de contas promovem uma conferência conjunta no âmbito do Prémio Professor Doutor Rogério Fernandes Ferreira. O evento tem lugar no próximo dia 12 de dezembro, no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa. As duas entidades reguladoras vão debater as temáticas que nortearam a acção daquele profissional enquanto professor, advogado, economista e mestre de gerações de contabilistas.

Dia Onebiz 2014 vai ter gravação ao vivo de "A Cor do Dinheiro – especial empreendedorismo"

O Dia Onebiz 2014, que se realiza no próximo dia 13 de dezembro, no Hotel Crowne Plaza Porto, terá este ano como ponto alto a realização de uma gravação ao vivo do programa "A Cor do Dinheiro - Especial Empreendedorismo", programa que contará com a dinamização do Camilo Lourenço e a presença de individualidades ligadas ao empreendedorismo.

Além deste debate, para o qual é esperada uma lotação de perto de 400 a 500 pessoas, o programa inclui a revelação de histórias e a demonstração de casos práticos de empreendedores, promovendo o networking entre todos os participantes.

Ao longo dos anos, o empreendedorismo tem sido um tema especialmente tratado por todas as mar-

cas do Grupo Onebiz e por todos os seus parceiros, quer pela realização de workshops gratuitos diversos, como pelo apoio de consultoria que é prestado periodicamente a quem deseje empreender. Este é um trabalho de vários anos, do qual o apoio ao programa "A Cor do Dinheiro" e a realização de perto de 30 workshops "Empreenda por favor!" são o rosto mais visível.

A criação das estruturas internacionais do Grupo, com a abertura de filiais em vários pontos do mundo, constitui também mais um apoio às empresas portuguesas que pretendem exportar os seus produtos e internacionalizar os seus serviços para, dessa forma, empreender. Estes e muitos outros temas serão debatidos na tarde do Dia Onebiz 2014.

Grupo Moneris apoia empresas que investem no mercado da Argélia

O Grupo Moneris vai realizar um Fórum dedicado à internacionalização para o mercado da Argélia, enquadrado no tema geral "Argélia, o destino do seu negócio a duas horas de voo de Lisboa".

Este Fórum vai ocorrer no próximo dia 10 de dezembro, no Penha Longa Resort, em Sintra, e está especialmente direcionado para empresários portugueses, com destaque para os relacionados com as fileiras do agronegócio, do turismo, da construção e do imobiliário.

Neste Fórum serão abordadas as temáticas mais pertinentes para o processo de internacionalização das empresas para a Argélia, designadamente as que têm a ver com o investimento e seu enquadramento jurídico, bem como as ligadas ao sistema financeiro e bancário, e nele participam instituições e organizações argelinas com intervenção nos domínios do investimento e do comércio externo, tais como a Embaixada da Argélia em Portugal, a Agence Nationale du Developpement et de Investissement, o Trade Center do BNP ParisBas na Argélia, a Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portugal e, na sessão de encerramento, o AICEP-Portugal.

O Grupo Moneris pretende que este evento represente uma "porta de embarque" para que os empresários portugueses tenham mais e melhor informação sobre um país tão próximo, que tem acolhido com sucesso o investimento estrangeiro de diversas empresas e mesmo de multinacionais presentes nos setores da energia, do alimentar e do comércio. Com efeito, a Moneris argumenta que a Argélia tem assistido a um crescimento económico favorável, fruto de uma aposta na criação de vários incentivos ao investimento privado de empresas estrangeiras, quer através de representações, quer da criação de empresas de direito local, quer através da participação em empresas públicas em fase de privatização. E refere ter um conhecimento privilegiado deste mercado, na medida em que tem uma experiência sólida de acompanhamento de diversas empresas portuguesas que decidiram atuar no mercado argelino.



PUB

Num contexto económico desafiante e exigente como o atual, os setores empresarial e científico devem estar especialmente despertos, a fim de tirar partido das oportunidades existentes no contexto europeu. Neste evento será lançada uma plataforma dedicada ao setor das TIC, essencialmente destinada a promover a participação de empresas e instituições científicas em programas de financiamento e contratação pública na UE.

PROGRAMA**9h30****Receção dos Participantes****10h****Abertura****O projeto Informer le Secteur TICE: resultados e próximos passos**

Pedro Fraga, F3M/ANETIE

A importância de Bruxelas: o caso das TIC

Introdução e moderação da sessão: Ana Paula Mesquita, Magellan – Associação para a Representação de Interesses Portugueses no Exterior

Contratação pública na UE: uma experiência de internacionalização

Paulo Ribeiro, Linkare TI - Tecnologias de Informação, Lda.

Horizonte 2020: as TIC e apoio às PME

Eunice Ribeiro, GPPQ

Apresentação interativa da Plataforma: Financiamentos Europeus e Oportunidades para o setor TICE

António Lucas Soares, INESC

Sessão de debate

Neste momento privilegiado de debate a ANETIE, o INESC e a MAGELLAN procurarão através dos contributos das empresas presentes obter uma avaliação crítica da proposta de plataforma apresentada

13h30**Almoço de networking****14h30****Programas de financiamento europeus: experiências e recomendações**

Luís Carneiro, INESC

15h**Sessões individuais de aconselhamento especializado**

Nestas sessões as empresas presentes poderão participar de uma sessão de aconselhamento prestada por investigadores da Magellan, do INESC e do GPPQ nas temáticas do acesso a financiamento europeu e contratação pública europeia. (participação sujeita a inscrição prévia - número limitado de inscrições).

Para inscrições e mais informações: rmeneses@anetie.pt**VidaEconómica**
GRUPO EDITORIAL

A.M.

Peru convida empresas estrangeiras para investimentos em infraestruturas

O Peru está a apostar no desenvolvimento de infraestruturas de transportes. Em causa estão projetos milionários de obras públicas nos segmentos ferroviário, portuário e aeroportuário. Nos dias 28 e 29 de janeiro será realizada uma cimeira internacional sobre infraestruturas, na capital do país da América Latina. São colocadas excelentes oportunidades de negócios às empresas portuguesas do setor da construção.

Famílias portuguesas estão mais confiantes

O crédito atribuído às famílias e empresas nacionais registou um crescimento de quase 25%, no terceiro trimestre, face a igual período do ano passado, de acordo com a Associação de Instituições de Crédito Especializado. Assim, o crédito ao consumo aumentou cerca de 17%, no período em análise, para 665 milhões de euros. Já o crédito às somou 575 milhões de euros. Estes aumentos ficaram a dever-se, sobretudo, ao acréscimo do nível de confiança das famílias.

FERNANDO CARMO, PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DESPACHANTES, ALERTA

Setor dos despachantes oficiais vive indefinição legal



Existe uma série de legislação avulsa e específica que necessita de uma reformulação urgente, de acordo com Fernando Carmo.

O setor aduaneiro sofre uma indefinição legal muito relevante. Há agentes no mercado que lançam a insegurança, por não deterem as necessárias competências. Entretanto, a Lei-Quadro das Ordens Profissionais continua no desconhecimento, o que implica que a Câmara dos Despachantes Oficiais não pode assumir a figura jurídica de Ordem. Aliás, esta situação está a causar sérios constrangimentos a todas as organizações profissionais, referiu à "Vida Económica" Fernando Carmo, presidente da Câmara dos Despachantes Oficiais.

A atividade de despachante atravessa problemas graves, na perspetiva daquele dirigente: "Apesar de existir uma câmara na qual a inscrição é obrigatória e condição de exercício da profissão, a lei abre portas a um tipo de agentes que – sem passar pelo crivo da análise da competência profissional – é autorizado a exercer funções, a título profissional, lançando a dúvida e a insegurança no mercado. Por outro lado, não são concedidos aos profissionais os mecanismos necessários para exercerem os seus direitos de indemnização e regresso, uma vez que, em muitos em casos, têm de responder em nome dos seus representados. Ou seja, para além dos novos estatutos de que aguardamos publicação, há também legislação avulsa e específica que carece de reformulação urgente."

Lembra Fernando Carmo que o setor aduaneiro nacional integra, essencialmente, a atividade dos despachantes oficiais. Estes desenvolvem os passos necessários para que o comércio global se desenvolva. No caso português, o desígnio da internacionalização é o objetivo primeiro da profissão. "No contexto internacional, a situação passa pelos mesmos objetivos, sendo certo que em muitos países e regiões os governos atribuem funções e poderes aos profissionais aduaneiros que lhes permite intervir de forma muito mais eficiente. A atribuição de fé pública aos profissionais torna-os verdadeiros defensores dos orçamentos dos estados e empenhados defensores da legalidade e da luta contra a fraude e a evasão fiscais."

Passagem a Ordem está em suspenso

A passagem de câmara a ordem é outro aspeto que está a preocupar o responsável da Câmara dos Despachantes Oficiais, na medida em que para o futuro da profissão esta evolução tem uma enorme relevância, "uma vez que define melhor e eleva o nível dos requisitos necessários para o seu exercício. Por outro lado, clarifica e reforça a sua capacidade de intervenção em setores ligados intimamente às operações aduaneiras,

como é o caso da consultoria em comércio internacional". Perante este cenário, a profissão carece de formação e atualização permanentes. Neste contexto, a promoção da internacionalização das PME é um verdadeiro desafio para a profissão.

Importa ainda ter em conta as implicações do novo código aduaneiro de bens e mercadorias para Portugal. Refere Fernando Carmo a este propósito: "Para além de muitas outras inovações, o novo Código Aduaneiro da União consagra a utilização de meios eletrónicos para cumprimento das funções cometidas às alfândegas e aos operadores. Medidas de

segurança, de controlo de circulação de mercadorias e meios de transporte e de desalfandegamento serão possíveis mediante sistemas automáticos em ambiente comum a todos os Estados-Membros. Por outro lado, estabelecerá a criação de um mercado único de serviços aduaneiros, para além de harmonizar requisitos para o exercício da profissão de representante aduaneiro, designação genérica para despachante oficial, situação que, pela primeira vez, é consagrada no Código, na sequência de negociações estabelecidas com as associações europeias representativas da profissão."

PUB

2º ENCONTRO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL PORTUGAL 2020 E OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO
Oeiras, 9 de Dezembro, 14h30 - 17h15

ENQUADRAMENTO

Portugal vai receber 25 mil milhões de euros até 2020, para tal definiu objetivos temáticos para estimular o crescimento. Estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis, incremento das exportações e transferência de resultados do sistema científico para o tecido produtivo são alguns dos objetivos das políticas a prosseguir no Portugal 2020.

AAERLIS organiza este evento com o objetivo de dar a conhecer a Estrutura e Sistemas de Incentivos do Portugal 2020 e outras oportunidades de financiamento e instrumentos disponíveis para apoiar as empresas no seu crescimento.

PROGRAMA

14h30	Abertura da sessão António Ferreira de Carvalho, Presidente da Direção da AERLIS Vítor Gil, Delegado Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IEFP António Saraiva, Presidente da CIP Miguel de Campos Cruz, Presidente do IAPMEI João Teixeira, Presidente da CCDRLVT
15h15	Assinatura de Protocolo entre a AERLIS e o IEFP – Programa Vida Ativa 2015 António Ferreira de Carvalho, Presidente da Direção da AERLIS Vítor Gil, Delegado Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IEFP
15h30	Portugal 2020 - Estrutura e Programas Operacionais Pedro Cilínio, Direcção de Gestão de Incentivos e de Créditos, IAPMEI
16h15	Mesa Redonda - Outras oportunidades de financiamento e crescimento Linhas de crédito Filipe Lamego, Diretor de Particulares e Negócios da Região de Lisboa, CGD Garantia Mútua Bruno Matias Piegas, Subdiretor Comercial, Lisgarante Capital de Risco - Fundo Revitalizar Sul Clara Braga da Costa, Fund Manager, Capital Criativo Reestruturações, fusões e aquisições João Ribeiro, Managing Partner, Mercal Consulting Group
17h15	Encerramento

A participação é gratuita. Inscrições em www.aerlis.pt

Patrocínio



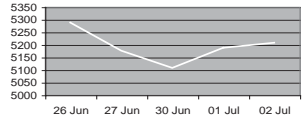
Media partner:



Apoio



MERCADOS

PSI-20 (03.12) 5207,67 -1,59% Var. Semana	Dow Jones 3/Dec 17881.71 Var Sem 0.38% Var 2014 7.88%	DAX 3/Dec 9971.79 Var Sem 0.57% Var 2014 4.39%
	Nasdaq 3/Dec 4764.746 Var Sem 0.14% Var 2014 14.08%	CAC40 3/Dec 4391.859 Var Sem 0.42% Var 2014 2.23%
	IBEX 35 3/Dec 10882.60 Var Sem 2.21% Var 2014 9.74%	

COLABORAÇÃO: BANCO POPULAR

ASFAC REVELA INDICADORES DO TERCEIRO TRIMESTRE

Crédito ao consumo mantém tendência de crescimento



O presidente da ASFAC, António Menezes Rodrigues, considera que a subida fica a dever-se ao aumento da confiança.

O crédito ao consumo concedido pelas associadas da Associação de Instituições de Crédito Especializado (ASFAC) no terceiro trimestre de 2014 registou um aumento de 24,9% face ao trimestre homólogo do ano passado, situando-se nos 1239 milhões de euros. Para o presidente da ASFAC, António Menezes Rodrigues, “estes dados são a prova de que os consumidores portugueses estão a recuperar a confiança na economia, retomando comportamentos e decisões que estavam estagnados devido à crise. Mesmo com

critérios de concessão de crédito mais apertados, que decorrem do empenho numa concessão de crédito responsável, é evidente que as condições mudaram e que o país está a caminhar para uma nova dinâmica económica”.

De acordo com os dados da ASFAC, o crédito ao consumo aumentou 17,2%, para os 665 milhões de euros, enquanto no crédito às empresas foram concedidos 575 milhões de euros, a maioria na forma de crédito a fornecedores, o que representa uma subida de 15,8%. O crédito

ao consumo divide-se em crédito clássico a particulares, que cresceu 28,1%, e o crédito revolving, cujo aumento foi de 7,6% em relação ao terceiro trimestre de 2013.

Crédito às empresas também cresce

Do lado do investimento (crédito às empresas), os associados da ASFAC registaram subidas homólogas do crédito stock de 36,5%, atingindo o valor de 551 milhões de euros, e do crédito clássico concedido a empresas de 12,7%, para os 23 milhões de euros.

O crédito concedido a particulares representa 92,6% do total do crédito clássico, enquanto o crédito concedido a empresas situa-se nos 7,4%, sendo que o total do crédito clássico equivale a 27,6% do total do crédito concedido pelos Associados da ASFAC. O crédito revolving tem um peso de 26,1% e o crédito a fornecedores os restantes 46,3%.

Segundo a tendência dos trimestres anteriores, o crédito clássico foi, na sua maioria, direcionado para a aquisição de meios de transporte, com 70,2% do total do crédito concedido, seguindo-se o crédito pessoal com 17,5%. O crédito concedido para aquisição de meio de transporte subiu 27,9% e o crédito pessoal cresceu 38,4% em comparação com o período homólogo.

Durante este trimestre celebraram-se 72 598 contratos crédito clássico, (97,5% dos quais com particulares). Em média, o valor atribuído por cada contrato durante os meses de janeiro a junho foi de 4890 euros, o que representa um aumento de 11,2% em relação ao mesmo período de 2013.

BPI entrega 500 mil euros a instituições sociais

O BPI entregou, na quarta-feira (dia 3 de dezembro), Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, 500 mil euros a 25 instituições, no âmbito da quinta edição do Prémio BPI Capacitar. Este prémio apoia projetos que promovem a melhoria da qualidade de vida e a integração social das pessoas com deficiência ou incapacidade permanente.

O primeiro prémio foi entregue à Associação Nomeidonada para um projeto pioneiro na Península Ibérica na área dos cuidados continuados e paliativos pediátricos. Com este prémio, a Associação irá equipar “O Kastele”, proporcionando bem-estar, qualidade de vida e apoio psico-social a crianças com doenças ou processos crónicos e incuráveis, dignificando assim a sua condição.

O BPI distinguiu ainda outras 24 instituições com Menções Honrosas, atribuindo donativos num total de 400 mil euros. A seleção da instituição vencedora com o primeiro prémio e das menções honrosas – entre 264 candidaturas – baseou-se na qualidade técnica e sustentabilidade dos projetos apresentados. Criado em 2010, o Prémio BPI Capacitar já apoiou, nas das cinco edições, 81 projetos com donativos totais de 2,5 milhões de euros, contribuindo para melhorar o dia a dia de mais de 20 mil pessoas.

Ulrich elogia instituições

A propósito deste Prémio, o presidente do BPI, Fernando Ulrich, elogiou as instituições premiadas. “São elas que fazem a parte mais importante no apoio à inclusão social de pessoas com deficiência”, referiu. “O BPI contribui para que estas instituições continuem a fazer o seu trabalho e o possam melhorar, para que o seu exemplo frutifique. O Prémio BPI Capacitar foi criado em plena crise e, desde aí, o esforço de responsabilidade social do Banco foi crescente. Em 2013 foi lançado o Prémio BPI Seniores dirigido a instituições que desenvolvem projetos de apoio a pessoas com mais de 65 anos e que no início de outubro doou 500 mil euros a 27 instituições”, acrescentou.

O Júri da 5ª edição do Prémio BPI Capacitar foi constituído por António Seruca Salgado (ex-administrador do BPI) - Presidente do Júri; Clara Costa Duarte (professora de economia na Universidade Nova de Lisboa); António Soares Franco (empresário); Ana Loureiro (técnica de educação especial e reabilitação) e Rui Lélis (ex-administrador do BPI).

Crédito Agrícola diminui spreads

O Crédito Agrícola diminuiu o spread da taxa de juro aplicado a todas as operações de leasing mobiliário e imobiliário, apresentando valores mais competitivos para clientes particulares, empresas e empresários em nome individual. O spread mínimo do leasing mobiliário desce de 3,75% para 2,25%; no caso do leasing imobiliário desce de 4,5% para 3,5%; e no leasing para outros equipamentos de 4,625% para 3,625%.

“Esta ação de mercado reforça o posicionamento do Crédito Agrícola como instituição que apresenta os spreads mais competitivos e reflete-se no ajustamento aos preços cobrados aos clientes. A diminuição dos spreads prevê, assim, que particulares e empresários possam dar resposta às suas necessidades, quer pessoas



Os spreads descem um mínimo de um ponto percentual.

quer de reforço de negócio, com condições financeiras mais favoráveis”, refere o

comunicado da instituição liderada por Licínio Pina.

EURODÓLAR (03.12) 1,2312 -1,55% Var. Semana 1,255 1,25 1,245 1,24 1,235 1,23 1,225 1,22 26 Jun 27 Jun 30 Jun 01 Jul 02 Jul -10,72% Var. 2014	Euro/Libra 03/dez 0.7922 Var Sem -0.56% Var 2014 2.97% Euro/lene 03/dez 147.4660 Var Sem -0.66% Var 2014 15.64%	EURIBOR 6M (03.12) 0,1760 -0,001% Var. Semana 0,182 0,181 0,18 0,179 0,178 0,177 0,176 0,175 0,174 0,173 26 Jun 27 Jun 30 Jun 01 Jul 02 Jul -0,920% Var. 2014	Euribor 3M 03/dez 0,0810 Var Abs Sem -0.001 Var 2014 -0.920 Euribor 1Y 03/dez 0.3280 Var Abs Sem -0.003 Var 2014 -1.176	PETRÓLEO BRENT (03.12) 70,67 -9,11% Var. Semana 73 72,5 72 71,5 71 70,5 70 69,5 69 68,5 26 Jun 27 Jun 30 Jun 01 Jul 02 Jul -36,22% Var. 2014	Ouro 03/dez 1210,02 Var Sem 1.02% Var 2014 0.37% Prata 26/Nov 16,45 Var Sem -0,33% Var 2014 -15,47%
--	--	---	--	--	--

COLABORAÇÃO: BANCO POPULAR

Lucros da Mota-Engil com crescimento de 31%

Os lucros do grupo Mota-Engil atingiram 50 milhões de euros no terceiro trimestre de 2014, um crescimento de 31% face a igual período de 2013. No acumulado dos nove primeiros meses de 2014, o volume de negócios da construtora registou um crescimento de 7,6%, atingindo os 1789 milhões de euros. “Este aumento deve-se, essencialmente, à excelente performance fora da Europa, nomeadamente em África (mais 19%) e na América Latina (mais 24%)”, refere a nota de imprensa.

No que diz respeito à rentabilidade operacional, o EBITDA registou um aumento de 18%, situando-se nos 313 milhões de Euros, enquanto o EBIT cresceu 11%, alcançando os 195 milhões de euros.

“Apesar do crescimento acentuado ao longo dos últimos trimestres (e do consequente consumo de carteira), o grupo conseguiu

neste último trimestre aumentar a sua carteira de encomendas para valores inéditos, atingindo 4,4 mil milhões de euros”, refere o comunicado do grupo. Os valores apresentados não incluem qualquer montante relacionado com o contrato assinado na obra dos Camarões e Congo (2,6 mil milhões de euros), o maior na história do grupo Mota-Engil.

África representa quase metade da atividade

Na Europa, o grupo teve uma queda no seu volume de negócios de 11% para um total de 649 milhões de euros. Quanto à rentabilidade operacional obtida na região, verificou-se a manutenção da margem de EBITDA nos 10,6%.

A atividade em África, região que representa, a setembro, 47% da atividade total do grupo e 69% do seu EBITDA, registou

um aumento de 19% para valores recorde de 840 milhões de euros de volume de negócios em apenas nove meses.

Quanto ao EBITDA, a região apresentou um valor de 217 milhões de euros. Deste modo, a rentabilidade operacional e uma margem que nos coloca como uma “best in class” ao nível das maiores construtoras que atuam no continente africano.

No que diz respeito à América Latina, região que representa já 21% da atividade do grupo, o volume de negócios ascendeu, no mesmo período em análise, a 375 milhões, o que representa um crescimento de cerca de 24% face a idêntico período do ano passado.

O forte crescimento do México e do Brasil tem permitido continuar a reforçar o peso da região no total do grupo e a sua crescente diversificação geográfica, de negócio e no tipo de projetos.



A Europa tem cada vez menos preponderância na atividade da empresa.

Destaca-se, em função das mais recentes adjudicações obtidas na região, que o grupo Mota-Engil detém, a setembro, uma carteira inédita na região de dois mil milhões de euros.

Especulação



PEDRO ARROJA
Pedro Arroja Gestão de Patrimónios, SA

Proteção

Por que é que as pessoas valorizam tanto a justiça, por que é que a justiça é um valor tão ambicionado por todos, que fim visa a justiça realizar?

Desejando responder a esta questão utilizando uma só palavra e, portanto, da forma mais sintética possível, a palavra escolhida só poderia ser uma: Proteção.

A justiça visa proteger, mas proteger quem, o José, o Francisco ou o António? Cada um deles, mas não só eles, a justiça visa proteger todos, e visa proteger aquilo que é comum a todos. A justiça visa proteger a comunidade e, por isso, é uma componente essencial do bem comum.

A proteção é mais um daqueles atributos que, existindo embora nos homens e nas mulheres, é mais predominante nas mulheres. Não vale a pena sequer elaborar muito sobre este ponto. Nós somos recebidos no mundo pelos braços de uma mulher e é ela que, em primeiro lugar, nos protege. E no período que antecede o nascimento é ainda o corpo de uma mulher que nos protege das agressões do ambiente exterior, uma proteção sem a qual não seríamos capazes de sobreviver. Permanece assim pela vida fora e em todas as circunstâncias, com as mulheres a terem uma propensão protectora muito superior à dos homens. A verdadeira justiça é uma

figura de Mulher.

A justiça visa proteger aquilo que nos é comum, em primeiro lugar as nossas próprias pessoas, mas também os nossos haveres materiais e espirituais. Ao proteger aquilo que nos é comum a justiça reforça o nosso sentimento de comunidade, que é a condição *sine qua non* para a realização das grandes obras.

Uma palavra é devida a este respeito. As grandes obras não são feitas por homens isolados da comunidade. Um homem isolado da comunidade não consegue nada. Todas as grandes obras são feitas em comunidade, e o ser humano é a maior obra de todas. Naturalmente, ele é feito em comunidade (de um homem e de uma mulher). Uma auto-estrada, um edifício de habitações, não foi feito por um só homem. Exigiu vários homens e mulheres (arquitetos, engenheiros, trolhas, etc.) todos orientados para esse fim comum. Mesmo uma obra de arte, tendo um só autor, foi largamente o produto da comunidade. O autor, se tivesse vivido sozinho e isolado da sua comunidade, nunca a teria produzido.

Se um homem desatar a roubar carteiras e não for penalizado, eu, em lugar de me aproximar dele, afasto-me, com medo que ele me roube a carteira. Se o roubo se tornar generalizado, e não for penalizado,

todos se afastam de todos, com medo de serem roubados. A injustiça afasta as pessoas umas das outras, destrói o sentimento de comunidade e a capacidade para a realização das grandes obras.

A justiça, pelo contrário - penalizando as agressões à comunidade, como o roubo - leva-nos a aproximarmo-nos uns dos outros, a cooperar uns com os outros, que é a condição para vivermos bem e conseguirmos realizar grandes obras..

Justiça é Proteção (embora não só proteção), e é proteção em primeiro lugar das pessoas. O oposto da protecção é a agressão. A justiça também envolve agressão - uma agressão que é retribuição ao prevaricador -, mas esta é uma agressão relutante - uma consequência não pretendida, mas indispensável à realização do seu fim último, que é proteção. É significativo que a palavra *pena*, além de significar a agressão que a justiça comete sobre o infractor, tem também, na Língua portuguesa, o significado de compaixão. (“Lamento, mas vais ter de apanhar”).

Aquilo que o nosso sistema de justiça tem vindo a fazer nas últimas semanas é agressão, humilhação e condenação pública de certas pessoas., não protecção de coisa alguma - , uma agressão que gera, não pena ou compaixão no público, mas gáudio, verdadeiro gáudio público. Isto

não é justiça. É o oposto da justiça. É verdadeira injustiça.

No espaço de dez dias úteis o juiz Carlos Alexandre aplicou prisão preventiva e outras medidas de coacção aos arguidos do processo dos vistos Gold - um processo que há-de conter milhares de páginas e envolve muitas horas de interrogatórios. Poucos dias depois cai-lhe nas mãos o processo Sócrates, que há-de ser ainda mais volumoso e exigir ainda mais tempo em interrogatórios. Numa Segunda-feira à noite distribuiu mais três prisões preventivas neste processo. Na Quinta-feira de manhã já estava a acompanhar uma mega-operação de buscas ao BES, envolvendo duzentos agentes da justiça - e onde, segundo a Imprensa, se recolheram cerca de cinco milhões de documentos- , num processo em que o mesmo juiz já tinha aplicado (por exemplo, ao Dr. Ricardo Salgado), mesmo se - como se vê agora - ainda anda à procura das provas.

Esta “justiça” primeiro agride, prendendo pessoas ou aplicando-lhes outras medidas de coacção, e depois é que vai à procura das provas. Isto não é justiça, é agressão, o oposto da Justiça.

POR INDICAÇÃO DO AUTOR, ESTE ARTIGO NÃO SEGUE AINDA O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO

MERCADOS**Vendas da Corticeira Amorim crescem no terceiro trimestre**

As vendas da Corticeira Amorim ascenderam a 140,6 milhões de euros nos primeiros nove meses do ano, o que compara com o valor de 137,5 milhões de euros no período homólogo de 2013. À semelhança do ocorrido no semestre, o crescimento das vendas consolidadas no terceiro trimestre de 2014 continuou a depender fortemente das vendas da unidade de negócios rolnhas.

Portucel atingiu máximos de produção

O grupo Portucel atingiu máximos de produção de papel e aumentou o volume vendido em 3,3%, para mais de 1,147 milhões de toneladas no terceiro trimestre do ano. O volume de negócios manteve-se em linha com o período homólogo, totalizando 1138 milhões de euros. "Com 200,3 milhões de euros de cash flow livre, o grupo continua a evidenciar uma elevada capacidade de geração de caixa", refere o comunicado à CMVM.

Investor Relations

M. JORGE C. CASTELA
economista e advogado
jorge.castela-adv@zonmail.pt

Crimes económicos, política e mercados

Na berlinda da cascata recente de sucessivos casos judiciais que envolvem proeminentes políticos, banqueiros, altos funcionários do Estado e, ainda, motoristas e amigalhões, será oportuno ensaiar uma breve caracterização das relações promíscuas que se estabelecem entre a política e os mercados, na prática de crimes económicos pelos seus agentes.

Nas últimas semanas temos assistido a vários e muito interessantes casos jurídicos em que surgem indícios, suspeitas, acusações e sentenças que envolvem vários nomes sonantes: um ex-primeiro-ministro (o "eng." Sócrates) um ex-ministro (caso de Duarte Lima), um banqueiro (Ricardo Salgado), vários altos dirigentes da "Função Pública" (diretor do SEF, presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, secretária-geral do Ministério da Justiça,...), tudo gente que, "presumivelmente inocente", tem um ponto em comum: uma ligação umbilical ao Estado e uma vocação para controlar os mercados e o seu livre funcionamento, com recurso a atos que se tipificam, indiciariamente ou comprovados, como ilícitos penais – branqueamento de capitais, corrupção, fraude fiscal, entre outros com menos projeção mediática, como infidelidade, abuso de confiança, burla, etc...

Como nos próximos meses estes serão temas sobre que vamos ouvir falar, dedicaremos esta e as seguintes crónicas a uma reflexão sobre cada um destes tipos penais, pois a sua repercussão é não apenas mediática como política e com fortes implicações nos mercados e na confiança, vital para o futuro de um país.

Começemos por aquele que é comum a todos estes casos: o crime de branqueamento de capitais.

Previsto e punido no e pelo Art.º 368.º-A do Código Penal português, este crime caracteriza-se por uma conduta e processo pelo qual os seus agentes encobrem a origem dos bens e rendimentos (vantagens) obtidos ilícitamente, transformando a liquidez proveniente dessas atividades em capitais reutilizáveis legalmente, por dissimulação da origem ou do verdadeiro proprietário dos fundos – uma "lavagem de dinheiro sujo", que, afinal, mais não configura do que um conjunto de operações de índole financeira conducentes a ocultar fluxos financeiros, produzidos na base de uma

atividade criminosa (corrupção, tráfico de estupefacientes, de armas, de "carne branca", de terrorismo,...) e cuja circulação tem por escopo conferir uma aparência "limpa", fazendo-os integrar o circuito dos "mercados legais", por camuflagem da sua real proveniência nos "mercados ilegais" em resultado de uma "reciclagem" da fonte criminosa do dinheiro gerado em tais atividades.

Nessa atividade criminosa, o processo de branqueamento pode englobar três fases distintas e sucessivas, em vista a procurar ocultar a propriedade e a origem de tais vantagens ilícitas, mantendo o controlo das mesmas e dar-lhes uma aparência de legalidade, a saber:

Uma fase de "colocação" ("Placement") de dinheiros ilícitos na circulação comercial e financeira, de molde a poder escoar a maior quantidade de dinheiro possível no mais curto espaço de tempo e assim procurar furtar-se ao estabelecimento de qualquer espécie de conexão entre os crimes principais e o branqueamento dos seus próprios lucros e/ou "vantagens", sendo fundamental a rapidez de atuação e a possibilidade de gastar ou investir grandes somas de dinheiro e/ou vantagens sem levantar quaisquer suspeitas, numa amálgama de liquidez onde os respetivos fluxos financeiros passem "despercebidos", com recurso a entidades financeiras (bancos, fundos de investimento, agências cambiais, ...) que assegurem a circulação dessa liquidez em contrapartida de comissões concertadas diretamente no espaço discreto e reservado do private banking, ou de simples depósitos ou investimentos em determinados negócios de comércio e de serviços, mais ou menos legais, onde a circulação de grandes somas de dinheiro não suscita suspeitas, como sucede na atividade dos casinos, das apostas em corridas de cavalos (ou de galgos), em lutas clandestinas entre animais ou entre pessoas, em sites de apostas na Internet ou em lotarias com prémios avultados, em discotecas e restaurantes, em transações conduzidas por leiloeiras e galerias de arte, em negócios imobiliários (apartamentos de luxo no 16º arrondissement de Paris...), ou de objetos de valor elevado (obras de arte, os carros de grande cilindrada, antiguidades artigos de joalharia e de luxo, ouro, platina, ... urânio, ...), ou, ainda, através da compra de direitos

como os que se processam em relação a certos "passes" de jogadores de futebol para não falar da injeção direta de avultados financiamentos partidários, para se consolidarem campanhas eleitorais com o objetivo de influenciar diretamente o poder político, em que os bens e rendimentos são colocados nos circuitos financeiros e não financeiros, através, por exemplo, de depósitos em instituições financeiras ou de investimentos em atividades lucrativas e em bens de elevado valor. A fase de "circulação" (o chamado "outplacement" ou "layering"), um "detour" ou "reconfiguration", momento onde se dá a despistagem ou nova configuração do cash colocado, pela qual se opera uma espécie de "lifting" financeiro, que permita uma ocultação ou transfiguração de toda e qualquer possibilidade de discernir qual a verdadeira fonte criminosa dos dinheiros sujos, limpando os sinais de conexão entre os capitais e/ou "vantagens" e a sua proveniência criminosa, apagando o rasto e os vestígios suscetíveis de permitir que se apanhe o "fio" da "meada" do crime. Com um método de pura engenharia financeira e cosmética contabilista, desenham-se um emaranhado de múltiplas e complexas operações financeiras em transações eletrónicas, conducentes a confundir qualquer tentativa de descoberta da verdadeira proveniência dos capitais e/ou das "vantagens" branqueadas, seja através da transformação de depósitos em fundos de investimento ou compra de ações sobre ações, ou então por meio de sucessivas transferências bancárias, com passagem por offshores, em nome de outras pessoas (os "amigalhões testa de ferro"), visando eliminar vestígios sobre a sua proveniência e real propriedade. Por fim, a fase de "integração", o chamado "replacement" ("integration"), momento em que se processa a reaplicação dos capitais em "mercados legais", já "lavados", seja nos usuais canais económicos, seja através de pagamentos de dívidas fictícias que o "testa de ferro" faz ao agente do crime principal ou que, com ele, celebra "contratos leoninos", para que os bens e rendimentos, já reciclados, sejam reintroduzidos nos circuitos económicos legítimos, mediante a sua utilização, por exemplo, na aquisição de bens imóveis e móveis ou serviços. Tudo com tempo, paciência e dinheiro, para que a Justiça tarde em lograr provar o seu iter e condenar os seus autores.

Lusitania Seguros patrocina exposição na Torre de Belém

A Lusitania está a apoiar a comemoração dos 500 Anos da Torre de Belém, em Lisboa, patrocinando a exposição "A Magnífica e Formosa Torre". Esta mostra está patente ao público em 24 suportes MUPI localizados no exterior da Torre de Belém.

A atuação da Lusitania, ao nível do mecenato, continua a privilegiar a cultura portuguesa, realidade que faz parte do nosso ADN. A Torre de Belém enfatiza o poder marítimo e comercial de uma época em que Portugal era pioneiro e tinha uma importância mundial estratégica incomparável", refere Susana Pascoal, diretora de marketing e inovação da companhia de seguros do grupo Montepio.

A celebração dos 500 anos da Torre de Belém, organizada pela Torre de Belém/Direção-Geral Património e Cultura, conta ainda com vários ciclos, exposições de pinturas, concertos e congressos, e decorre desde 28 de novembro e até 15 de outubro de 2015, terminando com a realização do congresso internacional "SPHERA MUNDI – Arte e Cultura no Tempo dos Descobrimentos, no Centro Cultural de Belém.

Millennium Angola eleito "bank of the year - Angola 2014"

O Banco Millennium Angola foi nomeado "Banco do Ano - Angola 2014" pela revista "The Banker", uma publicação do grupo "Financial Times". O desempenho sustentado, a inovação contínua, o crescimento sólido, a originalidade e qualidade dos produtos e serviços lançados no mercado em 2014 e a capacidade de produção de resultados acima das expectativas foram as características que contribuíram para o prémio.



Cambial * Taxas de Juro * Commodities * Economia

Vale a pena falar connosco!

R. Júlio Dinis, 247 – 6º - Sala E9 – 4050-324 PORTO
Telefone: 22 609 5888
imfporto@imf.pt

www.imf.pt
m.imf.pt
(versão para telemóvel)

Av. da Liberdade, 245 – 5º B – 1250-143 LISBOA
Telefone: 21 324 1204
imflisboa@imf.pt

Resultado líquido da Reditus aumenta 83,9%

Os proveitos operacionais da Reditus ascenderam a 89,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2014, um crescimento de 8,8% face ao mesmo período do ano anterior, de acordo com o comunicado enviado pela empresa à CMVM. “Os resultados dos primeiros nove meses do ano de 2014 refletem o contínuo foco na expansão da internacionalização que registou um aumento de 27,3% face ao período homólogo”.



JOÃO CARLOS PINTO
Trader da Golden Broker
<http://bgoldenbroker.blogspot.com/>
www.goldenbroker.com

Porque está o preço do petróleo a cair tanto?

A cotação do petróleo tem vindo a cair de forma muito acentuada nos últimos três meses – uma grande história com grandes repercussões para dezenas de países, desde os Estados Unidos à Rússia, passando pelo Irão, fazem parte da explicação.

Mas na passada 5ª e 6ª-feira o preço do petróleo entrou em queda livre. Qual foi a razão? A OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo) – um cartel de oito países produtores de petróleo que inclui a Arábia Saudita, Irão, Iraque e Venezuela – tiveram uma importante reunião em Viena no dia 27 de novembro. Antes de se saber o resultado da reunião, especulava-se que poderia haver um corte na produção de petróleo para que o preço pudesse recuperar (diminuição da oferta). No final da reunião soubemos que o cartel não acordou no corte e manteve a produção.

A cotação do petróleo afundou imediatamente, com o crude a cair de \$73 para \$66.

Isto marca uma grande mudança nas políticas mundiais do petróleo. Essencialmente, a OPEP entrou numa guerra de preço com os produtores de petróleo dos Estados Unidos. O cartel vai deixar os preços continuarem a cair na esperança que muitos dos novos projetos de extração nos Estados Unidos entrem em prejuízo e fechem.

Este caminho é muito arriscado para a OPEP, uma vez que muitos países que fazem parte deste cartel precisam de uma cotação do petróleo mais elevada para cumprir com os seus orçamentos. O Irão, por exemplo, enfrenta um problema grave. É também um sinal de que a influência da OPEP nos mercados mundiais de petróleo poderá estar a diminuir.

Para percebermos como esta história começou, temos de recuar a finais de 2002 quando a cotação do petróleo estava em \$20 e começou a subir de forma muito acentuada porque a procura global estava a aumentar – em especial na China – e não havia produção suficiente para satisfazer a procura. Isto levou a um pico no preço do petróleo a \$145 em julho de 2008 e após uma queda o petróleo conseguiu manter-se em torno de \$100 entre 2011 e 2014.

Mas à medida que o petróleo valorizava entre 2002 e 2008 muitas empresas ligadas ao setor energético acharam vantajoso começar a extrair petróleo de locais de acesso mais difícil e com maiores custos de extração porque o preço começava a justificar fazê-lo. Nos Estados Unidos as empresas começaram a usar técnicas de “fracking” e de extração horizontal para extrair petróleo das formações rochosas no Dakota do Norte e no Texas.

Isto levou a um boom na produção de petróleo, com os Estados Unidos a aumentarem a produção em cerca de 4 milhões de novos barris por dia para o mercado mundial desde 2008. Tendo em conta que a produção mundial é de 75 milhões de barris por dia, este acréscimo é significativo.

Tudo voltou a mudar em setembro de 2014. Muitas das interrupções na produção voltaram a diminuir ou terminaram. A Líbia

voltou a extrair novamente muito petróleo. E, mais significativamente, a procura por petróleo na Ásia e na Europa tem vindo a diminuir – em particular na China, Japão e Alemanha.

A combinação de uma diminuição na procura com um aumento da oferta levou a esta queda forte no preço do petróleo desde o máximo em junho deste ano a \$107 para \$64 na semana passada. O petróleo ainda se encontra muito mais caro em relação há dez anos atrás (\$40).

A OPEP ainda produz 40% da oferta mundial de petróleo. No passado, este cartel tentou influenciar o preço do petróleo coordenando os aumentos ou cortes na produção.

Em Viena da semana passada, a reunião foi bastante complicada para os membros da OPEP sobre como decidir e dar uma resposta à atual queda do preço do petróleo. Alguns países, como a Venezuela e o Irão, queriam que o cartel (principalmente a Arábia Saudita) cortasse a produção para que o preço do petróleo subisse. Estes países precisam de um preço do petróleo elevado para cumprirmos com os orçamentos e pagarem os gastos do governo.

No outro lado do debate temos a Arábia Saudita, o maior produtor mundial de petróleo, que se opôs ao corte na produção, pretendendo deixar que o preço caia.

Nos anos 80 quando os preços caíram, a Arábia Saudita tentou cortar a produção para que o preço subisse. O resultado foi que o preço continuou a cair e a Arábia Saudita perdeu quota de mercado. Aprendeu a lição e é um dos motivos porque não quer cortar neste momento. Além disso a Arábia Saudita consegue viver com preços baixos em torno de \$80 no curto-prazo (o governo detém montantes muito elevados em moedas estrangeiras para financiar o défice).

Assim, e mantendo a produção, a OPEP criou uma guerra de preço com os Estados Unidos. Isto significa que é muito barato extrair petróleo em locais como a Arábia Saudita ou o Koweit, mas muito mais caro extrair petróleo das formações rochosas em locais como o Dakota do Norte ou Texas. Assim, à medida que o preço do petróleo cai, as empresas produtoras americanas tornam-se não lucrativas e saem do negócio. O resultado é uma estabilização do preço do petróleo e a OPEP a manter a sua quota de mercado.

O importante neste momento é saber qual o preço que o petróleo terá de atingir para começar a ter impacto significativo no boom das empresas americanas. De acordo com a Agência Internacional da Energia, cerca de 4% dos projetos americanos necessitam de um preço do petróleo superior a \$80 para se manterem com lucro. Mas muitos projetos no Dakota do Norte são lucrativos enquanto o preço se mantiver acima de \$42.

Estamos perto de descobrir a que preço é que as empresas começam a tremer, e quanto vulnerável está o “boom” do petróleo nos Estados Unidos com preços do petróleo tão baixos.

Bons negócios!
Bons investimentos!

Sonae expande Zippy para o Equador

A Sonae celebrou com o grupo Phoenix um acordo para o desenvolvimento da marca Zippy no Equador através de um modelo de franchising. Através desta parceria, a Sonae continuará a reforçar a presença da sua área de retalho especializado na América Latina, onde já está presente com lojas na Venezuela, Chile, República Dominicana e St. Maarten. A primeira loja no Equador deverá abrir até ao final do ano em Guayaquil, a maior cidade do país.

Santander Totta distinguido como “Banco do Ano em Portugal”



Luis Bentos dos Santos recebeu em Londres o prémio atribuído ao Santander Totta.

O Santander Totta acabou de receber o prémio de “Banco do Ano em Portugal” atribuído pela revista “The Banker”. “Num cenário adverso em que as condições económicas em Portugal têm sido difíceis, o Santander Totta foi o único que nunca deixou de obter resultados positivos em 2013, reforçando a sua solidez e afirmando-se como o melhor exemplo de banca em Portugal”, refere a nota.

A revista entrega o prémio ao banco Santander Totta por “reconhecer que o banco estabeleceu uma trajetória de sucesso num cenário de recessão, sendo o banco mais rentável do país. Talvez ainda mais significativo é o facto de o Banco ter conseguido consolidar o seu rácio de capital Tier 1. Este sucesso permitiu ao Banco a criação de novos e inovadores produtos, altamente focados no cliente”.

Segundo António Vieira Monteiro, presidente-executivo do Santander Totta, “fomos o único Banco que, durante este período de crise, não necessitou de ajuda estatal, que manteve o melhor rating da Banca portuguesa e foi o único a ter lucros em 2013”.

Caixa é o primeiro banco português com certificação ambiental

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) obteve, pela APCER, a certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental para o s Edifício Sede em Lisboa, nos termos da ISO 14001, constituindo-se, segundo o comunicado de imprensa, “como a primeira instituição financeira portuguesa a alcançar este reconhecimento”, está prevista a sua extensão à rede de agências e ao grupo CGD.

“Dando continuidade ao seu compromisso com o ambiente, a política ambiental da CGD veio traduzir-se na definição de objetivos e metas quantitativas para a redução do impacto ambiental, com o foco na redução de custos e na otimização da nossa eficiência operacional: energia, consumo de água, mobilidade, resíduos e

o banco cresceu de forma sustentada, obtendo mais uma vez resultados líquidos positivos – 102 milhões de euros –, o que evidencia bem a rentabilidade recorrente da sua atividade comercial e a eficiência das suas operações. Esta excelente performance prolongou-se no ano de 2014. No final de setembro, o Santander Totta apresentou um resultado líquido de 119 milhões, registando uma situação ainda mais sólida do seu balanço.

António Vieira Monteiro concluiu afirmando que “o banco está a encarar 2015 com rácios de capital e liquidez muito fortes, com uma excelente carteira de ativos e com uma procura crescente de clientes, pelo que perspectiva boas oportunidades para crescer em quota de mercado, especialmente em pequenas e médias empresas”.

Este prémio vem juntar-se a outras distinções que o Banco tem vindo a receber de prestigiosas publicações. Este ano, o Banco Santander Totta foi eleito também pelas revistas “Euromoney” e “Global Finance” como o “Melhor Banco a atuar em Portugal”.

reutilização de recursos”, refere a mesma nota.

A implementação do Sistema de Gestão Ambiental e a certificação obtida são, segundo o banco público, “a concretização do compromisso estratégico assumido em termos ambientais contribuindo para garantir a sustentabilidade e competitividade” da CGD. Por outro lado, “esta é uma forma de a CGD responder às exigências e expectativas atuais dos stakeholders estratégicos, antecipando eventuais tendências emergentes do mercado e da sociedade em geral”. Para o sucesso alcançado neste projeto foi fundamental o envolvimento e participação de todos os colaboradores e comunidade Caixa.

MERCADOS

Fundação Mapfre organizou encontro ibérico sobre segurança e saúde nas empresas

A Fundação MAPFRE, em parceria com a Autoridade para as Condições do Trabalho, organizou o VI Encontro Ibérico, subordinado ao tema "Locais de Trabalho Seguros e Saudáveis - Promoção da Segurança e Saúde nas Empresas". Realizado na última terça-feira (dia 2), em Lisboa, contou com a presença de especialistas da Agência Portuguesa do Ambiente, da Associação Portuguesa das Empresas Químicas, da Galp e da Mapfre.

BIC com nova agência e centro de investimento em Lisboa

O Banco BIC tem nova agência e centro de investimento em Lisboa, situada numa dos mais importantes polos comerciais da capital, a Avenida da Liberdade. A rede comercial do banco de capitais luso-angolano cobre, hoje, Portugal, com mais de 220 agências e gabinetes de empresas. A inauguração contou com a presença do presidente do conselho de administração, Fernando Teles, do presidente da comissão executiva, Luís Mira Amaral, e do vice-presidente, Jaime Pereira.

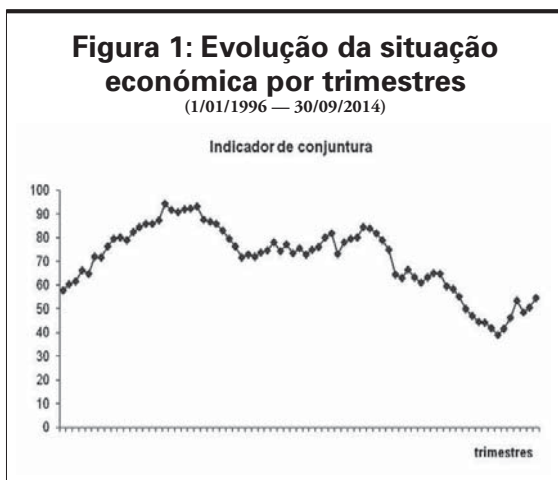
INDICADOR FEUC/VE DESTACA CRESCIMENTO MAIS LENTO DAS EXPORTAÇÕES

Economia portuguesa cresce mas a recuperação é irregular

JOÃO VERÍSSIMO LISBOA
MÁRIO GOMES AUGUSTO

A economia portuguesa, depois de apresentar uma evolução irregular nos dois primeiros trimestres do ano em curso, retoma a recuperação no terceiro trimestre, apesar de essa recuperação perder força, a avaliar pelo indicador composto de dois docentes da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e da "Vida Económica". Este indicador, preparado pelos professores João Lisboa e Mário Augusto, é construído com base na opinião de oito economistas de reconhecido prestígio e nas séries estatísticas definitivas disponibilizadas pelo INE e Banco Portugal relativas ao Produto Interno Bruto, taxa de desemprego, índice de preços no consumidor, exportação de bens e serviços, indicador de sentimento económico, vendas a retalho, vendas de viaturas comerciais pesadas, vendas de cimento e investimento. A Figura 1 mostra a evolução deste indicador desde 1996 até ao 3.º trimestre de 2014.

Da análise da Figura 1



observarmos uma quebra no crescimento da economia a partir do ano 2001 que se prolonga até 2003 e a sua estagnação até ao 3.º trimestre de 2007. Depois de um crescimento contínuo do indicador observado durante os três últimos trimestres do ano de 2013, nos dois primeiros semestres de 2014 a evolução revelou-se irregular: evolução

desfavorável no primeiro trimestre e favorável no segundo. Porém, no terceiro trimestre voltamos a observar uma evolução favorável no indicador

quer em relação ao trimestre anterior (7,76%), quer em relação ao trimestre homólogo do ano anterior (17,89%) (vide Quadro 1). Para esta evolução favorável contribuiu, fundamentalmente, a diminuição da taxa de desemprego, a venda de viaturas comerciais pesadas, o índice das vendas a retalho e, ainda, embora com uma menor força, a evolução do produto interno bruto e das exportações de bens e serviços. As exportações, embora continuem a contribuir positivamente para a evolução do indicador, continuam a perder força, como já havíamos observado nos dois trimestres anteriores. Em sentido contrário, observa-se uma evolução bastante favorável no índice de vendas a retalho em relação ao trimestre anterior (+10,2%), apesar de ainda se situar abaixo do observado no trimestre homólogo do ano

anterior.

O indicador de sentimento económico contribui, ainda que de forma marginal, negativamente para evolução do indicador quando comparado com o trimestre anterior. Nas vendas de cimentos, vulgarmente consideradas como o barómetro da construção, depois de se observar um comportamento revelador de algum otimismo no indicador do trimestre anterior, voltam agora a assumir um contributo marginal, embora continue a revelar-se positivo.

O comportamento do indicador nos três primeiros semestres do ano em curso e a alteração das principais rubricas que contribuíram para essa evolução levam-nos a questionar a evolução deste indicador observada ao longo de 2013. Aguardamos, pois, com expectativa, o comportamento do indicador no próximo trimestre.

Quadro 1: Análise comparativa

Valor do indicador		Variação (%)	
3º trimestre de 2014	2º trimestre de 2014	Trimestre homólogo do ano anterior	Em relação ao trimestre anterior
54,43	50,51	46,17	7,76
			17,89

MERCADO NACIONAL VALE 200 MILHÕES DE EUROS

Mercado do chocolate em contraciclo

O setor nacional do chocolate tem verificado um crescimento continuado, apesar do atual período de crise económica global. As vendas desta "commodity" em 2013 registaram um aumento de 4% face ao período homólogo. Para além do consumo, também a produção nacional de chocolate tem acompanhado esta prestação positiva.

Este cenário de crescimento de consumo e produção permite projetar que se irão manter estes dados positivos, pese embora as previsões de "brokers" internacionais quanto à variação do preço por quilo da manteiga de cacau. Entre 2013 e 2015, irá rondar os 90% e o valor estipulado em 2013 de 3,26 euros por kg relativo à manteiga de cacau quase duplicará no próximo ano. Em igual período, prevê-se

que o licor de cacau sofra uma variação de superior a 30%.

Subida de preço nos mercados não diminui otimismo

A indústria continua, porém, a investir e a fomentar o consumo do chocolate. "A quebra na produção de cacau nas explorações africanas, o problema das pragas, a instabilidade política na Costa do Marfim, um dos maiores produtores mundiais, o facto de alguns agricultores optarem por outras colheitas e o aumento do consumo de chocolate a nível global podem ser apontados como alguns dos fatores responsáveis pela variação no preço do cacau, mas esta situação tenderá a normalizar-se a curto médio prazo", comenta Manuel

Barata Simões, secretário-geral da ACHOC – Associação dos Industriais de Chocolate e Confeitaria.

O mesmo responsável acrescenta ainda que "a conjuntura que vivemos obriga a que haja necessariamente um esforço conjugado dos vários operadores do mercado, indústria e distribuição, para combater este cenário. De acordo com as últimas estatísticas, o setor vale atualmente cerca de 200 milhões em Portugal, um número muito positivo para a economia portuguesa, apesar do aumento do preço das matérias-primas e da taxa de IVA a 23% que incide sobre o alimento chocolate em Portugal". À semelhança dos outros anos, é expectável que o consumo do chocolate aumente na época natalícia, promovendo a revitalização da indústria.



O setor está otimista, apesar das previsões de "brokers" internacionais quanto à variação do preço por quilo da manteiga de cacau.



DANIEL NOBRE
Diretor-Presidente da Crédito
y Caución no Brasil

Dilma Rousseff enfrenta os desequilíbrios do Brasil

Após a reeleição de Dilma Rousseff como Presidente, nós, os brasileiros, esperamos um período pós-eleitoral de ajustamento dos desequilíbrios gerados pelo esgotamento do nosso modelo de crescimento na última década. O crescimento do PIB no Brasil viu-se impulsionado pela expansão do consumo, cujos principais pilares foram o aumento do emprego e do crédito, apoiados por um contexto internacional favorável para os mercados emergentes exportadores de produtos básicos. Porém, os investimentos na capacidade produtiva não acompanharam este crescimento devido a fatores como a taxa de câmbio ou a carga fiscal, que prejudicaram a competitividade, ou as dificuldades para definir um quadro legal de colaboração entre os setores público e privado para realizar investimentos em infraestruturas. A crise mundial trouxe um cenário de maior aversão ao risco, escassez de crédito, maiores dificuldades para investimentos a longo prazo, e pressão competitiva para a indústria brasileira. Perante este ambiente externo, com a finalidade de manter a trajetória de crescimento e pleno emprego, a Administração modificou a orientação das suas políticas, adotando medidas fiscais e monetárias para estimular a procura. Estas políticas deram lugar a uma queda das receitas fiscais, a uma inflação acima do objetivo e a um agravamento da balança comercial, devido ao aumento das importações. Este ambiente provocou a perda de confiança dos agentes económicos, reduzindo os investimentos, o consumo, o crédito e o crescimento. Como resultado, em

2014 o país crescerá abaixo do seu potencial pelo quarto ano consecutivo, no meio de desequilíbrios macroeconómicos crescentes. No entanto, estamos longe do risco sistemático ou da incapacidade da Administração para lidar com esta situação: a dívida pública líquida continua a ser considerada baixa (35% do PIB), as reservas de câmbio permanecem estáveis (370 000 milhões de dólares americanos, cerca de 40 meses de importações) e a dívida externa líquida é negativa (2% do PIB). O problema, por conseguinte, é a tendência baseada na atuação recente, contudo reversível dentro dos instrumentos adequados de política monetária e fiscal. Nesta nova etapa coletiva que empreendemos será inadiável transformar este quadro, tendo como finalidade recuperar a confiança geral sobre as perspetivas de desempenho económico do país. Em 2015, as medidas de contenção fiscal e monetária teriam que gerar um abrandamento ainda maior do crescimento, mas com melhores resultados no que se refere ao plano fiscal, de preços e exterior. O investimento reagirá quando o setor privado recuperar a confiança na eficácia destas medidas, e só crescerá de forma sustentada se o novo Governo mostrar sinais concretos de que irá avançar com reformas estruturais, sendo a fiscal a mais esperada e necessária para este fim. No que se refere aos riscos que as organizações portuguesas que operam no Brasil enfrentam, destaco os que se relacionam com os fatores a curto prazo, visto que os ajustes fiscais e monetários imediatos para redirecionar a

economia à sua trajetória de crescimento podem gerar um cenário de baixa atividade económica em 2015. Tendo em conta as oportunidades, pode ser um bom momento para se posicionar na retoma de crescimento futuro, já que os investimentos normalmente se decidem considerando as perspetivas a longo prazo. E enquanto as oportunidades se abrem para as empresas portuguesas, espera-se que o grande motor de crescimento económico no país seja o investimento, depois de um certo esgotamento do modelo adotado durante a última década, onde o consumo foi o eixo do resultado económico. Apesar dos avanços, o Brasil ainda sofre fortes insuficiências na educação e em infraestruturas, como na energia, nos transportes, no saneamento básico, na mobilidade urbana e na logística. Os investimentos nestes setores são fundamentais para aumentar a capacidade produtiva através de ganhos de produtividade, essenciais para a melhoria da competitividade da economia brasileira. Por outro lado, a pouca margem fiscal para os investimentos nestes setores abrirá grandes oportunidades ao capital privado. Por conseguinte, os setores relacionados com a educação e a infraestrutura beneficiarão significativamente. Também há que ter em conta a conjugação que se produz de baixo crescimento, inflação alta e escassez de crédito que gera impactos significativos no ambiente de incumprimento empresarial, uma vez que afeta negativamente o "cash flow" e a rentabilidade das empresas, dificultando o cumprimento dos seus

compromissos financeiros. A frustração das expectativas de crescimento prejudica especialmente as empresas que investiram no aumento da sua capacidade produtiva, que adotaram estratégias financeiras baseadas num crescimento do nível de procura e das suas expectativas de geração de caixa. O crédito no geral é muito sensível à superação ou frustração destas expectativas, assumindo um carácter pró-cíclico que realça, ampliando ou diminuindo ainda mais, o impacto da procura na atividade económica. O baixo crescimento, consequentemente, tende a diminuir também o crédito e a liquidez em geral, aumentando as dificuldades para as empresas não só na aquisição de novos recursos, como também no adiamento de dívidas existentes. Por último, a elevada inflação prejudica principalmente as empresas expostas à concorrência externa. Esperamos que o nível de incumprimento aumente devido à persistência da combinação de baixo crescimento, inflação alta e escassez de crédito em geral que dominou a nossa conjuntura nos últimos anos. Neste ambiente é indispensável que as empresas protejam as suas vendas mediante seguros de crédito, valorizando tanto a cobertura oferecida quando se aprova um limiar de risco a um comprador, como a informação incluída numa decisão restritiva de cobertura. Em síntese, há razões para o otimismo, mas com cautela. Para dizer a verdade, o otimismo é uma característica muito acentuada que nos ajudou, aos brasileiros, a resistir e a superar as dificuldades históricas muito mais graves do que as atuais.



VÍTOR PINTO DA CRUZ
Especialista na América Latina
vitorpintocruz@gmail.com

Chile Plano 30.30 infraestrutura, desenvolvimento e inclusão: - Oportunidades na área das obras públicas de 28 000 milhões de dólares

O Chile tem previsto um investimento de 28000 milhões de dólares em infraestrutura pública no período compreendido entre 2014 e 2021. O anúncio público foi efetuado o passado mês de Julho pela Presidente da República, Michelle Bachelet e o ministro das Obras Públicas Alberto Undurraga. Segundo palavras da Chefe de Estado, pretende este programa dar resposta aos desafios em matéria de infraestrutura e comunicação de todo o país, entre zonas urbanas e do interior. Toda a documentação sobre este plano pode ser consultada em www.mop.cl. Na Europa, os chilenos representados ao mais alto nível, pela Presidente Bachelet e três ministros apresentaram este mesmo plano num fórum organizado por entidades espanholas em finais de Outubro, como o BBVA e o jornal El País. Declarando assim o interesse que empresas estrangeiras participem neste plano de modernização do país. Aberto também as empresas portuguesas que têm reconhecida experiência em infraestruturas públicas. Apresentamos mais um país que pode ser uma interessante descoberta para o tecido empresarial português. Somente 23% dos caminhos rurais do Chile estão pavimentados visivelmente abaixo da média dos países da OCDE que tem 79% de pavimentação. Esta é uma das medidas que pretende que o país atinja no horizonte de 15 anos um rendimento per capita de 30 mil dólares por habitante. Em 2013 situa

o rendimento em 15.732 dólares (sendo objectivo deste país alcançar o per capita português brevemente que foi de 21.035 dólares: Banco Mundial 2013) com uma população de 17.6 milhões de habitantes é maior per capita de América Latina. Tal como mencionado, o Chile 30.30 para obras públicas, pretende melhorar vias rurais, estradas, assim como obras em equipamento público já existente, mencionado apenas alguns, como aeródromos, portos, edifícios. Destinado à carteira de concessões 10000 milhões de dólares, estão previstas autoestradas, aeroportos, centro de edifícios públicos, estacionamentos e os teleféricos de Santiago e Iquique. O relatório do índice de competitividade do World Economic Forum, posiciona o Chile como a economia mais competitiva da América Latina, no posto 34º em 2014, quando Portugal baixa para o lugar 51º. O PIB português em dólares foi em 2013 de 212 milhões e o chileno de 266 milhões. O Chile tradicionalmente apresenta um crescimento económico sustentado nos últimos anos coincidindo com as legislaturas da sua presidente, com funções executivas e do seu antecessor Sebastián Piñera (2010-2014). As vantagens deste país, considerada a Suíça da América Latina, são baseadas na sua economia competitiva, atrativa desde qualquer ponto de vista, o facto de ter uma situação política muito estável e progressista,

com índices de transparência superior a alguns países europeus. A possibilidade de participar em projetos de forma igualitária, justa e com clareza necessária ao exercício de investimento de qualquer empresa que deseja internacionalizar-se. Juntando um país com uma riqueza natural indiscutível e sem dívida com uma cultura parecida com a portuguesa, criando condições excepcionais para as empresas nacionais. Relativamente a empresas portuguesas presentes no mercado, destaca o sector dos vinhos, dado que o Chile é um dos maiores exportadores mundiais. Destacamos a Sogrape, que comprou em 2008 "Chateau Los Boldos" uma quinta com mais de 200 hectares a 100 quilómetros da capital Santiago do Chile e actividade da corticeira Amorim neste mercado. Portugal importou do Chile em 2013 cerca de 62 milhões de USD, deste valor mais de 50% foram fruta, e exportou 102 milhões de USD, tendo aqui a cortiça e derivados o peso de 27 milhões de dólares. Representando este país 0,2% das exportações portuguesas o ano passado. A Indústria Mineira permite a este país ter uma situação económica folgada, com importações em torno aos 79000 milhões de USD e com um superávit comercial de mais de 2200 milhões de dólares. Os principais países clientes de commodities, principalmente a China o maior cliente do

Chile, depois os EUA, o Japão e o Brasil. Os EUA são o maior fornecedor do Chile, seguido de perto pela China 15000 milhões de dólares (-1000 MUSD que EUA em 2013 dados da ONU). Desde a Europa os maiores fornecedores são a Alemanha e Espanha respectivamente com 3200 milhões de exportações e 1700 milhões de dólares em produtos espanhóis. Destacamos oportunidades para empresas portuguesas de construção, mas também chamamos a atenção para todos os outros sectores, nomeadamente materiais de construção, transporte, vidro, sectores tecnológicos somente referindo alguns. Alguns dados gerais sobre o Chile 2013:

População	17.6 milhões
Idioma oficial	Espanhol
Capital	Santiago do Chile (zona metropolitana 7.2 milhões de habitantes)
PIB	266 000 milhões de USD
PIB Per capita	15.732 USD (Banco Mundial)
Previsão crescimento PIB 2014	+4,3%
Valores de Exportação	81 mil milhões USD
Valores de Importação	79 mil milhões USD

MERCADOS**Dívida pública e privada penaliza intermediação financeira**

O valor das ordens sobre instrumentos financeiros recebidas pelos intermediários totalizou 12,4 mil milhões de euros, menos 4,6% do que no mês anterior, mas mais 20,6% desde o início do ano, em termos homólogos. A descida de outubro ficou a dever-se às quedas registadas nas dívidas pública e privada. O BESI teve a maior quota nas transações sobre as ações, enquanto na dívida a liderança ficou para o Novo Banco. De notar que nas ações houve um crescimento de cerca de 3%, para quase 3,7 mil milhões de euros.

EDP Renováveis estabelece acordo de aquisição com a EDP Brasil

A EDP Renováveis e a EDP Energias do Brasil assinaram um memorando de entendimento para aquisição, por parte da EDPR, de 45% do capital social da segunda empresa. Com a conclusão desta transação, a EDPR passará a controlar a totalidade do capital social da EDPR Brasil. O preço da transação será acordado entre as ambas as partes e considerará o valor atribuído à EDPR Brasil e às suas subsidiárias, sendo o mesmo certificado por uma instituição financeira, informa a empresa em comunicado à CMVM.

A NOSSA ANÁLISE

À caça das divisas dos emigrantes

As propostas para emigrantes crescem. Há instituições mais criadoras do que outras. A Caixa desenhou um produto em termos de DP que visa emigrantes de todos os continentes

VÍTOR NORINHA
agenda@vidaeconomica.pt

Quer depositar em dólares USD, em dólares canadianos ou em libras esterlinas? A Caixa lançou a solução com os “Depósitos Mais RE” e “Depósito Mais”. Saiba que o dólar canadiano é a moeda que dá a melhor taxa anual bruta. Uma observação relevante: estas aplicações apenas servem residentes no estrangeiro com morada e contactos atualizados e conta à ordem aberta na mesma moeda. Os prazos são os habituais, três, seis e 12 meses, e o valor de abertura está “democratizado” com mil unidades de conta. A mobilização antecipada parcial ou total é permitida, embora com perda total de juros.

Mas vamos ao detalhe. A proposta da CGD envolve duas realidades distintas: o Depósito Mais RE envolve a utilização das sucursais de Caimão e de Macau, e ainda o produto “Depósito Mais”, que se destina ao mercado doméstico. Este último destina-se a residentes no estrangeiro com moeda e contacto telefónico atualizado e



com conta de depósito à ordem aberta na mesma moeda do depósito.

Em contrapartida, os depósitos na sucursal Grande Caimão estão disponíveis para residentes no estrangeiro, desde que não residem nas Ilhas Caimão e nos EUA. O mesmo acontece para a sucursal offshore de Macau. Os clientes têm de ter conta aberta nestas regiões na mesma moeda do depósito.

As aplicações podem ser feitas em quatro moedas, sendo que por questão de simplicidade vamos analisar o DP em libras esterlinas, onde é oferecida uma taxa bruta anualizada de 1,45%, sendo esta uma das

melhores ofertas. A aplicação em dólares canadianos chega mesmo a 1,85% de taxa anualizada. Em contraste, a aplicação em dólares USD remunera apenas a 1%, o mesmo que o depósito em euros.

Como pontos frágeis destas aplicações estão o facto de o Fundo de Garantia de Depósitos não ser aplicável nestes produtos e ainda a possibilidade de os aforradores poderem ficar prejudicados pelas alterações fiscais do país. Como ponto forte, é de sublinhar o facto de não existir montante máximo para as aplicações.

A constituição de depósitos em moeda estrangeira obriga a conhecimentos sobre

A alternativa no CA

O Crédito Agrícola (CA) tem mantido uma linha específica para emigrantes. O DP “Especial Emigrante” é um depósito constituído a partir de 250 euros, pelo prazo definido pelo cliente e com opção de renovação automática. Este DP só pode ser utilizado para clientes com a qualidade de emigrante e apresenta taxas brutas anualizadas entre os 0,35% para os 30 dias e os 0,85% para os 360 dias. Os juros são pagos no final do prazo contratado, podendo crescer ao capital ou acabar numa conta à ordem.

o risco cambial e o risco de exposição que pode significar potenciais perdas elevadas. O risco é naturalmente mitigado se o depositante for residente de longo prazo no país e a aplicação em moeda diferente da sua residência tiver objetivos de reforma ou de investimento futuro. A procura de um cabaz de moedas pode ainda trazer benefícios em termos de proteção face a volatilidades cambiais.

Por seu lado, o “Depósito Mais” que está vocacionado para emigrantes, os chamados residentes no estrangeiro, apresenta taxas semelhantes, sendo igualmente valorizadas as aplicações em dólares USD e do Canadá.

Site do Millennium bcp premiado

O Millennium bcp venceu pelo quarto ano consecutivo os Prémios Leitor PC Guia na categoria de melhor site de banca online. Foram 35 categorias, em que os leitores votaram, nomeadamente fabricantes, serviços, produtos do mercado, entre outros.

“Os Prémios Leitor PC Guia são um importante fator de distinção pública, designadamente na área de especialidade da publicação, identificando em diferentes categorias as inovações tecnológicas que marcam a atualidade”, refere um comunicado do baco.

Os Prémios Leitor PC Guia distinguem marcas, produtos e serviços de excelência no panorama tecnológico nacional, dando a conhecer quais as soluções relativamente às quais os utilizadores têm razões indiscutíveis para se manterem fiéis. As votações decorreram durante os meses de agosto e setembro, sendo publicados os resultados na revista do mês de novembro.

Fundos de pensões portugueses com performance positiva em novembro

Os fundos de pensões portugueses obtiveram em novembro uma rentabilidade mediana estimada de 1,3%, de acordo com os dados da Mercer. A yield das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito AA e maturidade superior a 10 anos, referência para as taxas de desconto dos fundos de pensões, era de 1,7% no final do mês de novembro. No final de outubro esta taxa era 1,9%.

“Durante o mês o mercado acionista registou uma performance positiva. O crescimento do PIB americano, francês

e alemão e o efeito do discurso de Mario Draghi relativamente a medidas de estímulo monetário tiveram um impacto positivo nos mercados. As perspetivas de estímulos no Japão contribuíram também positivamente para a performance dos mercados. A performance do mercado obrigacionista foi positiva. A expectativa em torno da implementação de políticas expansionistas, na Europa, levou à descida da taxa de juro e a mínimos nas yields do mercado secundário”, refere Rui Guerra, Partner da Mercer.



A rentabilidade em novembro foi de 1,3%.

Gas Natural Fenosa paga 397 milhões de euros em dividendos

O conselho de administração da Gas Natural Fenosa decidiu distribuir pelos seus acionistas um total de 397 milhões de euros em dividendo, relativos aos resultados obtidos pela energética em 2014. Desta forma, a empresa realizará, a partir de dia 8 de janeiro de 2015, um pagamento de 0,397 euros por ação aos detentores de cada um dos 1 000 689 341 títulos da

sociedade.

Aquele montante representa um aumento de 1% face ao que foi distribuído relativamente ao exercício anterior. O valor total destinado à distribuição de dividendos referentes aos resultados de 2014 concretizar-se-á, contudo, de acordo com a formulação das contas anuais do exercício 2014.

Em relação aos resultados do exercício 2013, GAS NATURAL FENOSA destinou um dividendo de 0,897 euros por ação, distribuído num dividendo a conta de 0,393 euros por ação, pago no início de janeiro deste ano, e um dividendo complementar de 0,504 euros por ação, pago no passado mês de julho, o que significou um pay out de 62%.

PSI-20 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO



Apesar do ligeiro viés de alta que o PSI 20 tem vindo a apresentar, a recuperação foi travada nos 5380 pontos, tendo o índice português falhado uma oportunidade de avançar até à zona dos 5750 pontos. Os 5380 formam agora um nível que terá de ser ultrapassado para que a correção seja retomada, sendo que do lado inferior os 5030 pontos reforçaram a sua importância como suporte. A sua eventual quebra, abre espaço até aos mínimos do ano nos 4850 pontos.

DAX 30 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO



Conforme se previa, o DAX efetuou um teste aos máximos históricos (10050 pontos), mas foi mais uma vez rejeitado. Enquanto se mantiver acima dos 9900 pontos, suporte mais próximo, não haverá sinais de correção em baixa significativos, pelo que a pressão ascendente poderá continuar a ser exercida sobre a resistência. Caso esta seja quebrada, o DAX poderá beneficiar de novo impulso de alta e dar continuidade ao movimento de alta de longo prazo.

MERCADO MONETÁRIO INTERBANCÁRIO



FILIPE GARCIA
filipegarcia@imf.pt

Mercado já desconta inflação negativa

Poucas alterações nas taxas de juro, quer de curto quer de longo prazo, numa semana marcada pela reunião do BCE face à possibilidade de de no início de 2015 o Banco Central avançar com a compra de obrigações de tesouro para o seu balanço.

A queda dos preços da energia e de outras matérias-primas está a dar mais uma ajuda, empurrando a inflação para baixo. A inflação no produtor já está negativa e, mantendo-se a tendência, a inflação no consumidor baixará dos 0% em poucos meses. O swap contra inflação a 1 ano negocia já abaixo de 0%, refletindo exatamente essa perspetiva de deflação.

Franceses e alemães continuam de alguma forma de costas voltadas, pelo menos aparentemente, com os primeiros a sofrer ameaças de punição por não cumprirem as regras orçamentais da UE, enquanto os segundos continuam a igno-

rar os pedidos para aumentarem a despesa pública. O facto é que, indiretamente, os franceses têm beneficiado desta teimosia dos alemães em manterem o orçamento equilibrado, pois daí resulta menos oferta de dívida. Os investidores são então forçados a entrar em dívida francesa, mesmo sabendo que o seu país não está nas melhores condições, mas confiando que pela sua dimensão os alemães nunca o irão deixar cair. Como resultado, os franceses financiam-se já a 10 anos abaixo de 1%, o que lhes melhora a parcela de serviço da dívida. Os alemães continuam a mostrar oposição à compra de títulos de tesouro por parte do BCE. Muitos analistas acreditam que mesmo que tal venha a concretizar-se, apenas a dívida de países periféricos terá espaço para subir, tendo em conta os elevados preços (baixos rendimentos) a que a dívida menos arriscada já vem negociando.

Passando para a economia real, os dados continuam a sair fracos, e não se perspetiva uma viragem desta tendência. A falta de investimento privado, explicada não pelo custo do dinheiro mas pela falta de confiança no futuro, é um das razões para o pessimismo. Em França são as rígidas regras laborais que travam a expansão da economia, mas também aqui não se perspetivam alterações de vulto.

Após a reunião do BCE entramos num período de férias, em que pouco se irá passar a nível de taxas que não seja a luta por depósitos bancários na passagem do ano. O custo de oportunidade de fixação de taxa é cada vez mais baixo, mas não vemos urgência em avançar para essa modalidade, uma vez que não está nos horizontes a possibilidade de uma subida da Euribor para níveis que possam preocupar as empresas.

ANÁLISE PRODUZIDA A 03 DE DEZEMBRO DE 2014

NUNO ROLLA nunorolla@imf.pt

Eur/Usd renova mínimos de 27 meses

EUR/USD



Euro/Usd

O Euro/Usd prolongou o movimento de baixa iniciado em maio, tendo renovado mínimos desde agosto de 2012, após quebrar o suporte dos \$1.2360. A linha de tendência descendente de curto prazo voltou a limitar uma correção em alta do Eur/Usd, cuja situação é agora de vulnerabilidade em baixa, encontrando apenas suporte técnico nos \$1.2040 (níveis de 2012). As barreiras a quebrar para que o cenário de recuperação volte a ganhar força são os \$1.2530 e \$1.2600.

Euro/Jpy

O cenário técnico do Eur/Jpy pouco se alterou na última semana, com o par a negociar em alta muito ligeira mas sem quebrar nenhuma barreira técnica relevante. A tendência de curto prazo permanece de alta, estando suporta-

da nos 144.70 e 145.60 ienes. O objetivo mantém-se nos máximos do ano situados nos 149.00 ienes, cuja quebra seria necessária para que o movimento tivesse continuidade, abrindo espaço até aos 150 ienes (nível psicológico).

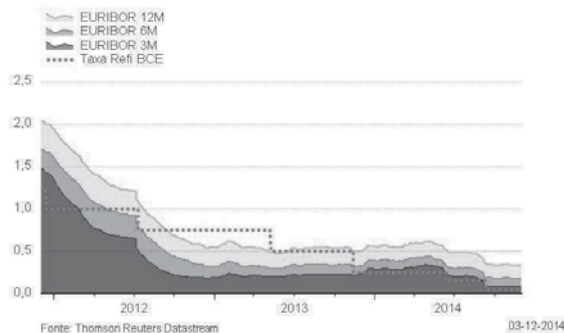
Euro/Gbp

O "ponto pivot" das £0.7900 não susteve a força descendente que vinha sendo exercida no Eur/Gbp, deixando agora o par vulnerável a uma queda de uma "figura" até às £0.7800. O cenário no curto prazo permanece contudo "neutral", e assim continuará enquanto o par evoluir no intervalo que tem prevalecido nos últimos meses (£0.7750-£0.8050). Estes são os limites técnicos mais relevantes, cuja quebra poderá definir o próximo movimento. No médio prazo, a tendência continua a ser descendente.

EVOLUÇÃO EURIBOR (EM BASIS POINTS)

	02.dezembro 2014	14.mai 2014		04.junho 2014
1M	0,022%	0,262%	▼	-0,240
3M	0,081%	0,338%	▼	-0,257
6M	0,178%	0,437%	▼	-0,259
1Y	0,331%	0,614%	▼	-0,283

TAXAS EURIBOR E REFI BCE



FUTUROS EURIBOR

Data	3 Meses Implícita
January 15	0,080%
February 15	0,080%
March 15	0,075%
June 15	0,070%
September 16	0,160%
March 18	0,390%

CONDIÇÕES DOS BANCOS CENTRAIS

Euro Refinancing Rate	0,05%
BCE Euro Marginal Lending Facility	0,30%
Euro Deposit Facility	-0,20%
*desde 4 de setembro 2014	
EUA FED Funds	0,25%
R.Unido Repo BoE	0,50%
Brasil Taxa Selic	11,25%
Japão Repo BoJ	0,10%

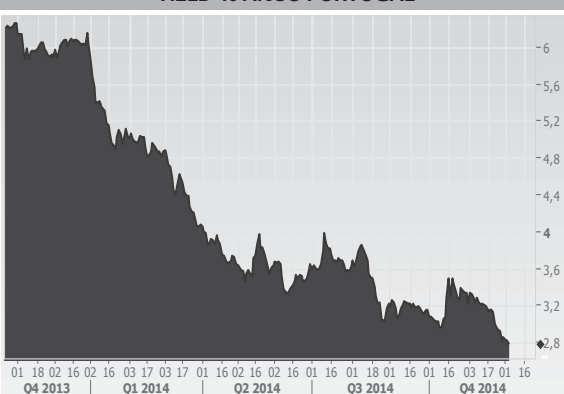
EURO FRA'S Forward Rate Agreements		
Tipo*	Bid	Ask
1X4	0,068	0,088
3X6	0,064	0,084
1X7	0,160	0,180
3X9	0,170	0,190
6X12	0,160	0,180
12X24	0,341	0,391

EURO IRS Interest Swaps vs Euribor 6M		
Prazo	Bid	Ask
2Y	0,205	0,210
3Y	0,253	0,258
5Y	0,402	0,407
8Y	0,736	0,756
10Y	0,968	0,988

Obrigações	5Y	10Y
🇧🇪	1,51	2,78
🇩🇪	0,87	1,85
🇫🇷	0,26	1,02
🇮🇹	0,13	0,75
🇵🇹	0,94	1,98
🇪🇺	1,37	2,02
🇺🇸	1,61	2,29
🇯🇵	0,07	0,44

Fontes: Reuters e IMF

YIELD 10 ANOS PORTUGAL



	3/dez/14	Var. Semanal (%)	Var. a 30 dias (%)	Var. desde 1 jan (%)
EUR/USD	1,2331	-1,15%	-1,30%	-10,59%
EUR/JPY	147,20	0,20%	3,52%	1,71%
EUR/GBP	0,7862	-0,60%	0,69%	-5,70%
EUR/CHF	1,2032	0,05%	-0,18%	-1,99%
EUR/NOK	8,6560	1,72%	2,27%	3,50%
EUR/SEK	9,2713	0,22%	0,45%	4,65%
EUR/DKK	7,4411	0,02%	-0,04%	-0,24%
EUR/PLN	4,1598	-0,49%	-1,40%	0,13%
EUR/AUD	1,4620	-0,32%	1,90%	-5,21%
EUR/NZD	1,5884	-0,23%	-1,53%	-5,24%
EUR/CAD	1,4034	-0,16%	-0,47%	-4,34%
EUR/ZAR	13,7793	0,68%	-0,05%	-5,40%
EUR/BRL	3,1534	0,62%	1,38%	-3,20%

MERCADOS**Dívida soberana não servirá para apoiar países específicos**

O Banco Central Europeu informou que se decidir comprar dívida soberana não o fará para apoiar países específicos, como ocorreu no passado com a Grécia. Será antes com o objetivo de acelerar o ritmo monetário e os balanços. Por sua vez, o BCE insiste que o principal risco para a estabilidade financeira continua a ser a falta de crescimento na Zona Euro, acompanhada de uma inflação muito baixa. Ora, a principal tarefa do mandato do banco é garantir a estabilidade dos preços no médio prazo.

Lucros da Novabase caem 55%

A Novabase registou um resultado líquido de dois milhões de euros, nos nove primeiros meses, o que se traduziu numa quebra de 55%, face a igual período do ano passado. Esta descida ficou a dever-se aos resultados financeiros. O EBITDA recuou 14%, dada a forte pressão de preços no mercado interno e em resultado dos custos associados ao reforço da estratégia de internacionalização. Refere a empresa: "Os resultados apresentados estão alinhados com as prioridades estratégicas definidas e refletem as condições adversas do mercado nacional."

TÍTULOS EURONEXT LISBOA**PAINEL BANCO POPULAR**

Título	Última Cotação	Varição Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Ati	Hora Ati
ALTRI SGPS	2,329	0,30%	2,987	1,869	0,140	0,200	16,636	11,645	1,80%	1,50%	03-12-2014	16:35:00
B. COM. PORT.	0,082	-3,43%	0,141	0,070	0,000	0,008	--	10,212	--	0,00%	03-12-2014	16:35:00
BANIF-SGSPS	0,007	-1,45%	0,014	0,006	--	--	--	--	--	--	03-12-2014	16:35:00
BANCO BPI	1,535	-1,60%	2,060	1,123	-0,009	0,121	--	12,686	--	0,00%	03-12-2014	16:35:00
COFINA,SGPS	0,500	-0,99%	0,770	0,440	0,060	0,060	8,333	8,333	2,00%	2,00%	03-12-2014	16:36:02
CORT. AMORIM	3,111	1,01%	3,650	2,150	0,310	0,340	10,035	9,150	3,84%	6,11%	03-12-2014	16:24:57
CIMPOR,SGPS	1,331	-0,37%	3,400	1,200	0,280	0,340	4,754	3,915	0,22%	9,77%	03-12-2014	16:35:00
EDP	3,399	4,65%	3,749	2,606	0,253	0,256	13,435	13,277	5,44%	5,59%	03-12-2014	16:35:00
EDPR	5,390	0,02%	5,771	3,701	0,133	0,165	40,526	32,667	0,74%	0,78%	03-12-2014	16:35:00
MOTA ENGLI	2,973	-24,58%	6,399	2,877	0,315	0,345	9,438	8,617	4,15%	4,54%	03-12-2014	16:35:00
GALP ENERGIA	9,762	-10,69%	13,750	9,350	0,365	0,430	26,745	22,702	3,25%	3,50%	03-12-2014	16:35:00
IMPRESA,SGPS	0,975	5,41%	2,000	0,818	0,070	0,095	13,929	10,263	--	--	03-12-2014	16:35:00
J. MARTINS	8,470	1,34%	15,050	6,935	0,534	0,563	15,861	15,044	3,60%	3,38%	03-12-2014	16:35:00
MARTIFER	0,211	-16,60%	1,200	0,186	-0,280	-0,160	--	--	--	--	03-12-2014	16:29:22
NOVABASE	2,249	-0,66%	4,150	1,990	0,150	0,200	14,993	11,245	8,89%	5,78%	03-12-2014	16:23:05
GLINTT	0,208	-5,46%	0,500	0,163	--	--	--	--	--	--	03-12-2014	16:16:06
P. TELECOM	1,442	-7,27%	3,639	0,865	0,133	0,145	10,842	9,945	6,93%	3,95%	03-12-2014	16:35:00
PORTUCEL	2,993	3,31%	3,739	2,656	0,243	0,240	12,317	12,471	7,42%	7,69%	03-12-2014	16:35:00
REDES E. NAC.	2,528	0,44%	2,910	2,200	0,221	0,207	11,439	12,213	6,76%	6,73%	03-12-2014	16:35:00
SEMAPA	9,563	1,99%	11,660	7,974	0,570	0,788	16,777	12,136	3,47%	3,12%	03-12-2014	16:35:00
SONAECON	1,385	-3,82%	2,659	1,250	0,103	0,133	13,447	10,414	--	6,14%	03-12-2014	16:35:00
SONAE,SGPS	1,104	-1,95%	1,420	0,922	0,072	0,090	15,333	12,267	3,15%	3,26%	03-12-2014	16:35:00
SONAE IND.	0,008	-69,70%	0,124	0,007	-0,046	--	--	--	--	--	03-12-2014	16:35:00
SAG GEST	0,265	-8,30%	0,540	0,210	-0,030	-1,010	--	--	--	--	03-12-2014	16:35:00
TEIX. DUARTE	0,771	-3,50%	1,440	0,600	0,140	0,120	5,507	6,425	1,95%	2,59%	03-12-2014	16:35:00
NOS	4,971	0,02%	5,830	3,903	0,161	0,216	30,876	23,014	2,41%	2,80%	03-12-2014	16:35:00

TÍTULOS MERCADOS EUROPEUS**PAINEL BANCO POPULAR**

Título	Última cotação	Varição semanal	Máximo 52 sem	Mínimo 52 sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Ati	Hora Ati
B. POPULAR	4,497	1,42%	5,948	3,952	0,124	0,262	36,266	17,164	0,27%	0,89%	03-12-2014	16:35:07
INDITEX	23,575	1,95%	24,091	19,203	0,804	0,916	29,322	25,737	1,63%	2,17%	03-12-2014	16:35:07
REPSOL YPF	18,255	-0,90%	20,019	15,815	1,293	1,331	14,118	13,715	5,48%	10,93%	03-12-2014	16:35:07
TELEFONICA	13,11	4,09%	13,115	10,760	0,871	0,910	15,052	14,407	5,61%	5,72%	03-12-2014	16:35:07
FRA. TELECOM	14,135	3,71%	14,330	8,388	0,898	0,943	15,741	14,989	4,24%	4,29%	03-12-2014	16:35:00
LVMH	142,55	-0,28%	147,200	121,000	6,818	7,713	20,908	18,482	2,21%	2,27%	03-12-2014	16:35:00
BAYER AG O.N.	119,25	1,15%	121,400	91,310	6,040	6,905	19,749	17,275	1,76%	1,88%	03-12-2014	16:29:57
DEUTSCHE BK	26,55	1,09%	38,151	22,660	1,802	2,947	14,734	9,009	2,69%	2,72%	03-12-2014	16:35:11
DT. TELEKOM	13,405	-0,89%	13,750	10,065	0,623	0,657	21,517	20,403	3,73%	3,73%	03-12-2014	16:29:59
VOLKSWAGEN	181,25	0,58%	197,950	147,350	22,080	23,808	8,209	7,613	2,21%	2,71%	03-12-2014	16:35:01
ING GROEP	11,53	-0,78%	11,950	8,931	1,018	1,135	11,326	10,159	--	0,31%	03-12-2014	16:35:00

Este relatório foi elaborado pelo Centro de Corretagem do Banco Popular, telf 210071800, email: centro.corretagem@bancopopular.pt, com base em informação disponível ao público e considerada fidedigna, no entanto, a sua exatidão não é totalmente garantida. Este relatório é apenas para informação, não constituindo qualquer proposta de compra ou venda em qualquer dos títulos mencionados.



JOÃO QUEIROZ
Diretor de negociação da GoBulling

Expectativas macro para 2015

Deveremos terminar este ano com alguns interessantes desempenhos mas que poderão constituir desafios para o próximo ano. Aqui vão as mais recentes evidências: apreciação do USD; queda dos preços das matérias-primas com especial destaque para a energia; anúncio de implementação de medidas não convencionais por parte de Bancos Centrais; desinflação global; abrandamento do ritmo de crescimento de receitas, bem como dos resultados e redução de múltiplos das empresas (em algumas geografias).

Já se falou muito sobre crescimento económico e as necessidades para solver dívida e criar riqueza, assim como aumentar a empregabilidade. Porém, existem importantes assimetrias entre espaços económicos que poderão impactar de forma homogénea o crescimento global.

Enquanto a Zona Euro possui uma taxa de desemprego de 11%, a dos EUA é neste momento de 5.8% e tem descido consideravelmente nos últimos 5 anos após ter atingido um máximo de 10% em outubro de 2009; O BCE deverá iniciar um importante plano de QE (quantitative easing – compras de ativos), quando o FED já terminou o seu programa; e em 2015 o crescimento económico estima-se em quase 1% para a Eurolândia enquanto a América do Norte poderá acelerar uns 3%. Estas diferenças já têm impacto na procura dos ativos e no destino dos investimentos dos agentes económicos, daí resultando perspetivas de que a divisa norte-americana, USD, possa ter uma acrescida procura.

A entrada num ambiente macroeconómico com indicadores de crescimento e de recuperação é sempre mais atrativo que uma história para se descobrir a inversão de um cenário de consolidação e de correção, com implementação de ajustamentos, o que tende a motivar os investidores a procurar ambientes que possam propiciar um cenário de maior tranquilidade para as suas poupanças. Novamente os EUA e algumas regiões da Europa surgem no radar.

Neste momento diversas Economias Emergentes refletem mais um cenário de abrandamento da economia global e a queda das cotações dos preços das matérias-primas não auxiliam a perceção que se tem sobre o futuro das respetivas economias. Assim, países como África do Sul, Brasil e Rússia são exemplos de espaços que apresentam valores de abrandamento e possível recessão das suas economias, com depreciação das suas divisas, ficando mais difícil conseguirem atrair investimento do exterior.

Em contraponto, economias como a Inglesa e dos EUA poderão oferecer a perceção de que podem propiciar mais oportunidades nas remunerações de aplicações a prazo e no mercado cambial. A melhoria da liquidez nessas economias permitiria o acesso aos sectores que anteriormente representavam mais risco e apresentavam mais dificuldade de acesso ao mercado de crédito e financiamento.

Os desempenhos das Bolsas que foram mais influenciadas pelo baixo preço do dinheiro que pelos resultados e receitas, poderão ter um novo desafio, sobretudo, nas economias e empresas mais alavancadas e que são muito sensíveis à variação das margens de receitas (efeito preço) e pela procura dos seus principais segmentos de mercado.

PUB



A nossa energia é para a sua empresa!

Encontre nas soluções PME Power a energia para o crescimento, a consolidação e a competitividade da sua empresa.

BANCO POPULAR

AUTOMÓVEL

Ford inicia produção de veículos híbridos na Europa

A Ford deu início à produção do novo Ford Mondeo Hybrid, o primeiro veículo híbrido elétrico produzido e vendido pela marca americana na Europa. O Mondeo Hybrid combina um motor 2.0 litros a gasolina especialmente desenvolvido com um motor elétrico e uma bateria de iões de lítio com 1.4 kWh, permitindo um consumo de combustível de 4,2 l/100 km e emissões de 99 g/km de CO₂.

WTCC vai a Vila Real em 2015

O circuito cittadino de Vila Real vai receber o WTCC no próximo ano, após a saída de “cena” do Porto, com a decisão, anunciada em outubro, de não realizar o Circuito da Boavista em 2015 por a autarquia considerar não estarem “garantidas a qualidade e a sustentabilidade do circuito”. Do lado de Vila Real, o WTCC é o cumprimento do objetivo de “internacionalizar o circuito”. Tiago Monteiro, o único piloto português naquele campeonato, já mostrou satisfação pela visita a Trás-os-Montes.



O histórico circuito cittadino de Vila Real vai receber uma prova do campeonato do mundo.

AQUILES PINTO
aquiles.pinto@vidaeconomica.pt

O Campeonato do Mundo de Carros de Turismo (WTCC) vai voltar a Portugal em 2015, mas não Porto, mas antes a Vila Real. A data, ainda a aguardar confirmação do conselho mundial da Federação Internacional do Automóvel, será de 10 a 12 de julho. “Após longas e difíceis negociações entre a Câmara Municipal de Vila Real, o Eurosport Events, o WTCC e a FPAK, com o apoio de diversos parceiros regionais, públicos e privados, é com enorme prazer e satisfação que anunciamos que o circuito de Vila Real vai receber, de 10 a 12 de julho de 2015, uma ronda do Campeonato do Mundo de Carros de Turismo, WTCC”, refere o comunicado de imprensa da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting (FPAK).

“Internacionalizar o circuito de Vila Real era um dos objetivos da Câmara Municipal e da FPAK para os próximos anos, a oportunidade surgiu e não a quisemos perder, graças ao esforço de todas as entidades envolvidas”, referiu o presidente da Câmara Municipal de Vila Real, Rui Santos.

“A FPAK vê assim concretizado o esforço de voltar a ter o WTCC em Portugal, assegurado por um período consecutivo de três anos. A Câmara Municipal de Vila

Porto não tinha “garantidas a qualidade e a sustentabilidade do circuito”

A entrada de Vila Real em “cena” segue-se à decisão da Câmara Municipal do Porto de não realizar o Circuito da Boavista, onde o WTCC passava a cada dois anos, em 2015. O anúncio da entidade presidida por Rui Moreira foi feito em outubro. “O Porto não conseguiu, até ao fecho dos calendários internacionais de automobilismo, garantir a realização, em 2015, do Circuito da Boavista, pontuável para o FIA WTCC e que se tem realizado, na cidade, a cada dois anos”, refere o comunicado divulgado no dia 16 de outubro pela autarquia da Invicta. “Apesar da CM Porto, através da sua empresa municipal, Porto Lazer EM, ter garantido aos organizadores a montagem de toda a logística relativa ao circuito (como sempre fez), ao contrário do habitual, o Turismo de Portugal não aceitou pagar ao Eurosport uma campanha

publicitária naquele canal internacional de televisão, o que garantiria a inscrição da prova no calendário FIA-WTCC”, indica a mesma nota. Durante o processo, a CM Porto garante ter tentado “sensibilizar o Governo de Portugal para a importância da realização de uma prova internacional de automobilismo na cidade”, que não apenas consolidasse os investimentos feitos no passado no Circuito da Boavista como garantisse a sua visibilidade interna e externa. “O Governo mostrou-se, contudo, irredutível quanto à decisão do corte total de apoios do Turismo de Portugal a provas de automobilismo, independentemente de se realizarem ou não no Porto”, informava a autarquia. O comunicado referia também que a CM Porto procurou “viabilizar a realização do Circuito da Boavista, através de formas

alternativas e sustentáveis. Envolveu, para isso, diversos parceiros e organizadores nacionais e internacionais, sem, contudo, ter obtido garantias de que estavam simultaneamente garantidas a qualidade e a sustentabilidade do circuito”.

“Não sendo comportável para o orçamento municipal nem entendível para os portugueses que a Câmara Municipal do Porto despenderse perto de três milhões de euros numa prova de automobilismo, decidiu não realizar em 2015 o circuito, já que suportar os seus custos sem o habitual apoio do Turismo de Portugal poderia pôr em causa as ‘boas contas’ do município, hipotecando outros investimentos e compromissos considerados fundamentais para a cidade e para os seus cidadãos”, rematava a nota de imprensa.

Real, por seu turno, atinge o objetivo de devolver ao Circuito de Vila Real a glória do passado”, acrescenta o comunicado da federação nacional.

Tiago Monteiro satisfeito com regresso a Portugal

A confirmação de que o WTCC vai regressar a Portugal, nomeadamente ao circuito de Vila Real, deixa Tiago Monteiro, o único representante português naquele campeonato, satisfeito. “Estou muito contente por todas as entidades envolvidas, Câmara Municipal de Vila Real, Eurosport Events, WTCC e FPAK, terem chegado a

A data, ainda a aguardar confirmação do conselho mundial da FIA, será 10 a 12 de julho

acordo. Já tinha percebido que as pessoas envolvidas estavam muito motivadas para tornar esta prova uma realidade no calendário do WTCC. Estão todos de parabéns pelos esforços que fizeram. Para mim, é sempre muito especial correr em Portugal, ter o apoio do público português, que é sempre muito efusivo, mas sobretudo por poder ter os meus amigos e família por perto”, começou por referir o piloto do Porto.

Tiago Monteiro já tinha estado na semana anterior ao anúncio (que foi feito na última sexta-feira, 28 de novembro) em Vila Real, onde teve oportunidade de ver de perto aquilo que o espera

em competição. “Nunca corri em Vila Real, mas é curioso que as primeiras corridas de automóveis que vi ao vivo foram em Vila Real quando era criança. Tenho muita família na região de Trás-os-Montes e recordo-me perfeitamente daquela altura. Depois de ter visto o circuito ao vivo a semana passada, percebi o porquê de estar no imaginário de tanta gente. É uma pista atípica e muito exigente. E não tenho dúvidas que será um fim de semana festivo”, referiu o piloto português, que já está a preparar a época de 2015 e que espera em Vila Real repetir os pódios com que habituou o público nas corridas em “casa”.

AUTOMÓVEL**Mercedes tem Facebook mais valioso das marcas automóveis**

A comunidade de fãs da Mercedes no Facebook ultrapassou a marca dos 17 milhões em novembro de 2014. Em julho passado, a marca com sede em Estugarda recebeu o fã 15 milhões. Este novo marco está a ser celebrado pela marca da estrela com um impressionante trabalho. Os designers da Mercedes decidiram realizar um trabalho em fita adesiva com o novo desporto, o Mercedes-AMG GT.

Diretor de design da Jaguar premiado pela Chartered Society of Designers

A Chartered Society of Designers reconheceu a contribuição excepcional para o design automóvel de Ian Callum, diretor de design da Jaguar, com a prestigiosa Medalha Minerva, o maior galardão da Chartered Society of Designers atribuído a designers pelos feitos realizados ao longo de toda a sua carreira. A medalha foi entregue pelo duque de Edimburgo, patrono da sociedade, num jantar realizado no dia 25 de novembro no Palácio de Saint James, em Londres.

EM QUATRO ANOS

Renault-Nissan atingiu marca de 200 mil automóveis elétricos vendidos

O veículo elétrico 200 mil da aliança foi comercializado quatro anos depois do lançamento do Nissan Leaf (na foto).

A aliança Renault-Nissan atingiu os 200 mil automóveis elétricos. Aquele volume faz a aliança franco-japonesa reclamar 58% de quota no mercado dos automóveis zero emissões. “Os automóveis elétricos da Renault e da Nissan são líderes do mercado de zero emissões mas, mais importante, têm elevados índices de satisfação dos clientes em todo o mundo”, afirma Carlos Ghosn, chairman e CEO da aliança Renault-Nissan.

O veículo elétrico 200 mil da aliança foi comercializado quatro anos depois do lançamento do Nissan Leaf, que é o automóvel 100% elétrico mais vendido de sempre. Em 2014 (de janeiro até à primeira semana de novembro) a aliança vendeu cerca de 66 500 automóveis elétricos (incluindo o quadriciclo Twizy), com um crescimento de cerca de 20% face ao mesmo período de 2013. Em conjunto, os automóveis elétricos da Renault e da Nissan já percorreram, segundo a aliança, “quatro mil milhões de km com uma economia de combustível de 200 milhões de litros e 450 milhões de kg de emissões de CO2 que não foram emitidos”.

Avis oferece milhas e descontos a passageiros frequentes da TAP

A Avis Car Rental lançou uma promoção para os membros do Programa Victoria da TAP, que inclui milhas a dobrar por aluguer. “Esta é uma campanha especial que reúne esforços extra da TAP e da Avis, com o objetivo de proporcionar mais vantagens para os nossos clientes. A Avis trabalha diariamente na identificação e estabelecimento das melhores parcerias, visando proporcionar um serviço de excelência, que se traduz

EUA e Japão lideram

Nos Estados Unidos, o maior mercado da aliança para os veículos elétricos, existem mais de 750 postos de carga rápida em funcionamento e, em conjunto com a sua rede e os operadores de eletricidade, a Nissan espera elevar este número para 1100 em meados de 2015. No Japão, que é o segundo mercado de elétricos para a aliança, existem mais de 2900 postos de carga rápida em funcionamento. Os construtores japoneses estão a trabalhar em conjunto para que este número atinja os seis mil pontos em março de 2015.

Na Europa, a Grã-Bretanha é o mercado mais desenvolvido no que diz respeito à infraestrutura de carregamento para automóveis elétricos. Atualmente, os postos de carregamento rápido cobrem 87% das autoestradas do país.

Nissan lidera no mundo, Renault na Europa

Com seis modelos em comercialização, a aliança Renault-Nissan

é o construtor com a maior gama de automóveis 100% elétricos. A Nissan tem uma presença mais global e a Renault dá mais “cartas” na Europa.

Desde a comercialização do Leaf em dezembro de 2010, a Nissan já vendeu, em todo o mundo, 148 700 veículos elétricos, com uma taxa de satisfação dos clientes que é a mais elevada, da história, para qualquer modelo da Nissan. Os principais mercados para o Nissan Leaf são os Estados Unidos, com 67 mil unidades vendidas, o Japão, com 46 500 unidades, e a Europa, com 31 mil.

A Renault já vendeu 51 500 automóveis elétricos em todo o mundo desde a comercialização do primeiro modelo, o Kangoo ZE, cuja comercialização se iniciou em outubro de 2011. Os principais mercados para os veículos elétricos da Renault são a França, a Alemanha e a Grã-Bretanha. Em outubro a Renault reconquistou a liderança do mercado europeu de veículos elétricos, com uma quota de mercado de 31%, sendo que o modelo de maior difusão, o Zoe, conquistou 23% do mercado.

Durante o mês de dezembro, os membros do Programa Victoria a nível mundial poderão contar com 500 milhas bônus, que poderão utilizar em futuras viagens na TAP. Para os alugueres realizados em Portugal, a promoção inclui ainda um desconto de até 15%. A campanha é válida para todos os membros do Programa Victoria (Victoria Milles, Silver e Gold) e aplicável em alugueres de três a 30 dias.

Pais acreditam que os filhos conduzem de forma responsável

A maioria dos pais acredita que os seus filhos são responsáveis ao volante, de acordo com o novo estudo levado a cabo pela Goodyear para a região EMEA (Europa, Médio Oriente e África). A análise conclui que 84% dos pais europeus é da opinião que os seus filhos conduzem de forma responsável.

No entanto, os dados da OCDE sobre a taxa de mortalidade entre os jovens europeus espelham outra realidade, com uma alta incidência da condução de risco entre os jovens. Os acidentes rodoviários constituem a principal causa individual de mortos na faixa etária entre os 15 e 24 anos na Europa. Para além disso, o fator de risco dos condutores inexperientes em acidentes automóveis e mortes é duas a três vezes mais elevado do que no caso de condutores com mais experiência.

desempenhar na moldagem das competências, capacidades e hábitos de condução dos filhos.

Metade dos pais (51%) que respondeu ao inquérito afirmaram que os seus filhos prestam atenção ao seu comportamento quando conduzem. Além disso, mais de um terço (34%) consideram que os seus hábitos de condução começam a influenciar a atitude dos filhos entre seis e 10 anos de idade para com a segurança rodoviária.

Pais também precisam de (re)aprender

Apesar da influência que têm sobre a condução dos seus filhos, apenas 54% dos pais que responderam ao inquérito afirmaram que passariam num teste de condução hoje, e somente 57% declararam que se sentiam muito ou extremamente confiantes



A Goodyear está a pedir um maior envolvimento dos pais, condutores inexperientes, instrutores e escolas de condução para fortalecer a maneira como os condutores inexperientes se preparam para conduzir em segurança na estrada. “Gostávamos de ver as escolas e faculdades a ensinar segurança rodoviária, para além do que se aprende na escola primária”, considera Olivier Rousseau, vice-presidente pneus de turismo da Goodyear para a EMEA. A psicóloga especialista em trânsito Margit Herle, da Associação Internacional de Psicologia do Trânsito, apoia: “Os pais, instrutores de condução, bem como todo o sistema social em que operamos, são responsáveis por ensinar os jovens a conduzir de uma maneira segura e responsável.”

O novo estudo sublinha o papel chave que os pais devem

em conduzir em condições de tráfego intenso. Além disso, um quarto dos pais (26%) admitiram que adquiriram maus hábitos de condução ao longo dos anos, especialmente no Reino Unido (51%) e França (46%).

Os pais dos jovens condutores estão empenhados em atualizar as suas competências e capacidades de condução para que possam ser melhores exemplos, sendo que, segundo os dados da Goodyear, 46% apoiavam a iniciativa de um curso de atualização da condução obrigatório. Também gostariam de se envolver mais na instrução de condução profissional dos seus filhos: 53% dos pais gostariam de receber relatórios regulares do progresso dos instrutores de condução dos seus filhos e 40% estariam interessados em estar presentes numa aula para observarem pessoalmente o progresso dos seus filhos.



“Ímpeto reformista” do Governo não abrandou



A ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, garante que “o ímpeto reformista” do Governo não abrandou. Esta a resposta às críticas de Bruxelas de que o nosso país estaria a reduzir o ritmo das reformas estruturais desde a saída da trioka.

Considera a governante que existe um “défice de perceção” sobre esta matéria por parte da Comissão Europeia. O que houve foi a necessidade de realizar um balanço das reformas. Perante o Parlamento Europeu, a ministra destacou as reformas em curso, sobretudo aos níveis fiscal, de revisão da lei de enquadramento orçamental ou da revisão das rendas de energia. Assumi perante os deputados: “Acho que há um défice de perceção e nos devemos esforçar-nos por persuadir as instituições que, de facto, o ímpeto reformista não abrandou e o Governo mantém a mesma determinação.”

Banca tem de prestar mais informação aos clientes de crédito ao consumo

As entidades financeiras terão regras mais apertadas no que toca à informação a prestar aos clientes durante a vigência dos contratos de crédito ao consumo. A nova legislação está aprovada e vai entrar em vigor a partir do próximo dia 1 de julho.

A nova legislação estabelece os deveres mínimos de informação a prestar aos clientes de crédito ao consumo. Permite-se sobretudo que os clientes acompanhem de forma continuada a evolução da sua situação

perante a entidade bancária. Isto já acontece ao nível do crédito à habitação ou dos depósitos. São também estabelecidas regras que concretizam a informação complementar a disponibilizar pelas instituições sempre que se verifiquem circunstâncias específicas, designadamente nas situações de incumprimento e respetiva regularização do lado do cliente bancário. O mesmo se aplica quando há lugar ao reembolso antecipado do contrato de crédito.



O Essencial do Balanced Scorecard

Porto 22 dezembro
Lisboa 23 dezembro

09h30 às 13h / 14h30 às 18h

Estudos indicam que “Menos de 10% das estratégias efetivamente formuladas são eficientemente executadas” e que “na maioria das falhas - em torno dos 70% - o problema real não é estratégia ruim... É execução ruim”.
O Balanced Scorecard ou Painel de Desempenho Balanceado é uma ferramenta de gestão que auxilia as organizações a traduzir a estratégia em ações operacionais que direcionam o comportamento o desempenho.

Objetivos:

- Elaborar um Mapa Estratégico decorrente da visão da organização;
- Elaborar um Scorecard de Indicadores a partir do Mapa Estratégico;

Organização: VidaEconómica

Ana Rita Bessa (Dep. Formação)
Vida Económica - Editorial SA.
Tlf: 223 399 427/00 | Fax: 222 058 098
Email: anabessa@vidaeconomica.pt

Destinatários:

Representantes da Gestão, Diretores ou Equipas de Gestão, Auditores e Consultores

Formador:

Dr. Agostinho Costa - Consultor de empresas, especialista na área financeira e controlo de gestão, professor universitário.

Preços:

Público em Geral: €140 + IVA
Assinantes VE: €120 + IVA

Programa:

- O que é estratégia?
- Gestão Estratégica
- Balanced Scorecard. Como surgiu.
- Para que serve e qual a importância de um BSC.
- Principais elementos do BSC
- Para onde vamos e como vamos fazer a diferença
- Identificar os clientes-alvo e a proposta de valor
- Desenhar o mapa da estratégia da empresa
- Organização orientada para a estratégia
- Traduzir estratégia em ação
- Medir a execução da estratégia
- Transformar a empresa
- Monitorizar a viagem

NOTA DE FECHO



JORGE A. VASCONCELLOS E SÁ

Mestre Drucker School PhD Columbia University

Professor Catedrático

E-mail: nop4867@mail.telepac.pt

Linked In: <http://www.linkedin.com/in/vasconcellosea>

Twitter: <https://twitter.com/VasconcelloseSa>

A primeira das causas

Na peça Júlio César de **Shakespeare**, a dada altura Cassius diz a Brutus: “*a falha caro Brutus, não está nas estrelas mas em nós próprios*”, ilustrando a raiz de todas as causas, para o 1) **bem**, 2) **liberdade** e 3) **progresso**.

O seu nome?: **livre arbítrio**.

Há sociedades em que a maioria acredita no destino (o pseudónimo de Deus quando Ele não quer assinar) e em que sobremaneira o que é tido em conta são variáveis fora do nosso controlo: exógenas.

E há sociedades onde a generalidade se rege pelo que T. E. Lawrence (o Coronel Lawrence da Arábia) disse ao Príncipe Aura (nos sete pilares da sabedoria): “*Nada está escrito, nada*”.

Esta crença (que distingue entre as pessoas dirigidas a partir de dentro e de fora) tem como **consequência imediata** a inexistência de fatalismo, resignação (o deixar andar) e está no centro da tradição judaico-cristã: o “*vai e não peques mais*” só faz sentido com livre arbítrio.

De outro modo como referiram S. Agostinho e S. Tomás de Aquino os dez mandamentos careceriam de significado e não passaríamos de uma farsa. Não cumpri, mas...; não fiz porque...; pequei porém...

E depois surgem três consequências. **Primeiro: o dever de fazer o bem**. No particular porque como dizia Voltaire “*cada um é culpado do bem que não faz*”; e no geral na obrigação de zelar pelos direitos humanos.

Outras culturas salientam unicamente o dever perante o colectivo. A tradição judaico-cristã junta-lhe os direitos. Hu-

manos.

A **segunda** implicação é a **liberdade**. Política (democracia). E económica (capitalismo, economia de mercado). E consequentemente a riqueza.

No extremo temos aquilo que M. Thatcher disse: “*há economias livres e economias controladas. Os resultados estão à vista*”. E em graduação, a correlação entre a liberdade económica (facilidade de iniciar um negócio, protecção contra a corrupção, etc.) e o PIB per capita das nações é $\approx 0,74$ (e estatisticamente com zero por cento de probabilidade de ser devida ao acaso).

Por fim, a **terceira** consequência do livre arbítrio é o **progresso**. Como tudo depende de nós, vale a pena trabalhar. Esta é uma virtude. “*Onde está o irmão daquele que reza?*”, perguntou Jesus, para logo comentar quando lhe responderam que estava a trabalhar, “*então é o mais devoto e piedoso dos dois*”.

Vivemos num mundo de doenças, guerras e catástrofes naturais. E só com a virtude do trabalho, se pode fazer a diferença. E assim, na nossa infinita pequenez, completar a obra divina.

Donde, o progresso, a riqueza, a liberdade, todos advêm de uma crença inicial: nada está escrito nas estrelas e tudo depende (sobremaneira) de mim.

“*Eu sou eu e as minhas circunstâncias*”, como dizia Ortega y Gasset. Certo? Certo. Mas são as circunstâncias que me fazem a mim, ou sou eu que faço as minhas circunstâncias?

E é a resposta a esta pequena pergunta que faz toda a diferença.

Vide artigos e gráficos

blog: <http://economiadasemana.blogspot.pt>

twitter: <https://twitter.com/VasconcelloseSa>

Défice ficou em 4,9% nos nove primeiros meses

O défice em contabilidade nacional terá ficado em 4,9% do PIB, no ano até setembro, de acordo com os cálculos da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO). O que significa que está em linha com a meta definida para a totalidade do ano.

De notar que a unidade técnica, nas suas estimativas, considerou as medidas

extraordinárias equivalentes a 1,3% do PIB, com destaque para o financiamento e a assunção da dívida da Carris e da STCP, correspondente a 0,9% do PIB. A esta previsão corresponde ainda um défice ajustado de operações extraordinárias entre os 3,3% e 3,9% do PIB, num valor central de 3,6% do PIB.

Proteção da família é “trave essencial” da reforma do IRS

Uma das “traves essenciais” da reforma do IRS passa pela protecção da família. Esta é mesmo uma das reformas estruturais mais importantes que pode acontecer, na perspectiva de Pedro Mota Soares, ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

O ministro assume que a revisão do imposto sobre o rendimento tem de pri-

vilegiar a dimensão familiar e a natalidade. Também lembra que o programa do Governo assentava em duas fases, uma garantir o processo de ajustamento e outra ter “um sistema fiscal mais amigo da família e promotor da natalidade”. O governante admite que os objetivos traçados na reforma do IRS vão ser cumpridos, com os benefícios daí decorrentes.



500
MAIORES & MELHORES
Exame SIC
NOTÍCIAS
randstad

Rafael Nadal - Tenista Profissional

MAPFRE, a Melhor Média ou Pequena Seguradora Vida.

A confiança conquista-se. Esta é uma certeza para nós. Por isso, dedicamo-nos há mais de 80 anos a proteger o que é mais importante para si, a sua vida. Porque queremos continuar a merecer o seu voto de confiança. E o de mais de 23 milhões de pessoas em todo o mundo.

A MAPFRE está entre as 500 Maiores e Melhores Empresas em Portugal pelo seu desempenho em 2013. A distinção de Melhor Média ou Pequena Seguradora Vida, atribuída pela revista Exame, é mais uma prova de que a MAPFRE é a sua seguradora global de confiança.

mapfre.pt



MAPFRE | SEGUROS

A seguradora global de confiança